

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

UNIOESTE: A HISTÓRICA LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO

LENI TEREZINHA MARCELO PINZAN

MARINGÁ
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de Concentração: Fundamentos da Educação

UNIOESTE: A HISTÓRICA LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO

Dissertação apresentada por LENI TEREZINHA MARCELO PINZAN, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

MARINGÁ
2007

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação.

P732u Pinzan, Leni Terezinha Marcelo
Unioeste: a histórica luta pela estadualização . / Leni Terezinha
Marcelo Pinzan — Maringá, PR: UEM, 2007.
148 f ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Área de
concentração: Fundamentos da Educação.
Bibliografia.

1. Unioeste - Estadualização. 2. Universidade. 3. Ensino superior.
I. Azevedo, Mário Luiz Neves de . II. Universidade Estadual de Maringá.
III. Título.

CDD 21ed. 378.8162
379.8162

Bibliotecária responsável: Jeanine S. Barros CRB9-1362

LENI TEREZINHA MARCELO PINZAN

UNIOESTE: A HISTÓRICA LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO – UEM

Prof. Dr^a. FRANCIS MARY GUIMARÃES NOGUEIRA –
UNIOESTE – CASCAVEL

Prof. Dr^a. EDINÉIA REGINA ROSSI – UEM

28/03/2007
Data de Aprovação

Dedico este trabalho ao meu marido Celso Rahal Pinzan, aos meus filhos Samidayane, Rômulo e Rafael por termos em comum um cordão de três dobras que não se rompe facilmente.

AGRADECIMENTOS

A professora Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen (*in memoriam*), pela indicação e interesse por esse trabalho, mas que infelizmente não teve a oportunidade de vê-lo realizado. Ao meu orientador Mário Luiz Neves de Azevedo, que assumiu esse trabalho e pela disposição em me orientar. Ao meu sempre orientador e incentivador Antonio Bosco de Lima, ao grupo Gpge; as sempre mestres prof.^a Francis Mary Nogueira; Maria Lúcia Frizon Rizzotto, Isaura Mônica Zanardini, Edaguimar Orquizas Viriato, Liliam Faria Porto Borges, Amélia K. Noma e ao grupo Gpps.

A amiga Leda Nabuco de Gouveia pela presença e apoio em todos os momentos desse trabalho. A amiga Naira C. Silveira por ser presente em minha vida em todos os sentidos. A Ivana Rahal Pinzan pela generosidade e por ser o que é. Aos prefeitos Clóvis Bombarda e Eliezer Fontana pela presença neste processo de formação; ao Pr. Carlos César Pereira, o amigo de todos os momentos.

Aos meus familiares – Moraes Marcelo e Rahal Pinzan, que sempre me incentivaram e apoiaram nessa caminhada. A minha secretária do lar Nelsi Gomes pela dedicação no cuidado do lar e zelo pelos meus filhos.

E em especial a Jacqueline Lúcia Camilotti Justo que permitiu e cooperou no garimpo de documentos e informações no arquivo morto da UNIOESTE. A Elaine Turcatel e todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram na realização desse trabalho.

Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim, e não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem: Pisam nossas flores, matam nosso cão e não dizemos nada.

Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.

E já não podemos dizer nada.

Eduardo Alves da Costa

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. **UNIOESTE**: a histórica luta pela estadualização. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2007.

RESUMO

Este trabalho apresenta a histórica luta pela estadualização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pelo período de uma década (1984-1994), as faculdades do Oeste paranaense estiveram na esteira das reivindicações tanto em âmbito federal como estadual; no âmbito do Estado do Paraná, esse processo ora avançava, ora recuava. Nessa década, grupos organizados realizaram uma série de mobilizações para reivindicar a presença do Estado na manutenção das faculdades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Mantidas através de fundações municipais e mensalidades de alunos, essas faculdades apresentavam dificuldades financeiras para continuarem ofertando o ensino superior. Além disso, havia, na região, demanda por maior nível de escolaridade e por ampliação da oferta de cursos. Diante da nova realidade econômica e sócio-cultural que a região apresentava, buscaram-se alternativas e possibilidades para transformar as diversas fundações municipais numa única mantenedora do ensino superior, procedimento tipicamente histórico no Brasil, e que se convencionou chamá-lo de modelo napoleônico por agregar várias faculdades em uma só. Essa perspectiva, ainda que incipiente, era a idéia da universidade do Oeste. Para concretizar tal objetivo, a primeira alternativa empreendida para o custeio do ensino superior não foi via estadual, mas federal. Forças políticas regionais e estaduais, e grupos organizados das cidades-sede dos *campi* se mobilizaram com a pretensão de requerer a federalização do ensino superior no Oeste do Paraná, uma vez que o período em questão sinalizava a abertura para a redemocratização no Brasil, e mudanças em relação ao ensino superior se buscavam por meio de pedidos reivindicatórios, planos e programas dos diversos partidos que ocupavam as cadeiras no Congresso Nacional. Contudo, as políticas que foram sendo delineadas para o ensino superior estiveram mais voltadas em benefício do ensino superior privado em detrimento do público. Assim, tanto as medidas que foram tomadas em âmbito federal quanto a negativa dos diferentes governos estaduais retardaram o processo da estadualização da UNIOESTE. Enfim, esse resgate histórico evidencia que a implantação do ensino superior no Oeste do Paraná é o reflexo da própria história da região, pois bem antes da presença do Estado e de seus serviços, a população buscou alternativas para garantir a que suas necessidades fossem supridas. Quanto à metodologia, este estudo foi viabilizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de dados coletados a partir de entrevistas com sujeitos envolvidas no processo de estadualização da UNIOESTE.

Palavras-chave: Estadualização; Ensino Superior; Universidade; Faculdade; Fundação

PINZAN, Leni Terezinha Marcelo. **UNIOESTE**: the historical struggle for the state management of the institution. 148 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo. Maringá, 2007.

ABSTRACT

This study presents the historical struggle for implementating the State University of the West of Paraná (UNIOESTE) as a state institution. Over a period of a decade (1984-1994), the higher education schools in the West of Paraná were object of claim, both at federal and state levels; in Paraná, this process used to go backward and forward. In that decade, organized groups carried out mobilizations to claim the presence of the State in the maintenance of the colleges in Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo and Marechal Cândido Rondon. Maintained by municipal foundations and students' fees, these colleges faced financial difficulties to continue offering upper education. In addition, there was a demand for higher levels of education and for the diversification of university courses. Based on the new economical and sociocultural reality, alternatives and possibilities were sought to turn the municipal foundations into a single institution for maintaining the higher education schools, a typically historical procedure in Brazil, conventionally called napoleonic model for joining several colleges together in order to form a single institution. This perspective, even incipient, constituted the idea of the university in the West of Paraná. In order to reach such objective, the first attempt to viabilize the financing of the higher education system was not via state, but via federal government. Regional and state political forces, as well as organized groups in the cities that hosted the *campi*, started to request the federalization of the higher education in the West of Paraná, since that period showed signs of political opening towards the redemocratization in Brazil, and changes in the higher education system were claimed via claiming requests, plans and programs from the several parties in the National Congress. However, the policies that were outlined for the higher education system were more concerned with the private system than with the public system. Thus, both the measures taken by the federal government and the denying of the several state governments had delayed the process of consolidating UNIOESTE as a state institution. In short, this historical overview shows that the creation of the higher education system in the West of Paraná is the result of the history of the region, as before the presence of the State and its services, the population had sought alternatives to guarantee the meeting of their needs. Concerning the methodology, this study was carried out by means of bibliographic and documental research, and data collected from interviews with the subjects involved in the process of consolidating UNIOESTE as a state institution.

Key-Words: Transference to state management; Higher education; University; College; Foundation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ACIC – Associação Comercial e Industrial de Cascavel
AEC – Associação de Educação Católica
AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APIES – Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste do Paraná
BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CFE – Conselho Federal de Educação
CFO – Conselho Federal de Odontologia
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC – Campanha Nacional de Escolas Comunitárias
CONELU – Congresso de Estudantes de Letras
CONCITEC – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia
COU – Conselho Universitário da UNIOESTE
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DAU – Departamento de Assuntos Universitários
FACIBEL – Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
FACIMAR – Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon
FACISA – Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu
FACITOL – Fundação de Ensino Superior de Toledo
FECIVEL – Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel.
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNEFI – Fundação Educacional de Foz do Iguaçu
FUNIOESTE – Fundação Universidade do Oeste
FUNDEMAR – Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon
FUMEST – Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo
FUOP – Fundação Universidade do Oeste do Paraná
GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IES – Instituição de Ensino Superior
MARIPÁ - Colonizadora Rio Paraná S. A.
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OEA – Organização dos Estados Americanos
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PRN – Partido da Renovação Nacional

SEED – Secretaria de Educação Estadual
SEET – Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
SINDIPROL – Sindicato dos Professores da Universidade de Londrina
TIDE – Tempo Integral e Dedicação Exclusiva
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ	16
2.1. Desenvolvimento regional do Oeste do Paraná	16
2.1.1. Desenvolvimento da cidade de Cascavel.....	22
2.1.2. Desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu.....	24
2.1.3. Desenvolvimento da cidade de Toledo	27
2.1.4. Desenvolvimento da cidade de Marechal Cândido Rondon.....	32
2.2. A criação do ensino superior nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.....	35
2.2.1. O ensino superior em Cascavel	38
2.2.2. O ensino superior em Foz do Iguaçu	50
2.2.3. O ensino superior em Toledo	52
2.2.4. O ensino superior em Marechal Cândido Rondon.....	55
3. CONJUNTURA DO PERÍODO DA PARA ESTADUALIZAÇÃO DA UNIOESTE...57	
3.1. Contexto nacional no período de 1984 a 1994.....	57
3.2. As propostas dos partidos políticos para o ensino superior	64
3.2.1. Legitimação de políticas clientelistas e privatistas para o ensino superior.....	72
3.2.2. O ensino superior na Constituição de 1988.....	78
3.3. O ensino superior no Estado do Paraná	81
4. UMA DÉCADA PARA ESTADUALIZAR A UNIOESTE	88
4.1. O ensino superior na região Oeste do Paraná.....	88
4.2. FECIVEL, FACITOL, FACISA e FACIMAR, juntas na composição da UNIOESTE.....	95
4.3. O longo caminho para a estadualização da UNIOESTE no governo Álvaro Dias.....	102
4.3.1. O processo democrático da Estatuinte.....	104

4.3.2. O processo democrático na escolha da marca institucional da UNIOESTE .	109
4.4. Plano de Ação para a consolidação da universidade	111
4.5. FUNIOESTE/UNIOESTE: Autarquia Especial.....	115
4.6. O processo democrático para as eleições de Diretor-Presidente da FUNIOESTE/UNIOESTE	118
4.6.1. A nomeação do interventor Marcos Vinicius Pires de Souza	122
4.6.2. A posse de Marcos Vinicius Pires de Souza	126
4.7. O reconhecimento da UNIOESTE.....	128
4.8. Tentativa de se implantar sem o processo formal os cursos de Medicina e Odontologia.....	131
 5. CONCLUSÃO.....	 137
 REFERÊNCIAS.....	 140

1. INTRODUÇÃO

A década de 1980, no Brasil, representou o processo da abertura política pós-ditadura militar, constituindo um período de movimentos reivindicatórios e de construções de novas medidas políticas, econômicas e culturais. E foi nesse conjunto de medidas que um grupo organizado se fortaleceu para reivindicar a estadualização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Assim, a criação da instituição foi precedida por essa mobilização, que forçou a inclusão da proposta de estadualização nas agendas dos governos do Estado do Paraná (José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião). Ou seja, a criação da UNIOESTE não foi um ato voluntarioso de Roberto Requião ou de lideranças políticas; ao contrário, ela é resultado da correlação de forças que perdurou uma década – de 1984 a 1994 – para se ver concretizada.

A UNIOESTE traz, portanto, a marca de fatos relevantes e de importância considerável para a história do ensino superior no Oeste do Paraná. Isoladamente, alguns talvez sejam mais visíveis, perceptíveis e sólidos do que outros. Mas, no seu conjunto, representam um contexto de ações e realizações que vêm determinar uma dinâmica própria e intensa ao processo de sua consolidação.

Para essa compreensão, foi necessário um exercício de coleta de dados que talvez escapem àquele diretamente envolvido no processo, a quem muitos aspectos passam alheios à percepção em função justamente da rotina e do conhecimento da “casa”. Muitos fatos e ações caminharam paralelamente na UNIOESTE, por planificação, e até pelo roldão da dinâmica e da necessidade de, rapidamente, sem muitos subterfúgios, construir-se a universidade, porque esta se fazia necessária à população oestina.

Este trabalho apresenta a história da UNIOESTE, ficando circunscrita, então, ao estudo da trajetória da sua estadualização, cujo período compreende os anos de 1984 a 1994. Essa delimitação temporal empreendida se justifica por considerar-se a década que representou o período de transição das faculdades isoladas para o reconhecimento como universidade pública.

Nesse sentido, reveste-se de fundamental importância a inserção do objeto de estudo em questão, ainda que sinteticamente, na conjuntura nacional na década de 1980, bem como na retrospectiva histórica do processo de colonização da região Oeste do Paraná, especificamente das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, cidades que deram origem à UNIOESTE e que hoje sediam os *campi* da universidade.

Para a realização desta pesquisa, consultamos fontes primárias e secundárias, bem como nos valem de entrevistas com pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a universidade no período estudado. Muitos dados se perderam com o tempo, outros foram queimados, ocultados, portanto, é de extrema relevância sistematizar a história da UNIOESTE, ainda que esta já se tenha, de algum modo, sido apresentada em seus diferentes aspectos por meio de monografias e dissertações. Dentre os trabalhos que apresentam a história da instituição, destacam-se as obras de Orso (1996) e Balbinotti (2005), consultadas para este estudo.

Para alcançar o objetivo proposto, estruturamos o presente estudo em três capítulos. Para compreendermos as peculiaridades e a natureza da implantação do ensino superior no Oeste do Paraná, faz-se necessário entender, ainda que sinteticamente, a história da população que ocupou a região. Por essa razão, apresentamos, no primeiro capítulo, uma síntese da história da colonização do Oeste do Paraná e do desenvolvimento das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

No segundo capítulo apresentamos as mudanças que ocorreram na transição do regime militar para um regime democrático, com o propósito de obter dados contextuais que permitam compreender em âmbito nacional como as políticas para o ensino superior no Brasil foram sendo delineadas. Buscamos dados históricos em obras de autores como Alencar (1996) e, principalmente, Cunha (2005), por apresentarem dados essencialmente significativos para a compreensão do período em estudo. De qualquer forma, mais do que a descrição, o texto procurou captar o movimento das políticas para o ensino superior, com o propósito de se compreender o contraditório processo de construção do mesmo.

No terceiro capítulo, buscamos apreender como foi sendo construído o processo da estadualização da UNIOESTE, cujos estágios compreendem: a

mobilização dos grupos que reivindicavam a presença do Estado na manutenção do ensino superior, seus avanços e retrocessos nos diferentes governos do Paraná; o processo democrático para realização do Estatuto; a conturbada nomeação de Marcos Vinicius Pires de Souza (1992-1995) para a direção da FUNIOESTE/UNIOESTE; e, por fim, o reconhecimento da universidade.

2. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ

2.1. Desenvolvimento regional do Oeste do Paraná

Na divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região do Extremo Oeste do Paraná corresponde à Microrregião nº 288, situada no terceiro planalto paranaense, com uma superfície de 23.128 Km², correspondente a 11,6% da área do Estado do Paraná, e é composta de 50 municípios. O Extremo Oeste do Paraná limita-se ao sul pelo Rio Iguaçu, ao norte pelo Rio Piquiri, ao leste pelo Rio Guarani (afluente do Iguaçu) e ao oeste pelo Rio Paraná (Barragem de Itaipu). Ao oeste, limita-se ainda com o Paraguai e a Argentina, ligando-se a cada um destes países por uma ponte rodoviária internacional (Ponte da Amizade) e por numerosos pequenos portos. Devido a essa convergência, a região mantém intensas relações econômicas, diplomáticas e culturais com esses dois países (FUNIOESTE, 1990).

Nesta região, apesar da polarização microrregional exercida pelos outros três municípios (Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon), destaca-se Cascavel como principal centro urbano, localizado geograficamente em posição central, junto ao entroncamento das três maiores rodovias que constituem o sistema principal de transporte da região: BR 277, BR 369 e BR 467.

Por suas características internas, ou seja, por situar-se na fronteira com a Argentina e o Paraguai e possuir diversos rios caudalosos, faltando-lhe vias de transportes para outros centros ou para o mar, a região Oeste foi a última a ser colonizada no território estadual.

Durante a época colonial, esta região ficou praticamente esquecida. A solidez dessa fronteira, passando por um rio caudaloso, levou provavelmente ao desinteresse de sua colonização durante todo o século XIX. [...] nem uma estrada ou picada foi aberta durante o período imperial até as margens do rio Paraná. Por terra era praticamente inviável chegar-se até esta região fronteiriça (WACHOWICZ, 1988, p. 225).

Alguns estudiosos dividem a história do Oeste do Paraná em três períodos. O primeiro refere-se ao século XVII, quando bandeirantes portugueses, em busca de pedras preciosas e de índios para o trabalho nas lavouras do litoral, adentraram o interior do país. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, de 1492, essa região pertencia à Espanha. Portanto, no Oeste do Paraná, à semelhança do que acontecia em outros estados do Brasil e mesmo em outros países sul-americanos, a presença dos bandeirantes portugueses e colonizadores espanhóis gerou conflitos, trazendo muita destruição e morte aos nativos.

Nesse período da colonização, sucessivas disputas ocorreram entre portugueses e espanhóis. A Coroa portuguesa se empenhou para tomar para si o território ocupado pelos espanhóis. Com o intuito de proteger os nativos, padres jesuítas passaram a organizar reduções na região Oeste, as quais passaram a sofrer constantes ataques dos bandeirantes portugueses. Conseqüentemente, em 1632, já não restavam senão ruínas, obrigando os sobreviventes ao êxodo pelas margens e imediações dos rios Uruguai e Paraná, em busca de refúgio. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, todas as reduções existentes foram destruídas.

O segundo período da história do Oeste do Paraná refere-se ao século XIX, marcado pela deflagração da Guerra do Paraguai, que se prolongou, sangrentamente, de 1865 a 1870. Milhares de mortos, feridos e mutilados foram o saldo desse conflito, que pintou de vermelho a Bacia do Prata. Após o término da guerra, o Paraguai, completamente arrasado, viu-se derrotado pela Tríplice Aliança, formada pelo Império do Brasil, Argentina e Uruguai.

Ainda não havia terminado a guerra e surgiu, dentre alguns dos segmentos oficiais do Exército Imperial, a idéia da criação de uma Colônia Militar no extremo oeste paranaense. Por entenderem que essa região tinha um grande valor estratégico, os militares concluíram que o território não poderia ficar desguarnecido. Assim, uma base militar “deveria ser criada e funcionar como um bastião da defesa nacional nessas fronteiras (COLODEL, 2003, p. 43)”.

O prolongado conflito contra o Paraguai havia demonstrado, cabalmente, o quanto era temerário deixar essas fronteiras abandonadas. Além disso, entendia-se que essa Colônia Militar deveria abrigar, sob a sua jurisdição, um núcleo urbano, ponto inicial da colonização e povoamento da região (COLODEL, 2003, p. 43).

A fundação da Colônia Militar acabou ficando no papel até o ano de 1888, quando Thomaz José Coelho de Almeida, político voltado aos interesses das classes militares, assumiu a pasta do Ministério da Guerra e nomeou uma Comissão Estratégica chefiada pelo capitão Belarmino de Mendonça Lobo. Este, por sua vez, nomeou o engenheiro militar e segundo-tenente José Joaquim Firmino para a tarefa de comandar o destacamento que fundaria, no Oeste paranaense, a Colônia Militar. Vale informar que a descoberta da foz do rio Iguaçu foi consequência dessa missão.

Em novembro de 1888, teve início a árdua tarefa da expedição. Com facões, machados, serras e enxadas, a comissão foi se embrenhando mata adentro, abrindo picadas. Os exploradores estiveram, pelo período de sete meses e vinte dias, expostos a intempéries e perigos os mais diversos.

Com grande surpresa, a comissão descobriu que aquele sertão não era, de maneira alguma, inexplorado e desabitado como se supunha. Os homens da expedição depararam-se com muitas evidências da presença estrangeira naquela localidade. Mais que isso, havia indícios da existência de exploração comercial ilícita, tanto da erva-mate como da madeira nativa – aliás, abundante e rica em variedades na região. As evidências tornaram-se concretas quando a comissão se deparou com um acampamento composto por ervateiros paraguaios. Esse primeiro contato entre brasileiros e paraguaios revelou a existência de uma grande rede de exploração da erva-mate oestina por comerciantes estrangeiros. Outros acampamentos e picadas foram sendo descobertos, comprovando o início de devastação de que já estavam sendo vítimas as reservas de erva-mate brasileira.

No Rio de Janeiro, o Ministério da Guerra recebeu o relatório sobre a exploração estrangeira encaminhado por José Joaquim Firmino. Imediatamente, medidas foram tomadas e, em resposta, vieram ordens para que fosse fundada a Colônia Militar. Em 13 setembro de 1889, partiu a segunda expedição com determinações para desmontar qualquer acampamento estrangeiro que fosse encontrado em território brasileiro. A expedição chegou no dia 23 de setembro de 1889, dando início ao trabalho de fundação e instalação da Colônia Militar. No primeiro edital emitido com referência à colônia, autorizou-se a concessão de

lotes a todos os interessados que ali desejassem se estabelecer. Iniciava-se, formalmente, a presença brasileira no Extremo Oeste paranaense.

Nos anos subseqüentes, a tarefa de patrulhamento tornar-se-ia praticamente impossível por diversas razões, dentre as quais a dimensão da área, o pequeno número de efetivos e o grande número de aventureiros paraguaios e argentinos que se encontravam espalhados pela mata.

Em 1905, 58 famílias brasileiras já haviam adquirido seus lotes. Com exceção dessas famílias, a população restante era composta de paraguaios que viviam da extração da erva-mate e de argentinos que dominavam todas as atividades comerciais urbanas. Havia também alguns indígenas, reduzidos ao estado de pura mendicância.

A colônia já podia se manter com subsídios do Governo Federal e, por essa razão, a Comissão Estratégica já podia fazer sua retirada. Ficou estabelecido pelas autoridades governamentais que a colônia seria um centro agrícola e pastoril. Mas nada disso aconteceu: as poucas famílias de colonos que haviam se instalado nos lotes cedido pela Colônia Militar estavam pouco a pouco abandonando as atividades agrícolas e se voltando para a extração da erva-mate nativa, por se tratar de um negócio mais lucrativo.

O terceiro período da história do Oeste paranaense é marcado especialmente pelas *obrages*¹. Segundo Colodel (2003), a extração comercial da erva-mate e da madeira na região Oeste do Paraná assentou-se num modelo de exploração que ficou conhecido pela história como *obrages*, permanecendo em franca atividade por mais de meio século. As *obrages* constituíram verdadeiros impérios exploratórios, em que os *mensus* situavam-se em escala de completa obediência e submissão. Como se não bastasse toda a violência perpetrada pelos *obrageros* e seus capatazes contra os *mensus*, a força policial executava procedimentos que extrapolavam em muito seus limites legais. Toda essa insegurança afetava o povoamento da região, e os poucos colonos que se

¹ Termo retirado do castelhano, que passou a designar as propriedades ou explorações instaladas em regiões onde predominava a existência de uma flora tipicamente adequada ao clima subtropical, nos estados vizinhos da Argentina e do Paraguai (COLODEL, 1988). Mais especificamente, *obrages* eram as construções usadas para a exploração da erva-mate e da madeira e *obrageros* eram chamados os donos dessas instalações. Já os operários que trabalhavam nas *obrages* eram chamados *mensus* (WACHOVICZ, 1988).

estabeleceram na foz do rio Iguaçu foram abandonando suas terras, as quais foram invadidas impunemente pelos *obrageros*, que delas retiravam a madeira.

Por ocasião da Revolução de 1930, o Oeste paranaense era ainda despovoado e dominado pelos interesses dos *obrageros*. As forças rebeldes brasileiras que penetraram o Oeste fizeram com que os *obrageros* e seus homens de confiança abandonassem às pressas a região. De acordo com Colodel (2003), o Governo Federal pensava em nacionalizar a imensa região Oeste². Todavia, entendia que era necessário e fundamental que o seu efetivo povoamento fosse uma realidade. Deste pensamento nacionalista é que nasceu a política governamental denominada “Marcha para o Oeste” – em tese, uma maré povoadora.

O Governo Federal enviou para o Oeste paranaense uma comissão chefiada por Zeno Silva. Deveria verificar *in loco* a situação e encaminhar um relatório completo ao Rio de Janeiro. Nasceu, deste relatório, a idéia da criação de um território federal com porções de terras do Oeste paranaense e catarinense (COLODEL, 2003, p. 65).

Diante da tomada de decisão do Governo Federal, pode-se considerar que a redefinição dos rumos do povoamento da região Oeste tenha sido acionada pelo Decreto Estadual nº 300³, de autoria do Governo do Paraná. Por este instrumento legal, foram devolvidas ao patrimônio do Estado grandes extensões de terras, anteriormente concedidas e tituladas a grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Assim, o quarto período histórico do Oeste do Paraná é marcado pelas implicações do Decreto nº 300, que, além de devolver essas terras ao controle do Paraná, também abriu as portas a migrantes por intermédio das companhias colonizadoras, que demonstraram interesse pela região graças à propaganda a

² A consolidação de Getúlio Vargas no poder repousou na centralização do poder, eliminando as oligarquias estaduais e substituindo-as por tenentes. Uma das bandeiras do tenentismo era o nacionalismo, que difundia a idéia de defesa dos recursos naturais do patrimônio nacional (EMER, 1991, p. 92).

³ Segundo Emer (1991, p. 107-108), o interventor Mário Tourinho, mediante o Decreto nº 300, de 1930, fez retornar para o domínio do Estado imensas glebas tituladas à Braviaco em pagamento pela construção de ferrovias no Estado, apenas parcialmente executadas. Em decorrência desse decreto, ampliou-se o espaço geográfico das terras de domínio público, possibilitando a dilatação do limite de ocupação pelos migrantes de outras regiões.

respeito da fertilidade das terras do Oeste paranaense. Os primeiros a chegar foram os poloneses, seguidos pelos italianos e alemães que, uma vez instalados, dedicaram-se à cultura do milho e à criação de suínos.

Os colonos descendentes de poloneses, italianos e alemães que saíram dos seus estados de origem, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e migraram para o Oeste paranaense eram, em sua maioria, filhos de imigrantes poloneses, alemães e italianos que, por sua vez, deixaram seus países de origem no final do século XIX e início do século XX e se instalaram no sul do país, adquirindo pequenas colônias para o desenvolvimento da agricultura familiar. À medida que as famílias dos imigrantes foram crescendo, a terra que possuíam tornou-se insuficiente para abrigar a todos, restando aos filhos desses imigrantes deixarem seus pais e seus estados de origem em busca de novas terras. Portanto, os agricultores que se dirigiam à região Oeste do Paraná desbravaram a terra e enfrentaram os grileiros e jagunços com o objetivo precípua de reproduzirem sua subsistência.

Esse período, estabelecido mais uma vez pela conjuntura nacional e mundial, vai dar as condições históricas de desenvolvimento do Oeste do Paraná. O aumento do consumo de alimento nos centros urbanos em crescimento exigiu o aumento da produção, que, por sua vez, desencadeou a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas. O desenvolvimento da indústria madeireira foi outro fator que favoreceu a fixação e a colonização da população do Oeste do Paraná. A ampla colonização da região demandou a implementação de serviços fundamentais, tais como: abertura de estradas, constituição de cooperativas, implantação de serviços de saúde e educação, etc. Com a ausência pública nessas demandas, a população buscou sanar com recursos próprios essas necessidades, abrindo estradas, construindo escolas e hospitais, etc.

A efetiva ocupação da região Oeste do Paraná ocorreu na década de 1950, como resultado de um processo muito dinâmico de dilatação da fronteira agrícola, explicado no contexto da economia nacional pelo fenômeno da industrialização do país, que ampliou as relações capitalistas de produção e aumentou a divisão do trabalho, criando um mercado intenso para a produção agrícola (LIMA, 2003).

Essa região tem se destacado como pólo nacional de desenvolvimento agroindustrial, caracterizada como uma área de excelente produção, abastecendo

o território nacional e internacional. Essa característica da economia da região se justifica pelo modelo como foi organizado seu processo produtivo, relacionado aos custos de produção e transportes (LIMA, 2003).

2.1.1. Desenvolvimento da cidade de Cascavel

Na década de 1930, a campanha eleitoral para a presidência da República resultou na vitória de Júlio Prestes⁴. José Silvério de Oliveira, conhecido como Nhô Jeca, comerciante guarapuavano radicado em Pouso Alegre, localidade próxima a Catanduvas (PR), recebeu informações de que seu candidato Getúlio Vargas⁵ (Aliança Liberal) havia sido derrotado na eleição presidencial.

De fato, Julio Prestes venceu as eleições, mas não assumiu o governo. Porém, vendo-se derrotado e temendo represálias de seus adversários políticos, tal o vigor de sua participação na campanha da Aliança Liberal, José Silvério de Oliveira decidiu se mudar de Pouso Alegre com sua família, dirigindo-se a uma região que considerava muito promissora e que conhecera havia alguns anos antes, durante a Revolução de 1924. Arrendou as terras da família de Antônio José Elias, que havia falecido em 1928, localizadas num entroncamento de picadas tropeiras conhecido por Encruzilhada⁶, que mais tarde tomaria o nome do rio Cascavel (SPERANÇA, 1988). O comerciante guarapuavano abriu uma clareira, construiu algumas casas de pinheiro lascado e estabeleceu seu armazém para negociar com viajantes e operários das empresas de erva-mate que por ali passavam. E, assim, em volta dessas casinhas, nasceu a florescente vila de Cascavel (SPERANÇA, 1988). Como o crescimento do lugarejo implicava

⁴ Candidato apresentado pela oligarquia paulista que achou fundamental manter a presidência para controlar a política econômico-financeira, frente à crise política gerada pela valorização artificial do preço do café.

⁵ Getúlio Vargas assumiu a presidência em novembro de 1930, dando início a um período de fortalecimento e centralização do poder do Estado.

⁶ Este percurso apresentava extrema dificuldade para os que nele transitavam. Era possível fazê-lo a pé ou a cavalo, através de uma picada estreita, aberta em terreno acidentado e perigoso. Essa trilha cruzava caminhos gerados pelo transporte da erva mate, daí o entroncamento ser denominado Encruzilhada (SPERANÇA, 1988).

o atendimento a algumas necessidades básicas, Silvério buscou meios para que nesse lugar se estabelecessem alguns serviços públicos, dentre eles o Posto Telegráfico, o Distrito Policial, a primeira escola e o Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos, sendo elevado à categoria de Distrito em 1931.

No entanto, pode-se dizer que o ciclo da madeira representou o *boom* que estimulou a migração no Paraná. Centenas de famílias sulistas, premidas pelo minifúndio, rumaram ao Paraná em busca de terras férteis e de fácil aquisição, instalando-se como posseiros nas glebas de terras devolutas existentes no Oeste paranaense (WACHOWICZ, 1988). Assim, a “corrida” para o Oeste e Sudoeste do Paraná, na década de 1950, foi estimulada por uma grande maioria de descendentes de imigrantes – colonos e agricultores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – que se estabeleciam nessas terras mediante invasão, acreditando que, no futuro, o Estado ou mesmo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) lhes concedessem a terra.

Configurou-se a posse quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e moradia. Em consequência, quando o Estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos “lotes e mesmo glebas inteiras, já se encontravam ocupadas [...], o mesmo acontecendo em terras particulares (SPERANÇA, 1988, p. 40)”. Essa ocupação acabou por gerar muitos conflitos, desencadeando emboscadas e crimes misteriosos ligados à posse de terras, conforme atestam os excertos a seguir:

As origens dos conflitos de terra em todo o Oeste devem-se à má colonização das terras públicas, incentivando a vinda de grileiros profissionais que para conseguirem apoderar-se de vastas áreas contratavam elementos que se diziam *pistoleiros* (SPERANÇA, 1988, p. 41).

Em Cascavel tudo se decidia no tiro. Vivíamos um regime de escravatura aqui. Tudo o que se fala sobre a morte de posseiros em Cascavel está minimizado. Foi muito pior. Aqui aconteceram chacinas grotescas. Com o incêndio da sede da Prefeitura, as autoridades estaduais passaram a dar mais atenção a Cascavel. O fato repercutiu muito, e resolveram reforçar a Justiça no Município. Aí os oligarcas assassinos de posseiros mudaram de estratégia. Era mais fácil comprar um juiz do que matar famílias inteiras (SPERANÇA, 1992, p. 34).

Para aplacar o conflito⁷ entre jagunços e posseiros, foi designado, pelo Governo Estadual, o Coronel João Rodrigues da Silva Lapa. Cascavel estava praticamente no centro do conflito; contudo, além desse quadro que se apresentava para ser resolvido, havia também a luta pela emancipação do Distrito Administrativo de Cascavel. A emancipação era a bandeira empunhada pelos vereadores Jacob Munhak, Francisco Stocker, Antonio Leivas e Manoel Ludgero Pompeo, apoiados por José Silvério de Oliveira e pela população em geral, para prosseguir na luta pelo desmembramento (SPERANÇA, 1988).

A luta pelo desmembramento encontrou apoio do prefeito de Foz do Iguaçu, Francisco Guaraná de Meneses, e do deputado estadual Maury de Oliveira e Silva, da cidade de Londrina, os quais, no decorrer do ano de 1951, desenvolveram intensos esforços junto às autoridades legislativas e executivas do estado, objetivando a criação do novo Município (SPERANÇA, 1988).

Com a Lei Estadual de 790/51, de 14 de novembro de 1951, sancionada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha, estará criado oficialmente o Município de Cascavel. Mais um ano passará até que sejam realizadas as primeiras eleições e instalado o Município (SPERANÇA, 1988, p. 70).

A primeira eleição municipal de Cascavel foi marcada para o dia 19 de novembro de 1952, e a instalação de posse para os eleitos, para 14 de dezembro do mesmo ano. Saiu vitorioso das urnas o candidato a prefeito José Neves Formighieri, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

2.1.2. Desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu

Segundo Wachowicz (1988), por volta de 1881, os argentinos começaram a explorar erva-mate na região de Misiones. Atraídos pela erva-mate da região, os

⁷A situação do conflito de terras alcança o auge em 1957, mas esse quadro de intranquilidade persiste de forma inalterada até 1960, tomando outra configuração após a posse do governador Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965). Com a ascensão de Ney Braga, organiza-se um esquema especial destinado a reduzir os conflitos de terras disseminados pelo interior (SPERANÇA; SPERANÇA, 1980).

portenhos não se demoraram a chegar ao Oeste paranaense. Como ainda não havia infra-estrutura instalada na região para fiscalizar e cobrar os impostos de exportação, a erva-mate saía do Paraná como contrabando.

Para impedir que a erva-mate saísse do Brasil dessa forma, e também por ser a localidade uma região de grande importância estratégica, o governo imperial resolveu, em 1888, instalar uma Colônia Militar na localidade. A política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada “fronteira guarani”⁸ (WACHOWICZ, 1988).

Para fundar a Colônia Militar, foi enviado o capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo. Sua expedição chegou à foz do rio Iguaçu no dia 22 de novembro de 1889, “quando tem início a efetiva conquista da região pelos brasileiros (SPERANÇA, 1988)”. No início, a população da região era constituída de 324 habitantes, distribuídos na maioria entre paraguaios e argentinos, sendo os brasileiros apenas em número de nove. Em um período de quinze anos, esse número de habitantes teve um crescimento de 200%, ou seja, a Colônia Militar contava, em 1905, com uma população de aproximadamente mil habitantes (WACHOWICZ, 1988).

Os colonos que chegaram à localidade foram se adaptando ao local, ganhando lotes de terras nos domínios da colônia, e tinham por obrigação produzir agricultura de subsistência. Muitos abandonaram a agricultura e passaram a explorar erva-mate e cortar madeira, recursos naturais pertencentes ao governo brasileiro. Os próprios oficiais que foram destacados para fiscalizar a colônia consideravam-se abandonados pelo governo e, conseqüentemente, buscaram garantir o sustento por meio do contrabando da erva-mate.

Dadas as condições de abandono em que se encontrava a Colônia Militar, o Governo Federal a extinguiu em 1912, e esta passou a integrar o território de Guarapuava. O povoado passou, então, a ser conhecido por Vila Iguaçu (SPERANÇA, 1988) e, em 1914, foi elevado à condição de Município de Foz do Iguaçu pela Lei nº 383 (PIERUCCINI; TSCHÁ; IWAKE, 2003).

⁸ Fronteira Guarani refere-se à fronteira brasileira com a Argentina e o Paraguai, povoada outrora por índios guaranis. Recebem a denominação de guaranis modernos os descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas, nas suas famosas reduções de Mato Grosso, Paraguai, Paraná e região missioneira (WACHOWICZ, 1988, p. 47).

A partir de 1921, a região Oeste passou a ter outro panorama, com a transferência das terras pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio – BRAVIACO. A companhia se estabeleceu para atender ao apelo do Governo Estadual – colonizar as terras devolutas da região. Para cumprir com o objetivo de colonizar o Oeste, o governo estimulou o aparecimento das empresas colonizadoras que estavam presentes na origem praticamente de todos os municípios do Oeste e do Norte do estado.

Os núcleos de Foz do Iguaçu e Catanduvás foram acrescidos a este processo de ocupação e colonização a partir de 1930. As frentes migratórias, com descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, conferiram uma nova dinâmica à região, iniciando a mercantilização da produção agrícola, viabilizada pelas companhias colonizadoras.

Outra atividade que foi sendo acrescentada desde 1939 foi o turismo, graças à criação do Parque Nacional do Iguaçu na região das Cataratas do Iguaçu. Tal atividade favoreceu não apenas a rotatividade de turistas, principalmente estrangeiros (população volante), mas também o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo.

Outro fator de explosão populacional em Foz de Iguaçu se deve à construção da hidrelétrica de Itaipu. O empreendimento movimentou um contingente de mão-de-obra e agregados que chegou a ser maior que a população que havia em 1970: “Foz do Iguaçu contava com 33.970 habitantes; em 1980, a população aumentou para 136.320 habitantes; e, em 1995, Foz do Iguaçu contava com 210.000 habitantes (RIBEIRO, 2002, p. 53)”.

A construção da Itaipu Binacional, na década de 1970, exigiu uma grande infra-estrutura. Muitos investimentos se fizeram necessários – abastecimento de água e de energia elétrica, atendimento de saúde e educação, construção de hospitais, escolas e estradas, etc. –, uma vez que a obra demandava uma grande quantidade de trabalhadores. Nesse período, a construção demandou ainda a especialização de serviços indiretos que, associados à exploração do turismo, foram os principais fatores do crescimento populacional e do desenvolvimento de atividades econômicas. A migração da década de 1970 trouxe uma grande leva de pessoas para Foz do Iguaçu: só para o trabalho na barragem, totalizaram

quarenta mil homens (brasileiros e paraguaios), que dedicaram dezoito anos de suas vidas à construção da usina.

2.1.3. Desenvolvimento da cidade de Toledo

Pode-se situar o marco inicial do município de Toledo em 07 de abril de 1946, quando a Colonizadora Rio Paraná S. A. – MARIPÁ, com sede no Rio Grande do Sul, estabeleceu a primeira casa de lona na localidade: a Serraria Maripá. O surgimento de Toledo teve extraordinária repercussão no desenvolvimento de Cascavel, na emulação em busca de conquistas comuns. “Alguns estudos expressam que o desejo emancipacionista do Distrito de Toledo, em 1951, serviu de estímulo para a comunidade cascavelense para buscar seu desmembramento de Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 1988, p. 24)”.

Retrocedendo um pouco na história, Silva (1988) refere-se à data de 18 de fevereiro de 1946, em que Orlando Thomé saiu de São Marcos (RS), levando em seu caminhão dezesseis pessoas na primeira leva da viagem, todas com o objetivo de fundar uma cidade. Chegaram ao seu destino somente em 27 de março, pois a viagem de mil quilômetros levou 38 dias. Acamparam ao lado de um ribeiro, o Arroio Toledo, “mesmo sem saberem que naquela data estavam fundando Toledo, espécie de flor que o Rio Grande do Sul colocava agora na lapela do Paraná (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 63)”.

Dos pioneiros que desembarcaram no ribeiro, só não figurava Alfredo Paschoal Ruaro⁹, corretor de imóveis de uma empresa imobiliária catarinense. Ruaro tinha por incumbência arregimentar pessoas para trabalhar na Fazenda Britânia, no Paraná, a fim de derrubar mato, construir casas, abrir estradas e cortar madeira. Assim, arregimentou duzentas pessoas para vir ao Oeste do Paraná, mas, diante das dificuldades encontradas (alimentação, moradia, existência de mosquitos e bichos peçonhentos, etc.), 193 delas desertaram do objetivo proposto. Não contando mais com este número de pessoas para a força

⁹ Vale destacar que Alfredo Paschoal Ruaro tornou-se um dos maiores colonizadores do Paraná, pois, direta ou indiretamente, participou da fundação de vários municípios do Oeste do Paraná (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988).

de trabalho, apelou-se, então, para mão-de-obra de paraguaios (pois havia muitos nesta região) para a abertura de estradas e clareiras. Três meses depois desse trabalho, um casal e seus dois filhos já fixavam moradia na localidade.

Sem planejamento algum, Ruaro pensou em edificar moradias no lugar que foi desmatado, à margem esquerda do ribeiro. Entretanto, Juvenildo Lorandi um dos dezesseis integrantes que vieram na primeira leva, achou melhor que as construções se estabelecessem à margem direita; o engenheiro Júlio Bastian, por sua vez, sugeriu que a cidade fosse edificada mais adiante. Prevaleceu a sugestão de Juvenildo, ou seja, a construção de moradias à margem direita do ribeiro.

Com a chegada do topógrafo Ricardo Otto Schmidt a serviço da Colonizadora MARIPÁ, coube a ele elaborar a primeira planta e, conseqüentemente, proceder à completa demarcação da futura cidade. Naturalmente, as primeiras grandes construções, todas de madeira, seriam (como de fato o foram) destinadas aos escritórios centrais da MARIPÁ e a outros recintos de trabalho da mesma empresa. As primeiras residências de Toledo, também edificadas em madeira, foram destinadas aos empregados da MARIPÁ, mesmo porque, na época, ninguém ou pouca gente havia na localidade que não fosse funcionário da colonizadora. Dessa forma, “em fins de 1948 [...] o traçado de Toledo achava-se completamente concluído e, em 1950, a cidade estava fundada com um nome definitivo: Toledo (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 66)”.

Ruaro, vendo concluído seu trabalho de pioneirismo, passou as responsabilidades a Willy Barth¹⁰, que já conhecia a região. A MARIPÁ, além de desenvolver o ramo madeireiro, fundando diversas empresas coligadas e montando várias serrarias, deu grande ênfase à colonização. Através da sua direção, a Colonizadora teve grande desenvolvimento econômico, favorecendo a doação de terrenos para construções de edifícios públicos: Fórum, Delegacia de

¹⁰ Willy Barth foi comerciante no ramo de tecidos no Rio Grande do Sul, até se associar a Alberto Dalcanale e outros nas atividades de colonização. Em março de 1949, veio a Toledo para substituir Alfredo Ruaro. Morreu em 1962, ainda na função de diretor-chefe da MARIPÁ, no exercício do cargo de prefeito de Toledo e candidato a suplente de senador, em cuja campanha se encontrava (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988).

Polícia, Coletoria Federal, Correios e Telégrafos, campo de futebol, aeroporto e outros. Segundo Silva (1988),

[...] não é exagero nenhum afirmar que, se Alfredo Paschoal Ruaro desbravou o Oeste como pioneiro, Willy Barth foi-lhe o consolidador e o timoneiro destinado a dirigir e orientar esse mesmo Oeste no caminho da civilização (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 84).

De acordo com Ondy Niederauer¹¹ (apud SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988), o plano de colonização da MARIPÁ compreendia cinco pontos fundamentais: elemento humano, estrutura fundiária, sistema de cultura agrícola, escoamento da produção e industrialização. O plano pretendia:

a) povoar densamente a fazenda com agricultores mais adaptáveis à região; b) mão de obra esmerada, dedicada aos mesmos produtos e aclimatada às mesmas condições físicas de determinado ambiente; c) não propagar ruidosamente a necessidade de gente, a fim de não atrair elementos aventureiros; d) dar preferência ao agricultor nacional; e) trazer o colono do sul, mais experiente em criação de suínos, fabricação de manteiga e queijo, cultivo do feijão, milho, batatas, trigo, fumo, arroz e outros; f) buscar os agricultores mais aconselháveis no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, que já tinham mais de cem anos de aclimação no Brasil; g) recrutar os agricultores¹² através de agentes radicados nas regiões agrícolas de seus Estados (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 88).

A resposta esperada na execução desse plano era que os primeiros colonos atraíssem outros compradores de terras, e assim se sucedeu. A MARIPÁ, ao lado das operações rurais de demarcação e medição de lotes, teria de cuidar, concomitante, da demarcação urbana para o começo do povoamento. Inicialmente, a empresa decidiu que seriam reservadas áreas para a cidade de Toledo e mais treze núcleos urbanos.

¹¹ Niederauer chegou a Toledo em 1950 para atuar na profissão de contador, com o objetivo de gerenciar os escritórios da Colonizadora MARIPÁ.

¹² Segundo Güths (1999, p. 47), dois grandes passos foram dados com a finalidade atrair os agricultores: um em relação à "limpeza" étnica e o outro em relação à recepção e o bem estar dos pretensos compradores. A limpeza étnica estava relacionada à presença de índios e paraguaios, popularmente chamados de "bugres", os quais eram utilizados como mão-de-obra barata para serviços pesados como limpeza e desmatamento, sendo que estes deveriam evadir-se da região para dar espaço aos sulistas.

Numa época de pioneirismo e colonização, caracterizada pelas mais diversas dificuldades, Toledo, após a chegada dos primeiros moradores, via-se de braços com o isolamento e a conseqüente dependência de outros povoados e cidades, o que era motivo mais que suficiente para reavivar, em cada habitante, o entusiasmo pelo desenvolvimento e progresso da região (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 109).

Em 1951, Toledo contava com um pequeno aglomerado de casas, mas já se revelava um promissor pólo de desenvolvimento do Oeste paranaense. Seus moradores já não queriam apenas cultivar suas terras ou cuidar dos negócios, mas também consolidar uma conquista maior: o crescimento de Toledo, para posterior emancipação. Essa reivindicação se sustentava pelo seguinte fato: na época, Toledo já contava com “764 eleitores e contribuía com 40% da arrecadação dos impostos e taxas de Foz do Iguaçu (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 111)”. Foz do Iguaçu era o único município existente no Extremo Oeste paranaense, abrangendo uma área muito vasta, a maior do Paraná.

Com o ritmo de desenvolvimento que se observava em Toledo na época, não foi difícil conquistar a emancipação. No dia 14 de novembro de 1951, através da Lei nº 790, sancionada por Bento Munhoz da Rocha Neto, foram criados diversos municípios no Paraná, dentre os quais estava o de Toledo.

A primeira eleição foi realizada no dia 9 de novembro de 1952, e a instalação oficial e solene do Município de Toledo ocorreu 45 dias depois, em dezembro do mesmo ano (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988). O primeiro prefeito foi o médico Ernesto Dall'Oglio, eleito pela maioria dos votos.

A evolução econômica do Oeste paranaense, em geral, e de Toledo, em particular, apresenta aspectos análogos em relação às diversas fases periódicas e sistemáticas de desenvolvimento. No quadro evolutivo em questão, sobressaíram-se os seguintes ciclos econômicos: erva-mate, madeira, terras agrícolas, café¹³, suinocultura, trigo e soja, esses três últimos ainda em evidência.

A atividade ervateira em Toledo também foi mais histórica do que econômica, pouco significativa. A fase da madeira iniciou-se efetivamente a partir do final da I Guerra Mundial, embora o Oeste paranaense permanecesse sob o

¹³ A fase da cafeicultura no Oeste paranaense foi mais de cunho experimental e histórico do que econômico. A rigor, não se pode dizer nem mesmo que se tenha constituído num ciclo.

domínio e a exploração estrangeira. Mais tarde, já na década de 1930, com o final do período áureo da erva-mate e o enfraquecimento das empresas estrangeiras, provocado por levantes revolucionários (1924, 1930 e 1931), o ciclo da madeira se consolidou como a principal atividade econômica da região e do estado, com destaque especial para o pinheiro. No final dos anos de 1960, para manter as exportações, as empresas toledanas tiveram que comprar pinheiros de outros municípios. Tal prática encerrou-se por completo no início da década de 1970, dando lugar ao ciclo da soja e do trigo.

A consolidação desse novo ciclo econômico teve início no final da década de 1960, atingindo os maiores índices de expansão a partir de meados dos anos de 1970, quando as terras agrícolas mecanizadas passaram a dominar o panorama da região. Como a economia de Toledo esteve sempre embasada nas atividades do meio rural, a suinocultura também se destacou, e continua a ser uma das maiores e mais importante atividades econômicas do município.

Em 1959, foi fundado o Frigorífico Pioneiro S/A, com capital de associados da comunidade. Mas, devido a prejuízos e perdas advindas do processamento da matéria-prima produzida e do transporte dos animais, a empresa SADIA adquiriu, em 1964, o controle acionário do Frigorífico Pioneiro, passando a influir nos rumos da suinocultura. Em 1977, a SADIA ampliou suas instalações, adequando-as ao abate de aves, passando, desde então, a estimular a avicultura (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988).

A década de 1970 terminou com muitos reveses: devido à política governamental, muitas indústrias cerraram as suas portas. Portanto, a década de 1980 iniciou-se com uma preocupação dominante na cidade de Toledo: a industrialização do município. O que se constatou foi o esvaziamento do meio rural, o inchaço da cidade, a recessão e o desemprego. Nas décadas anteriores, houve tentativas para atrair indústrias por meio de incentivos municipais, mas sem grandes resultados. Na década de 1980, após amplo debate, surgiu um movimento de industrialização do município. A partir de então, começaram a surgir inúmeras pequenas indústrias, e assim dá-se início a um novo panorama para a cidade de Toledo e região.

2.1.4. Desenvolvimento da cidade de Marechal Cândido Rondon

O município de Marechal Cândido Rondon fez parte de uma região de exploração madeireira desenvolvida por empreendedores ingleses e argentinos no final do século XIX, até as primeiras décadas do século XX. A partir de 1920, alguns fatos obrigaram os ingleses a abandonar o Oeste Paranaense: a passagem da Coluna Prestes e também das tropas federalistas; as medidas do Governo Provisório (1889-1891), decretando a proibição da existência de empresas estrangeiras na região fronteira; e as dificuldades em manter os lucros nos latifúndios paranaenses, devido à auto-suficiência de erva-mate na Argentina. Esse conjunto de dificuldades levou à decadência as atividades extrativas praticadas pelos ingleses.

Com o objetivo de efetivar a ocupação das fronteiras nacionais, aliado à situação internacional (Segunda Guerra Mundial) e às implicações do Decreto Federal nº 300, com o conseqüente abandono da região, o Governo Federal criou, em 1943, o Território Federal do Iguaçu, pois era preciso nacionalizar a chamada “fronteira guarani” (WACHOWICZ, 1988). No entanto, apesar de todos os esforços, o “fim do Estado Novo e a conseqüente redemocratização do país puseram fim a esta divisão administrativa (GERKE, apud GÜTHS, 2000, p. 139)”, e o Território Federal do Iguaçu acabou sendo extinto em 1946. Segundo Güths (1999), os intelectuais que prestavam apoio ao governo de Vargas criaram o slogan “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de ocupar a fronteira guarani.

Ainda em 1946, o conjunto das intervenções políticas e econômicas na região resultou na instalação de inúmeras empresas imobiliárias, sobretudo de capital gaúcho. Entre elas, destaca-se a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ¹⁴, com sede em Porto Alegre (RS), que se instalou em Toledo. Nesse período, a empresa comprou a Fazenda Britânia¹⁵, com todas as

¹⁴ Essa empresa, cuja sede ficava em Porto Alegre, instalou-se em 1946 em Toledo, sendo considerada a mais importante imobiliária do Oeste Paranaense (WACHOWICZ, 1988).

¹⁵ Área de terra que “pertencia” à Companhia de Maderas del Alto Paraná. Esta companhia, de capital predominantemente inglês e ramificação da companhia inglesa The Alto Paraná Development Company Ltda., era uma sociedade anônima formada por ingleses que residiam em Buenos Aires. Tinha por objetivo explorar a madeira, a erva-mate e minerais, bem como desenvolver a colonização, o arrendamento e a partilha de terras. A companhia adquiriu essas

instalações da Companhia de Maderas del Alto Paraná. Com a aquisição da Fazenda Britânia, esta foi subdividida em colônias, chácaras e lotes urbanos. Com esta estruturação, a companhia obteve rápido retorno do investimento destinado a esta região, através da venda de terras, garantindo, assim, o sucesso do empreendimento.

Além da divisão das terras em lotes rurais, a MARIPÁ organizou também núcleos urbanos. O núcleo urbano de Marechal Cândido Rondon foi definido e mensurado no final de 1949 e, em março do ano seguinte, recebeu os primeiros moradores efetivos: migrantes sulistas descendentes de alemães.

Willy Barth, empresário da colonizadora MARIPÁ, levou o agrimensor Nicolau Heinrich para as vilas que vinham sendo formadas (Toledo, Porto Britânia, Porto Mendes e Zona Bonita) a fim de escolher um lugar que fosse ideal para formar uma nova vila. A escolha foi motivada pelo relevo plano do lugar e pela sua beleza, razão pela qual Nicolau Heinrich sugeriu o primeiro nome do novo núcleo, Zona Bonita, que mais tarde passou a ser General Rondon e, conseqüentemente a sua emancipação em 1960, Marechal Cândido Rondon. Segundo Güths (1999), além do fator relevo e da beleza do lugar, a presença de água, principalmente das nascentes das Sangas Borboleta e Matilde Cuê, e o entroncamento de dois carreadores¹⁶ também contribuíram na definição da Zona Bonita. Em 07 de março de 1950, quando os trabalhos de mensuração do espaço colonial da Fazenda MARIPÁ ainda estavam no início, chegaram os primeiros colonizadores e fixaram residência na então Zona Bonita: três homens e duas crianças. No final desse mesmo ano, mais quatro famílias estavam morando no núcleo urbano, totalizando vinte pessoas (GÜTHS, 1999).

Os migrantes colonizadores que inicialmente se instalaram no então distrito de General Rondon eram agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães, italianos e poloneses, os quais se dedicaram à policultura de subsistência. Já nos primeiros anos, a produção agrícola e a suinocultura

terras através de dois “títulos de domínio direto”, expedidos legalmente pelo Estado do Paraná, pelos governadores do período de 1907 e 1911, respectivamente (GÜTHS, 1999). Essa fazenda incluía os atuais municípios de Marechal Cândido Rondon e Toledo, entre outros (GÜTHS, 2000, p. 141).

¹⁶ Carreador era o nome dado aos antigos caminhos, picadas ou estradas utilizadas pelos *obrigeros* para a retirada da madeira para exportação.

destacaram o distrito regionalmente. Nesse contexto, a agricultura representou não só a subsistência dos agricultores, mas também a entrada na produção mercantil, com a qual garantiriam o pagamento de suas terras. Além disso, o desenvolvimento da agricultura permitiu inserir o Oeste do Paraná na produção de alimentos para o mercado interno, do estado e do país, vindo ao encontro dos discursos políticos nacionalistas de desenvolvimento.

A ocupação do núcleo General Rondon se deu de forma bastante rápida. Com a abertura da estrada Toledo – Porto Mendes, durante a década de 1950, tornou-se mais fácil a entrada dos migrantes via Toledo, contribuindo para o rápido crescimento populacional.

A partir de 1960, com as políticas e incentivos governamentais, intensificou-se o fluxo migratório, trazendo mais imigrantes sulistas, que chegaram a representar cerca de 73% do total da população de Toledo e Marechal Cândido Rondon (OBERG; JABINE, 1960, apud GÜTHS, 1999).

O município de Marechal Cândido Rondon tem sua história intimamente ligada ao projeto de colonização da Maripá. O núcleo de apoio denominado Zona Bonita foi transformado em distrito de General Rondon, ligado ao município de Toledo, em 06 de julho de 1953 (Lei Municipal nº 17/1953) em 1960 foi aprovada pela Lei nº 4.245, de 25/07/1960, a criação do município, passando a denominação deste e de sua Sede para Marechal Cândido Rondon (SAATKAMP, 1988, apud GÜTHS, 1999, p. 57).

Segundo Güths (2000), a colonização de General Rondon não foi espontânea e sim planejada, pois a administração da MARIPÁ determinou a divisão da fazenda, a distribuição dos colonizadores, a venda das terras e a sua ocupação. Tanto é que o plano urbano de General Rondon estava caracterizado como um tabuleiro de xadrez, projetado a partir dos carregadores (atuais avenidas Rio Grande do Sul e Maripá), com trinta metros de largura, e ruas de vinte metros de largura. As quadras se caracterizam pelos ângulos retos, medindo 100 x 100 metros, num total de 299 quadras, subdivididas em doze lotes (GÜTHS, 1999).

Na década de 1970, a economia regional e municipal foi marcada pela modernização agrícola, com a entrada de máquinas e insumos que incentivavam a monocultura de exportação, caracterizada pelo binômio trigo-soja. Paralelo a essas transformações estruturais no campo, iniciou-se o processo de

desapropriações de terras agrícolas às margens do rio Paraná, no Oeste do estado e na República do Paraguai, devido à construção da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu e ao respectivo represamento do rio, em 1982 (RIBEIRO, 2002).

2.2. A criação do ensino superior nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon

No Oeste do Paraná, desde os primeiros grupos de ocupação e colonização, a preocupação com a escolarização de seus filhos foi um fato marcante, pois bem antes da presença do serviço público, os colonos do Oeste do Paraná construíram uma escola.

Os descendentes dos imigrantes já tinham experiências históricas na solução de problemas coletivos, tanto por terem apresentado excedente populacional quanto por terem participado de lutas sociais. Além disso, tinham também uma visão clara de que a escolaridade era fundamental para a instrumentalização das relações sociais que estabeleciam na Europa e como colonos no Brasil. Assim, quando a segunda geração brasileira passou a ser excedente populacional nas antigas colônias de imigrantes europeus e iniciou o movimento de expansão das fronteiras agrícolas, levou como herança de seus antepassados a valorização do trabalho árduo e a organização da família dentro de moldes tradicionais. A busca de soluções de problemas de forma coletiva, isto é, com a participação de todos os membros da comunidade, e o apreço pela escolarização de seus filhos, foram fatores decisivos para a priorização da educação, pois na

[...] cultura colonial alemã, o escalonamento de prioridades era, ao lado de cada escola um templo, enquanto para os descendentes de italiano era, ao lado de cada igreja, uma escola. De qualquer modo, a educação estava em posição de destaque entre as prioridades que eles, coletivamente, deveriam resolver. É dentro desta lógica etno-cultural que poderá ser analisada a questão da escola na Região Oeste do Paraná (PERIS; BRAGA, 2003, p. 453).

Como a educação se fazia necessária, buscaram-se alternativas para sua manutenção. A responsabilidade da educação ficava, então, sob a tutela da própria população local. Somente a partir de 1951, com a criação dos quatro primeiros municípios – Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon – surgem as Casas Escolares¹⁷. Construídas pelas comunidades, as Casas Escolares passam a ser as primeiras instituições educacionais das novas cidades mantidos pelo Estado¹⁸.

Com o crescimento populacional decorrente da ampla colonização das décadas de 1950 e 1960 e da ampliação das relações sociais advindas do desenvolvimento econômico e da urbanização, sentiu-se a necessidade de uma escolarização além da primária. Ao mesmo tempo em que a população requeria escolarização de nível ginasial, os principais núcleos urbanos demandavam outros níveis de escolarização. Ainda na década de 1950, passaram a existir, na região Oeste do Paraná, Escolas Normais Colegiais públicas e particulares, Escolas de Contabilidades e, no final da década de 1960, um único Curso Científico (Cascavel), mantido pelo Estado (EMER, 1991). Nessa época, já existia nesta região uma considerável, embora insuficiente, estrutura educacional pública municipal, estadual e privada em nível primário, ginasial e colegial (secundário).

À medida que os jovens dos principais centros urbanos do Oeste do Paraná concluíam a escolarização equivalente ao atual ensino médio, intensificaram-se as reivindicações para o nível de ensino superior. No final da década de 1960 e durante década de 1970, em razão da mecanização da agricultura e modernização da economia urbana, houve um considerável aumento da demanda por maior escolarização como forma de conquistar novos espaços sociais de trabalho da população rural urbanizada. A intensa demanda por escolarização requeria também um crescente número de professores habilitados e qualificados para o exercício do magistério na escola em expansão.

A ocupação e a colonização da região Oeste do Paraná, até este período, tinham atingido os limites de sua expansão e iniciado um processo de

¹⁷ Este foi o primeiro sistema escolar adotado pela Província do Paraná. Nesse sistema, o governo provincial contratava e pagava o professor, a quem cabia alugar uma casa ou uma sala e formar a classe de alunos de primeiras letras (EMER, 1988).

¹⁸ Moysés Lupion era o governador do Estado do Paraná no período de 1946 a 1951.

sedimentação mediante a definição de alternativas de sua inserção na economia em geral. No período assinalado, a economia regional substituiu o eixo principal de suas atividades econômicas, a madeireira, pela agricultura moderna, mecanizada e tecnificada. A alteração do sistema produtivo que desde a ocupação e colonização dava sustentação à economia madeireira ocorreu ao mesmo tempo em que as demais atividades econômicas também estavam em processo de modernização e especialização, ampliando a divisão de trabalho (FUNIOESTE, 1990).

Portanto, a demanda por educação, que desde o período da colonização se fez necessária, quando a existência da escola era estabelecida como condição de transferências das famílias que adquiriam terras das colonizadoras, já tinha ultrapassado o tradicional ensino primário e atingido os demais estágios dos graus médios. Além das determinantes estruturais, já existiam na região diversas escolas de segundo grau em funcionamento. Aos jovens que concluíam esse nível de escolaridade e desejavam prosseguir nos seus estudos não havia alternativas, a não ser se deslocar para cidades com centros universitários (ASSOESTE, 1982).

No período, as famílias em melhores condições econômicas mandavam seus filhos para outras cidades para cursarem uma boa escola de nível ginasial e um bom segundo ciclo que garantisse acesso a nível superior. Aos demais segmentos da população regional restavam apenas as alternativas locais, isto é, reivindicar esses níveis de escolarização (EMER, 1991, p. 269).

Depois de concluída a formação escolar, esses jovens encontravam boas condições de exercício profissional nas cidades em que foram estudar e não retornavam mais às cidades de origem, retardando, com isso, a inserção de pessoal qualificado para o desenvolvimento regional. Essas constatações foram politicamente exploradas pelos diversos segmentos sociais (fabricantes, comerciantes, profissionais liberais, agricultores, professores, estudantes, etc.), que assumiram a mobilização pela criação dos cursos superiores. A partir da modernização da economia em geral, bem como da conseqüente ampliação e complexificação das relações sociais e institucionais, os empresários regionais sentiram-se desprovidos de maiores conhecimentos para dirigirem seus

empreendimentos ou disporem da assessoria de pessoal qualificado. Nesse contexto, empresários da indústria, comércio e serviços transformaram-se em importantes forças de apoio para a mobilização em busca do ensino superior no Oeste do Paraná.

O ensino, a pesquisa e a extensão que os cursos superiores desenvolvessem auxiliariam na busca de soluções próprias dos problemas sócio-econômico-educacionais e na definição de perspectivas para o desenvolvimento regional (FUNIOESTE, 1990, p. 49).

Como o processo de interiorização do ensino universitário em outras regiões do Paraná havia sido reivindicado ainda na década de 1950, ganhando contornos mais expressivos na década de 1960, o Oeste do Paraná e, particularmente, Cascavel, reivindicavam também a criação de uma universidade para atender à demanda oestina.

2.2.1. O ensino superior em Cascavel

No início da década de 1960, Cascavel contava com uma população de 6.000 habitantes; no final da década, em 1969 esse número já havia ultrapassado a casa de três dígitos 118.000, habitantes, ou seja, a população crescia em média 11.200, ao ano. Com o crescimento populacional havia um número expressivo que demandava educação em nível superior. Tendo em vista essa realidade, projetos para a instalação do ensino superior foram sendo construídos, atendendo a interesses de grupos distintos. O primeiro projeto de Instituição de Ensino Superior (IES) desenvolveu-se a partir de 1964, quando alguns integrantes da Associação Comercial e Industrial de Cascavel idealizaram a criação de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária. Porém, o entusiasmo em torno do assunto não fez com que a idéia fosse levada adiante, já que naquele momento havia necessidades educacionais prioritárias no nível médio de ensino, as quais absorviam a maior parte dos recursos disponíveis existentes. Antes de se cogitar

o ensino superior, era imperativo criar o Curso Científico, cuja reivindicação constituía pauta de manifestações de estudantes e professores.

O segundo projeto desenvolveu-se em 1967, quando a idéia de ensino superior ganhou mais adeptos e foi fortalecida pelo apoio do então deputado estadual Nelson Buffara, vice-presidente da Assembléia Legislativa. Quando o deputado retornou a Curitiba da viagem que fez ao Oeste do Paraná, atendeu a solicitações do prefeito e vereadores de Cascavel, além de outras autoridades municipais, apresentando ao Legislativo um projeto de lei propondo a instituição de uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, mas esse projeto não obteve aprovação.

Depois de dois projetos frustrados, pode-se considerar que o ensino superior em Cascavel era uma meta a ser perseguida após a experiência da Universidade Volante, em 1969. Idealizada pelo professor Durval Pacheco, a Universidade Volante foi uma iniciativa desenvolvida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), apoiada pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Tinha por objetivo favorecer o acesso ao ensino superior a um maior número da população do estado, em regiões que ficavam distante da capital (Curitiba).

Esse modelo universitário deslocava da Universidade Federal do Paraná uma parte de seus professores, instrutores e funcionários para uma região do estado definida mediante suas características geo-econômicas. A finalidade era a realização de uma série de cursos intensivos sobre assuntos atinentes à vida social, cultural, econômica e política, ou seja, abordavam-se problemas de várias ordens no que dizia respeito aos municípios visitados.

Após a realização de levantamento das necessidades da região, o Departamento de Educação e Cultura da Reitoria da Universidade Federal do Paraná encaminhava temas e sugestões recebidas às diversas escolas e faculdades da UFPR, para que apresentassem um programa de aulas sobre cada tema solicitado pelos vários municípios. Depois da organização dos temas das aulas, abriam-se as inscrições em todos os municípios que a região definida comportava.

O projeto Universidade Volante da UFPR foi realizado nas principais cidades do Paraná¹⁹: Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Paranaguá e Cascavel. A primeira experiência da Universidade Volante foi na cidade de Ponta Grossa, e o lançamento contou com a presença do então presidente Jânio Quadros.

A primeira Universidade Volante teve lugar em Ponta Grossa, em 1961, e foi tal a expectativa criada que o presidente Jânio Quadros lá estava para estimular a iniciativa. Foram realizados cursos para médicos, professores, advogados; cursos de arte culinária; ações de prestações de serviços; reuniões com prefeitos e vereadores da região. A primeira Universidade Volante dirigiu-se a uma clientela de 4.500 pessoas e procurou identificar problemas nas quais a universidade poderia ajudar na solução. A iniciativa tinha a duração de cinco dias em média, acontecia normalmente nos fins de semana, quando os professores poderiam se deslocar para o interior. Mediante a natureza dos problemas identificados, poder-se-iam desenvolver ações mais demoradas e complexas [...] (GURGEL, 1986, p. 58).

Na cidade de Cascavel, a Universidade Volante constituiu a sexta experiência²⁰. A realização dos cursos (totalizando 56) ocorreu no período de 20 a 26 de outubro de 1968, contando com 8.638 alunos e com 15 municípios inscritos. Havia duas modalidades distintas de cursos, conforme o público-alvo: (a) cursos ministrados aos setores profissionais, isto é, destinados exclusivamente a médicos, engenheiros, funcionários públicos federais, estaduais e municipais, professores e enfermeiras; e (b) cursos para inscrição livre e popular, destinados a funcionários das indústrias e do comércio, administradores, empregados em organizações rurais, fazendeiros, agricultores, tratoristas, operadores em

¹⁹ O projeto “Universidade Volante” totalizou seis promoções: a primeira ocorreu na cidade de Ponta Grossa, de 5 a 8 de agosto de 1961, com 4.500 alunos inscritos; a segunda aconteceu em Londrina, de 31 de março a 4 de abril de 1962, totalizando 13 mil alunos inscritos; a terceira promoção ocorreu na cidade de Maringá, com 23.631 alunos inscritos; a quarta promoção ocorreu na cidade de Jacarezinho, de 21 a 24 de novembro de 1963, contando com um total de 6.860 inscritos; a quinta promoção aconteceu em Paranaguá, em 6 de novembro de 1964, com 3.630 inscritos; e a última ocorreu na cidade de Cascavel (BRASIL UNIVERSITÁRIO, 1969).

²⁰ A abertura do evento ocorreu no Cine Delfim, e estavam presentes: o Reitor da Universidade Federal do Paraná – Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, o Prefeito Municipal de Cascavel – Dr. Odilon Reinhardt, autoridades civis, eclesásticas, militares, deputados, vereadores, diretores de colégios, prefeitos e estudantes da região. Após o ato inaugural, o coral da Universidade Federal do Paraná, composto por estudantes, fez apresentação sob a regência do maestro Mário Garau, encerrando a primeira parte da sessão inaugural (BRASIL UNIVERSITÁRIO, 1969).

máquinas agrícolas, criadores de gado vacum, cavalar, porcino e avicultores. Esta forma de trabalho itinerante foi desenvolvida pelas Universidades Volantes até 1970, quando, por falta de recursos financeiros, a experiência foi interrompida.

A região Oeste, estimulada pelo apoio que o então governador Paulo Pimentel (1966-1970) apresentava ao ensino superior para o interior, criando as universidades estaduais de Ponta Grossa (1969), Maringá (1969) e Londrina (1969), desenvolveu concomitantemente dois projetos. Esses projetos estavam sendo construídos em Cascavel: um para a faculdade de Filosofia e outro para Agronomia e Veterinária.

O projeto da Faculdade de Agronomia e Veterinária (Projeto de Lei nº 397/68), de autoria do deputado estadual Roberto Wyppych, foi apresentado na Assembléia Legislativa do Paraná. Ao apresentar o projeto, o deputado justificou que

[...] a criação da Fundação Educacional Universitária do Oeste do Paraná está inteiramente dentro da Lei nº. 4978 Sistema Estadual de Ensino que trata minuciosamente dos princípios e requisitos para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino oficial e particular no Estado do Paraná (DEPUTADO..., 1968, p. 4).

Essa lei, no seu artigo 24, dizia que as instituições educacionais mantenedoras de estabelecimentos oficiais, cujo patrimônio e orçamentos devessem provir do poder público estadual ou municipal, necessitavam ser criadas por leis especiais, aprovadas pelo legislativo estadual ou municipal. E, ainda, no seu artigo 197:

[...] o poder público estadual estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível, sem finalidades lucrativas, inclusive divulgando, que nos termos do artigo, 107, Lei Federal nº. 4.024 de 1961 (*sic*), será facultada, contribuintes do imposto de renda, a dedução dos auxílios ou doação comprovadamente feitos a tais entidades (DEPUTADO..., 1968, p. 4).

Foi com base nesses artigos e na justificativa de que a região Oeste do Paraná estava ultrapassando todas as expectativas de crescimento demográfico e econômico que foi apresentado o projeto.

Aprovado o projeto que criava a faculdade, este, contudo, ainda deveria ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Como Cascavel ainda não possuía destaque econômico no estado, por ser uma região economicamente agrícola baseada em pequenas propriedades, formadas por pequenos produtores, e na sua grande maioria não havia condições de produção para o comércio, por falta de poder de capitalização, este fato foi usado pelo CEE como argumento não favorável à criação da faculdade. Em parecer emitido em 07 de agosto de 1969, o CEE posicionou-se

[...] contrário a reivindicação do então deputado Roberto Wyppych, quanto à criação de uma faculdade de Agronomia e Veterinária em Cascavel. O parecer foi solicitado ao Conselho Estadual de Educação (CEE) pela Assembleia Legislativa do Paraná (of. SC/512-69), que havia aprovado o projeto de lei n.397/68 que criava a mencionada faculdade (SHEEN, 2000 p. 170-171).

Segundo Sheen (2000), a posição contrária quanto à aprovação do ensino superior refletiu o posicionamento do CEE em relação ao Oeste e a todo o interior do Paraná. No exposto abaixo, alguns fragmentos do parecer permitem constatar que

O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letra e artes, e a formação de profissionais de nível universitário (art. 175 da Lei nº. 4.978/64). [...] Qualquer novo estabelecimento de ensino superior deve apresentar um rendimento em favor desses objetivos [...]. Particularmente, unidades de ensino superior localizada em regiões interioranas deverão reverter-se de judiciosas cautelas iniciais para que se possa ter uma expectativa razoável de sucesso (PARANÁ. C.E.E., 1969, apud SHEEN, 2000, p. 72).

E ainda, o ensino superior no interior deveria pressupor a existência de fatores relevantes, tais como: recursos materiais já existentes (prédios, laboratórios, áreas de experimentação ou de extensão, base agrícola); recursos humanos locais capazes de proporcionar contribuição no campo do magistério e da pesquisa; demanda que justificasse a preparação de técnica; expectativa de jovens que buscassem por essa formação e qualquer outra condição que possibilitasse o desenvolvimento científico (PARANÁ. C.E.E., 1969, apud SHEEN, 2000).

Cascavel e região possuíam as condições necessárias que o CEE apresentava como exigência imediata para a instalação do ensino superior. Como foi possível constatar em documentos levantados, Cascavel não somente oferecia essas condições, como também necessitava formar profissionais em várias áreas do conhecimento.

O município de Cascavel, e toda a região Oeste paranaense padecem das mesmas condições do sistema de propriedades agrícolas pequenas que prevalecem no Estado. Por isso mesmo não modifica as adversas condições gerais ao emprego generalizado dos Engenheiros Agrônomos e dos Veterinários. O projeto de Lei n. 397/68, de autoria do deputado Roberto Wyppych, não traz justificativa que demonstre a existência de algum dos fatores de localização a que nos referimos.

[...]

Pelas razões expendidas, não poderíamos concluir senão pela negativa ao projeto de Lei n. 397/68, na forma como foi apresentado. Negativa quanto à oportunidade e quanto à conveniência. Os aspectos legais, nestas condições, são subalternos por isso não os examinaremos.

A título de reflexão final, em reconhecimento ao valor social e econômico da população do oeste do Paraná, a quem o autor do projeto de Lei certamente procurou homenagear, externamos nosso ponto de vista de que aquela grande e produtora região poderia ter um centro superior de pesquisa se este fosse o núcleo básico de um grande projeto de promoção econômica do oeste, projeto este que abrangesse toda a atividade regional tendo por base a industrialização, num esforço conjunto dos Governos Federal, Estadual e municipais e da iniciativa privada local.

Sala das sessões, em 07 de agosto de 1969 (PARANÁ. C.E.E, 1969²¹, apud SHEEN, 2000, p. 72).

Portanto, a negativa ao projeto do deputado Roberto Wyppych residia no fato de que não havia um “grande projeto” que promovesse a economia do Oeste do Paraná. Nesse sentido, observa-se

[...] a estreiteza de visão que muitas vezes têm aqueles que são responsáveis pelas tomadas de decisão no campo educacional. Não conseguem projetar para o futuro, decidindo com base em um presente imediato demais para que possa acompanhar o dinamismo do processo histórico. A evolução, política e social do oeste paranaense, nas décadas posteriores, é uma resposta histórica contundente à estreiteza daqueles que a avaliaram tão

²¹ Assinaram este parecer: Haroldo Souto Carvalhido – Presidente, Véspero Mendes – Relator, Jucundino da Silva Furtado, Alda Aracy Moeler, Zélia Milléo, Sarah Sartori, Dorothy Gomes Carneiro, Antônio José Franco Satyro, Guido Arzua, Osvaldo Arns, Otávio Mazziolli, Ada Mantrucchio Gineste (SHEEN, 2000).

superficialmente, sem considerar as perspectivas que já se anunciavam para a região à época do parecer (SHEEN, 2000, p. 172).

A região do Extremo Oeste do Paraná sofreu profundas alterações nas décadas seguintes, e acreditando neste potencial é que aqueles que estiveram sempre comprometidos com a educação, apesar da resistência, continuaram a lutar pela universidade. Para entender como as forças políticas sempre estiveram distantes desta região do Paraná, no período em que se projetava a idealização de uma universidade para Cascavel, o então governador do Paraná, Paulo Pimentel, em entrevista concedida a Sheen (2000), declarou que Cascavel não dispunha, naquela época, “de condições econômicas para sediar uma universidade. E tudo indica que se considerava que não estava preparada nem para uma faculdade (SHEEN, 2000, p. 172)”, embora no período em que esteve no governo, a proposta de interiorização fosse parte da estratégia de desenvolvimento integrado para o estado.

Esse processo de interiorização esteve presente quando deu entrada na Assembléia Legislativa do Paraná o Anteprojeto nº 145/69 a respeito da criação de três universidades estaduais (UEM, UEL e UEPG) ao mesmo tempo e através de um mesmo ato legal. Esse anteprojeto recebeu a primeira emenda, de autoria do deputado Fuad Nacli (ARENA/Centenário do Sul), que propunha o aumento do número de universidades a serem criadas – de três para cinco –, com a inclusão das Universidades de Bandeirantes e de Cascavel. Com parecer negativo da Comissão de Finanças, a emenda foi rejeitada em plenário.

Segundo Sheen (2000), se tivesse sido aprovado na Assembléia a emenda do deputado Nacli sobre a criação de um ensino superior em Cascavel, tal procedimento fugiria ao modelo tradicional de criação de universidade no Brasil, que é o da “universidade conglomerada”, ou seja, aquela que surge através da justaposição de estabelecimentos pré-existentes, exceção feita à Universidade de Brasília.

No que se refere ao aspecto legal, não haveria impedimento à pretensão de Cascavel, visto que, de acordo com o artigo 7º da Lei nº 5.540/68, as universidades poderiam “organizar-se diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitos à autorização

e reconhecimento e, no segundo, apenas o reconhecimento (SHEEN, 2000, p. 174-175)". No entanto, conforme mencionado anteriormente, a posição da Assembléia Legislativa do Paraná foi, na ocasião, contrária à ampliação do número de universidades estaduais.

Outro projeto de ensino superior que mobilizou, ainda em 1968, alguns professores do Colégio Estadual Wilson Joffre – Ivo Oss Emer, Juarez Manoel Pereira Fernandes, Marcos Cláudio Schuster – referia-se à possibilidade da criação da Faculdade de Filosofia na cidade de Cascavel. O projeto logo alcançou a Câmara Municipal, desencadeando apoio para a formação de uma comissão para reivindicar às autoridades superiores da área educacional a criação da faculdade. De acordo com Sperança,

[...] a comissão Legislativa, formada pelos vereadores Luiz Picoli, José de Oliveira e Eliza Vieira Simioni, organiza os documentos que reúne dados sobre a realidade social e econômica de Cascavel, tendo Marcos Schuster, Elio Willy Fauth, Tânia Lancini e outros professores e alunos participado da tarefa de levantamento desses subsídios (SPERANÇA, 1988, p. 124).

Esse documento continha a reivindicação da criação da Faculdade de Filosofia para Cascavel e seria entregue ao Secretário de Educação do Paraná, Cândido Martins de Oliveira²², que em breve estaria na cidade. No dia 13 de junho de 1969, o secretário estava presente no ato inaugural do Colégio Wilson Joffre, e a comissão, valendo-se da oportunidade, fez a entrega do documento, com anexos dos dados sobre a realidade regional, coligidos previamente pelos vereadores. Houve grande expectativa no aguardo de resposta, porém ela não veio, como foi possível constatar em carta enviada ao governador Paulo da Cruz Pimentel (1966-1971), e publicada no Diário D'Oeste (1969).

Senhor Governador:

Reportando-nos, com a devida vênua, aos fatos que antecederam a êste pedido de criação e instalação de uma Faculdade em nossa cidade, vimos expor a V. Excia o seguinte:

²² Ex-líder estudantil colegial e universitário. Em 1967, exercia a função de diretor da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR). Também foi chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura e chefe da Casa Civil, acompanhando de perto os movimentos regionais em prol das universidades (WANDERLEY, 2001).

1º. – Na oportunidade da visita do senhor e da visita do secretário dos Negócios da Educação e Cultura²³, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, quando se deu a inauguração oficial do Colégio Estadual Wilson Joffe, em meados de junho p. p., na qual perante verdadeira multidão de estudantes, prometeu nos o sr. Secretário “ser dali por diante um soldado em defesa do ensino em Cascavel, batalhando pela criação de um curso superior”, palavras posteriormente ratificadas à comissão de Edis., que lhe entregaram em mãos a reivindicação do povo cascavelense.

2º. – A partir da visita do sr. Secretário a correspondência enviada a Curitiba a respeito do prometido foi contínua, porém sem resposta alguma até a presente data (FACULDADE..., 1969, p. 1).

A nova gestão do prefeito de Cascavel, Octacílio Mion (1969-1972), parece ter propiciado, em junho de 1969, um passo fundamental no sentido de instituir o ensino superior na região. Na posse do prefeito, esteve presente o representante do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda (UFPR), Reinaldo Michel, e o mesmo declarou que o reitor não estava medindo esforços para dotar Cascavel de uma Faculdade. Reinaldo justifica da seguinte forma:

[Os motivos] prendem-se ao fato dos ótimos resultados obtidos em nossa cidade quando vinda à Cascavel das Universidades Volantes, oportunidade em que nosso povo deu mostras de que pode e deve ter uma Faculdade que por situar-se numa das mais ricas regiões do Paraná tudo terá para satisfazer as condições de funcionamento (FACULDADE..., 1969, p. 3).

Essa declaração faz-nos reportar à análise de Gurgel a respeito da relação que ele estabelece entre essa experiência e a criação das universidades estaduais de Ponta Grossa, Maringá e Londrina na década de 1960:

²³ Em 1968, o Presidente da República Costa e Silva veio, com todo o seu Ministério, despachar no Paraná, e os auxiliares do governo paranaense na área da Educação decidiram conversar com o Ministro da Educação Tarso Dutra e com os técnicos a respeito da necessidade de implantação das universidades estaduais. Mediante visita feita pessoalmente às cidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, Cândido Martins e Tarso Dutra puderam sentir que havia condições de se estabelecer universidades a partir das escolas de nível superior. No final de 1968, a equipe da Secretaria de Educação recebeu novo alento com a promulgação da Lei nº 5.540, que nos seus artigos 2º e 7º estimulava a organização de universidades mediante reunião de estabelecimentos de ensino superior já reconhecidos. Ubiratan de Macedo, continuando a trabalhar para as universidades, coordenou, no início de 1969, uma equipe na preparação de um anteprojeto de implantação de quatro universidades nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel. Concluído o anteprojeto, o Secretário de Educação foi à Brasília, e o ministro Tarso Dutra formou uma comissão de cinco técnicos para examinar o trabalho elaborado pela equipe do Paraná. Esses técnicos desaconselharam a criação da Universidade de Cascavel “por falta de condições físicas”, e como na época não havia fortes movimentos lutando por uma universidade, não foi criada a unidade de ensino superior no Oeste do Paraná (WANDERLEY, 2001, p. 89-90).

Outras operações tiveram lugar em Paranaguá, Maringá e Londrina, sendo que, nestas duas últimas localidades, surgiram posteriormente universidades estaduais, por iniciativa de um grupo que se animou para o intento a partir da realização da Universidade Volante. Vale salientar que surgiu uma universidade estadual, em Ponta Grossa (GURGEL, 1986, p. 58 -59).

Segundo Sheen (2000), não há nenhuma informação que afirme a existência da relação suposta de Gurgel entre as Universidades Volantes e a criação das universidades estaduais, instituída pelo Governador Paulo Pimentel no período anteriormente assinalado. Da mesma forma, em documentação consultada e entrevistas realizadas em Cascavel, não há nada que afirme essa relação. Se alguma influência existiu, foi no sentido de reforçar uma reivindicação que já vinha sendo manifestada desde o começo da década de 1960.

Nas declarações do Superintendente do Ensino Superior Ubiratan Borges de Macedo, em matéria publicada pela Folha de Londrina, no dia 17 de dezembro de 1969, encabeçada pela manchete “Instalação de Faculdade em Cascavel seria impossível”, apresenta-se a alternativa de federação.

Apesar do interesse do Governo do Estado, é impossível, no momento, a instalação de uma faculdade em Cascavel, pois para sua manutenção seriam exigidos 500 cruzeiros novos por mês, revelou-se no último dia 10, nesta cidade, o Sr. Ubiratan Macedo, superintendente do Ensino Superior do Paraná que aqui veio a convite de autoridades municipais e estaduais.

Solução.

Afirmou o Sr. Ubiratan Macedo que, para Cascavel e região, a única solução seria uma “federação de escolas superiores” com cursos de Geografia e Ciências, Agronomia e Filosofia, em caráter regional e mantida pelo regime de fundação²⁴ [...] (FOLHA DE LONDRINA, 1969, apud SHEEN, 2000, p. 173).

Para contribuir nas discussões sobre a implantação do ensino superior em Cascavel, o movimento pró-universidade pôde contar com o auxílio do professor Atílio Ortigara, que havia participado da criação de uma faculdade no Estado do

²⁴ Essas declarações suscitaram um levantamento das condições regionais do Oeste do Paraná, de tal modo que, em 20 de fevereiro de 1970, o prédio no qual se pensava instalar a Federação de Escolas Superiores do Oeste – FUOP – já estava assegurado pela Sociedade de Ensino e Beneficência – Província do Sul. Essa instituição era proprietária do prédio onde hoje funciona o Colégio Santa Maria, cedido à FUOP, na época, pelo prazo de cinco anos.

Rio Grande do Sul. Ortigara lecionava no mesmo colégio (Wilson Joffre) dos professores que se mobilizavam para a criação do ensino superior. O primeiro passo era fazer um diagnóstico sócio-econômico-educacional, a fim de conhecer as perspectivas da região e necessidades, o que não estava difícil de se conseguir, pois levantamento de dados era o que mais havia, em razão de outras tentativas de criação de IES.

Neste período, os resultados que foram diagnosticados apontavam para a necessidade de criação de uma Faculdade de Educação e, em anexo, um Instituto de Geo-Ciências, além de uma Faculdade de Agronomia a partir de 1973. A razão da criação desta última ser projetada para o futuro decorreu da falta de um corpo docente qualificado para a área, exigência essa do Conselho Estadual de Educação.

Os membros da Comissão Pró-Universidade, juntamente com Dr. Alcides Pereira e o vereador Luiz Picoli, após terem estado em Curitiba para verificarem o andamento do processo da Fundação das Escolas Superiores, elaboraram um relatório e entregaram para o então prefeito Octacílio Mion. Este relatório dava conta de que,

em data de 19 de maio de 1970, a Comissão pró-Criação das Escolas Superiores de Cascavel, através de um de seus membros, encaminhou ofício ao exmo. Sr. Dr. Ubiratan Borges de Macedo, Superintendente do Ensino Superior do Estado do Paraná, juntamente com o processo exigido pela resolução 50/66, conforme instrução recebida.

Requereu outrossim, daquela autoridade, seus bons ofícios para, não somente dar provimento ao pedido na parte referente o Superintendente do Ensino Superior do Estado do Paraná, como ainda no sentido de ser sua Exa. o advogado do Oeste junto ao Colendo Conselho Estadual de Educação.

Embora não respondido o ofício, sua Exa. o recebeu, fornecendo inclusive ao encarregado do membro protocolo dessa entrega.

Assim conforme havia ficado combinado com o Dr. Ubiratan, quando de sua honrada visita entre nós, acompanhado do então deputado, Sr. Roberto Wyppych, no processamento faltaria apenas a complementação das letras “F” e “G” da resolução 50/66, que seria completado por sua Exa. o Dr. Superintendente, devido à sua experiência no caso.

Após essa complementação seguiria ao Conselho para o devido parecer e prosseguimento do processo até os trâmites legais.

Todavia, não se sabe por qual razão foi encaminhado projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado, sem o parecer prévio do Conselho.

Este através do parecer 126/70, apreciando o processo nº 560/69, que lhe havia chegado às mãos, a pedido da Secretaria de Educação e Cultura, pediu seu retorno a Assembléia, a fim de que o autor ou os iniciadores da Faculdade, apresentassem-no com o documento relacionado na resolução 50/66, isto na data de 4 de junho de 1970.

Houve, assim, uma inversão dos fatos e, em vista de nenhuma providência nessa fase paralisou-se o processo enviado pela Comissão na Superintendência até a data de 22 de janeiro de 1971, quando procurado pelos signatários.

Pela lei nº 6.160, sancionada pelo Sr. Governador, publicada pelo Diário Oficial de 14/10/1970, ficou o poder Executivo autorizado a criar a Federação das Escolas Superiores de Cascavel, nos termos, segundo o jornal, do parecer nº 252/69 do Conselho Federal de Educação.

Ficou, assim, devido aos fatos expostos, sem possibilidades de funcionamento nesse ano de 1971, a nossa tão almejada quanto necessária Federação das Escolas Superiores de Cascavel (RELATÓRIO..., 1971, p. 6).

E, ainda, para que o projeto fosse realizado, era necessário que algumas providências fossem tomadas.

Para que funcionem as Escolas Superiores em Cascavel no ano de 1972, devem ser tomadas as seguintes providências:

- 1) Decreto criando a Federação das Escolas Superiores de Cascavel e nomeando os membros dos Conselhos Curadores e Federativos, na forma revista pelo Artigo 5º e seguintes da Lei 6.160.
- 2) Destinar no mesmo Decreto, verba no valor correspondente a CR\$ 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros), para a instalação da Biblioteca.
- 3) Suprimir, por impraticável o curso de Química, previsto no Art. 1º da Lei nº 6.160, criando, no mesmo contexto, o de letras.
- 4) Incluir, no orçamento da Secretaria de Educação e Cultura, verba para a manutenção da Federação das Escolas Superiores de Cascavel.

Conseguindo o exposto, deverá o Sr. Diretor nomeado, a quem fica afeto a continuação das demarches necessárias, requerer pedido de autorização para funcionamento, junto ao Conselho Estadual de Educação, de conformidade com a Lei n.º 6.160, de 14 de outubro de 1970, a resolução 51/66 e, prosseguimento das

demais formalizações finais para o funcionamento da Federação (RELATÓRIO..., 1971, p. 6).

Criadas as condições elementares, o grupo de professores assumiu responsabilidade de elaborar o projeto de implantação dos primeiros cursos superiores do Oeste do Paraná. O grupo sabia claramente das condições educacionais de Cascavel e da região, isto é, conhecia que, ao expandir as escolas, estas não dispunham de número suficiente de professores habilitados e qualificados para nelas atuarem. Portanto, era imprescindível a formação de professores, razão pela qual se optou pela implantação de cursos de licenciatura.

E assim, em 16 de agosto de 1971, o então prefeito Octacílio Mion, por meio da Lei Municipal nº 885, de 27 de outubro de 1971, criava a Fundação Universidade Oeste do Paraná – FUOP. Conseqüentemente, o funcionamento da FUOP foi autorizado, em 15 de maio de 1972, pelo Decreto Federal nº 70.521. A aprovação de seu Estatuto se deu por meio do Decreto Municipal nº 356/72.

2.2.2. O ensino superior em Foz do Iguaçu

A história da implantação do ensino superior em Foz do Iguaçu é, em alguns aspectos, semelhante à de Cascavel. De acordo com informações da Comissão de Avaliação Institucional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (EMER, 1998), no final da década de 1970, Foz do Iguaçu teve um excepcional crescimento populacional. Isso ocorreu em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da intensa urbanização que o fato gerou, associado à urbanização desencadeada pela modernização da agricultura e da economia urbana, gerada pela expansão do turismo.

Nessa perspectiva de desenvolvimento, instituiu-se, nos anos 1977 e 1978, o movimento pela criação do curso superior em Foz do Iguaçu, cidade considerada pólo de desenvolvimento regional. Além de ter sido marcada pelas determinantes estruturais das alterações do sistema produtivo nacional, pela modernização das atividades econômicas em geral, pela melhoria dos meios de comunicação e transportes, houve também o aumento do fluxo turístico, já

existente desde as primeiras décadas do século XX. O sempre crescente número de visitantes nacionais e estrangeiros às Cataratas do Iguaçu proporcionou as condições econômicas para a implementação de uma considerável estrutura hoteleira, de comércio e de serviços, ampliando as condições de trabalho e desenvolvimento local.

As transformações sócio-econômico-culturais de Foz do Iguaçu atingiram um novo e marcante estágio a partir do início da construção da grande obra da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ampliando ainda mais as relações cotidianas estabelecidas pela população fixa de Foz do Iguaçu. O desenvolvimento deste município esteve, historicamente, ligado às fortes intervenções governamentais e a fatores exógenos; em face de sua dinâmica, apresentava-se fortemente ligado ao turismo e ao comércio fronteiriço.

Mais que em outras cidades regionais, Foz do Iguaçu passou por uma rápida transformação, com um crescimento populacional, de 1970 a 1980, na ordem de 377,16%. Tais mudanças requereram de sua população também uma transformação radical: a busca de novas perspectivas, de um novo saber social, de melhor qualificação profissional, técnica e política para a solução de seus sempre crescentes problemas sociais gerados pela explosão demográfica.

Da mesma forma que ocorria nas demais partes da região Oeste do Paraná, as novas realidades determinaram uma intensa demanda por escolarização em todos os níveis de ensino. O desenvolvimento da escolarização requeria um crescente número de professores habilitados e qualificados para dar conta da permanente ampliação das escolas existentes e da construção de novas. A mobilização pela criação do ensino superior em Foz do Iguaçu iniciou-se junto a grupos organizados: Inspetoria Estadual de Ensino, Secretaria Municipal de Educação e empresários que percebiam no crescimento urbano o desenvolvimento econômico. Fazia-se necessária, então, a ampliação do nível de escolarização no mínimo de parte da população para dar conta da crescente necessidade de conhecimentos determinados pela nova realidade social e econômica.

Mesmo que essas percepções não fossem exclusividade de professores e educadores, a eles coube montar o projeto de criação e encontrar meios de manutenção dos cursos superiores em Foz do Iguaçu. Como já havia ocorrido em

Cascavel, não houve para a sociedade de Foz do Iguaçu alternativa que não fosse a criação de uma Fundação Municipal para manter o ensino superior. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, pela Lei Municipal 946/77, de 22 de setembro de 1977, criou a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu – FUNEFI, para manutenção dos cursos superiores e aprovou seu Estatuto pelo Decreto nº 986/78, de 25 de setembro de 1978. Em agosto do mesmo ano, a Faculdade de Ciências Sociais de Foz do Iguaçu – FACISA – iniciou suas atividades, oferecendo os cursos de Ciências Contábeis e de Administração com habilitação em Comércio Exterior. Em 04 de abril de 1984, para atender às atividades econômicas que Foz do Iguaçu demandava, foi criado o curso de Turismo.

Foz do Iguaçu vivia um contexto específico, marcado pelo comércio de fronteira e pelo turismo, além da intensa movimentação desencadeada pela construção da Itaipu. Por isso, os primeiros cursos implantados não foram de formação de professores, mas na área do desenvolvimento econômico. Junto à implantação do ensino superior, foi autorizado, em 1979, o funcionamento dos dois primeiros cursos: Administração e Ciências Contábeis. Em 1985, foram implantados os cursos de Letras e de Turismo. A partir de 1994, como universidade instituída, foi implantado o curso de Ciências da Computação. Em 1998, foram implantados os cursos de Letras Português/Espanhol, Engenharia Elétrica e Matemática. Finalmente, em 1999, foi implantado o curso de Hotelaria.

Ao mesmo tempo em que esses dois pólos de desenvolvimento consolidavam seus sistemas econômicos e o ensino superior neles implantados, outros pólos de desenvolvimento já despontavam no contexto regional, entre eles, especialmente Toledo e Marechal Cândido Rondon.

2.2.3. O ensino superior em Toledo

Em condições semelhantes às dos demais municípios, no final da década de 1970, iniciou-se uma mobilização pela implantação de curso superior também em Toledo. A criação da faculdade objetivava consolidar conquistas sócio-

econômico-culturais e respaldar cientificamente os próximos passos em suas respectivas trajetórias históricas.

O desenvolvimento do ensino superior em Toledo, assim como o das demais cidades do Oeste do Paraná que sediam as IES, teve como característica principal o fato de a população considerar a escolarização uma questão fundamental para as relações sociais e para a busca de espaço social de trabalho. De acordo com informações da Comissão de Avaliação Institucional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (EMER, 1998), o ensino superior em Toledo, implantado em 1980, foi marcado pelas características da época: na região, eram perceptíveis os primeiros sinais da crise nacional gerada pela cobrança da dívida externa e pela permanente redução dos recursos para o financiamento da produção agrícola. Esse contexto fez com que professores, autoridades e imprensa levassem em conta a nova realidade. Contudo, mesmo que a crise apontasse para outra direção, a sociedade toledana demonstrava autonomia suficiente para criar cursos que, além de levar em conta o contexto econômico e de trabalho, pudessem também contribuir para o desenvolvimento dos aspectos humanísticos da população regional.

Segundo Silva (1988), os mentores políticos da idéia de se criar uma faculdade para Toledo, em 1979, contaram com o apoio direto da hierarquia eclesiástica interessada no ensino superior e, em especial, interessada em criar um curso de Filosofia que fortalecesse a estrutura da nova Região Eclesiástica de Cascavel: um curso de Filosofia para os seminaristas reforçaria as aspirações da Arquidiocese de Cascavel. Além da diocese, a Campanha Nacional de Escolas Comunitárias (CNEC) foi decisiva para a implementação do ensino superior em Toledo.

Nesse contexto, por meio da Lei Municipal nº 989/80, de 31 de janeiro de 1980, foi criada a Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo (FUMEST), entidade mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo (FACITOL). Seus estatutos foram aprovados pelo Decreto Municipal nº 09, de 23 de janeiro de 1980. A instituição entrou em funcionamento com dois cursos: Ciências Econômicas e Filosofia.

A primeira diretoria da FACITOL foi empossada tendo como diretor o então bispo da Diocese, Dom Geraldo Majella Agnelo, como vice-diretor, o padre

Raulino Cavaglieri e como secretário executivo, o professor Flávio Vendelino Scherer, que permaneceram no mandato até março de 1984.

A realização do primeiro vestibular ocorreu em setembro de 1980, com 492 candidatos, e em 1º de outubro, os acadêmicos tiveram a aula inaugural. Para o início das atividades, a instituição funcionou provisoriamente nas instalações da Fundação Educacional de Toledo (FUNET), sendo transferida para a sede própria em 27 de abril de 1981.

A nova faculdade começou a enfrentar problemas financeiros e dificuldades para a autorização de novos cursos. Um ideal passou a motivar as lideranças de Toledo e região, sobretudo a partir de 1985: a criação da Universidade do Oeste do Paraná. Somente uma ampla política de expansão poderia superar a difícil fase das IES da região.

A FACITOL, tal como outras instituições de ensino superior da região, sentia-se impelida a ampliar a área de atendimento social, a partir das necessidades existentes nas relações de produção. Mesmo diante das dificuldades, ainda foram criados dois novos cursos: Secretariado Executivo e Secretariado Bilíngüe.

Em 1995, já como UNIOESTE – *campus* de Toledo, foi implantado o curso de Engenharia Química. Em 1996, foi encaminhado o projeto de criação e implantação do curso de Engenharia da Pesca. Finalmente, em 1998, foi criado o curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura).

2.2.4. O ensino superior em Marechal Cândido Rondon

A implantação do ensino superior em Marechal Cândido Rondon compartilha das características gerais da implantação das IES na região Oeste do Paraná, mas apresenta alguns aspectos que lhe são específicos, em decorrência de acentuadas marcas culturais da colonização daquela parte da região.

Os colonizadores do Oeste do Paraná sempre tiveram um grande apreço pela escolarização de seus filhos, e essa afirmação é muito mais significativa quando diz respeito à população de Marechal Cândido Rondon e proximidades.

Basta constatar que uma das três primeiras edificações da atual área urbana foi uma escola. Além disso, um outro aspecto importante a ser considerado é o sistema fundiário existente naquela parte da região: predominância de minifúndios, com aplicação de tecnologia e produção diversificada.

Considerados esses fatores como cenário, facilita-se a compreensão do interesse daquela sociedade em ter escolarização de nível superior. Os primeiros cursos, criados no final da década de 1970 e, especialmente, na década de 1980, eram cursos de formação de professores. Portanto, o ensino superior, como parte integrante de uma sociedade, se fez particularmente necessário em Marechal Cândido Rondon. Como ocorreu em outros centros universitários do Oeste do Paraná, os cursos implantados na época atendiam às necessidades do desenvolvimento da região. Para que fosse possível atender a essa demanda, fez-se necessário buscar meios que pudessem manter esses cursos.

Diante desse cenário, foi instituída, em 1980, uma fundação municipal para a manutenção dos cursos superiores, denominada Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon (FUNDEMAR). A entidade era mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR), que iniciou suas atividades no mesmo ano, oferecendo à comunidade três cursos: Letras/Português, História e Ciências Contábeis (em 1983, ofertou mais dois novos cursos: Administração e Educação Física; 1995, criou o curso de Agronomia; 1996, o curso de Geografia; 1999, o curso de Zootecnia).

A implantação dos cursos superiores no Oeste do Paraná não pôde contar com o apoio de manutenção por parte dos poderes públicos (estadual e federal). Dadas as condições concretas e não havendo alternativas, a sociedade regional, frente à negativa dos poderes constituídos, que não lhe prestavam os necessários serviços públicos, constituíram, ainda nos anos setenta e oitenta, as fundações municipais para a manutenção dos cursos superiores.

De fato, essas fundações foram constituídas coletivamente pelos municípios das sedes dos cursos superiores, e com participação de particulares que doaram terrenos para a formação do patrimônio inicial. Nos municípios onde a doação não ocorreu, os terrenos foram adquiridos pelo poder público, que passaram a constituir o patrimônio das fundações. Em qualquer dos casos acima,

fica evidente a participação coletiva, tanto na aquisição de terrenos como na construção dos espaços educacionais para o funcionamento das faculdades.

Ao mesmo tempo em que as fundações FACISA, FACITOL e FACIMAR implantavam seus cursos iniciais e criavam outros novos, a FECIVEL, como instituição de ensino superior pioneira na região, buscava alternativas que viabilizassem seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, em 1982, foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação – CEE, um projeto de transformação da Faculdade de Educação em Universidade Municipal de Cascavel, recebendo parecer favorável sob nº 191/82.

Embora tenha encontrado o CEE a seu favor, a FECIVEL se deparou com pareceres negativos em outras instâncias. Diante desse entrave, mobilizações de grupos distintos foram travadas em uma longa luta pela presença do Estado. Essa luta perdurou por uma década para que o Oeste do Paraná pudesse oferecer por meio de vestibular ensino superior público e gratuito.

A posição contrária de instâncias competentes contribuiu na demora da estadualização do ensino superior no Oeste. Que por sua vez acabou encontrando no meio do caminho decretos, leis, pareceres a nível federal que de certa forma cooperou para o retardamento da estadualização da UNIOESTE.

Para compreendermos como se processou essa luta, se faz necessário inserirmos o objeto em estudo num contexto mais amplo. Portanto, no capítulo seguinte será apresentado uma síntese do período da redemocratização do Estado e as políticas para o ensino superior.

3. CONJUNTURA DO PERÍODO DA ESTADUALIZAÇÃO DA UNIOESTE

3.1. Contexto nacional no período de 1984 a 1994

Segundo Cunha (2005), logo após o golpe de 1964, as forças políticas que apoiaram o golpe militar entraram em disputa entre si, em razão de dois projetos: de um lado, o de uma ditadura ao estilo latino-americano clássico, com fins de abolir todos os mecanismos que proporcionassem uma representação política e com as prerrogativas de um poder judiciário; e de outro, um regime liberal-democrático, conforme o modelo norte americano, livre das ameaças que se atribuíam às forças políticas de esquerda.

Durante o período em que o governo militar esteve no poder, esse processo político sofreu os resultados do confronto entre esses dois projetos. Embora os projetos estivessem sempre em disputa, “as classes dominantes precisam de um Estado forte para preservar a Ordem e reproduzir o seu poder real (FERNANDES, 1986, p. 26)”.

E é sobre esse projeto de Estado “forte” que a democracia burguesa no Brasil vai ser reinstaurada a partir de 1985. Dadas suas condições objetivas e subjetivas, essa democracia foi sendo construída pelas forças oposicionistas durante o período do regime militar, vivenciando avanços e retrocessos. A oposição concretizava conquistas tais como: organização de uma frente que reunia as forças militares de oposição aos governos militares, materializada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB - 1965)²⁵. Anistia aos políticos punidos pelo regime militar (1979); convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (1987). E à medida que a oposição avançava nessas conquistas, os governos militares as incorporavam parcialmente. Algumas delas foram realizadas, embora

²⁵ Não interessava ao regime militar um sistema unipartidário. O Estado queria um partido de “oposição responsável”, ao qual caberia oferecer “crítica construtiva” ao governo. Passaram então as normas a exigir apenas o partido a ser formado reunisse tantos membros do Congresso quanto possível. Os vários partidos de oposição associaram-se para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA) (ALVES, 1989).

nem sempre o proclamado tivesse uma correspondência na concretização de medidas efetivas. De qualquer forma, as mudanças certamente não ocorreram de maneira abrupta, mas foram sendo construídas dentro das possibilidades que se apresentavam.

De acordo com Alves (1989), durante os períodos de liberalização, a oposição participou da política formal, valendo-se das instituições existentes e mesmo de algumas criadas pelos próprios militares. Estes viram-se, com isso, constantemente forçados a alterar as regras do jogo, resultando ainda maior enfraquecimento de sua credibilidade, legitimidade e apoio popular.

Dentre os espaços que a oposição vinha conquistando, estavam Prefeituras (1977) e Governos Estaduais (1982) nos principais Estados da Federação. Outro avanço concretizou-se na reforma da lei orgânica dos partidos políticos (1979) com vistas à formação de novas agremiações²⁶. Além dos avanços, recuos também fazia parte dessa esteira em movimento, como a frustrada campanha interpartidária em prol de uma emenda constitucional que restabeleceria a eleição direta em 1984:

O partido do governo, o PDS (Partido Democrático Social), manobrou para que muitos parlamentares não comparecessem à votação da emenda Constitucional que restabelecia as eleições diretas para a presidência. Na madrugada de 25 de abril, a emenda Dante de Oliveira caiu. Para sua aprovação faltaram 22 votos (ALENCAR, 1996, p. 425-426).

A concentração, então, foi direcionada para a candidatura de oposição ao governo militar, que disputaria os votos do colégio eleitoral com o candidato da continuidade do regime.

O PMDB apresentou um candidato que obteve o apoio da Frente Liberal – uma dissidência do PDS de Paulo Maluf. Era o moderado Tancredo Neves. Seu vice era ninguém menos que o

²⁶ Os aliados do regime militar criaram o Partido Democrático Social (PDS), e as oposições se dividiram: o setor mais conservador do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) criou o Partido Popular (PP), considerado pelos militares como a “oposição confiável”; o trabalhismo moderno e os setores que defendiam um confronto com o governo militar criaram o Partido dos Trabalhadores (PT); os antigos trabalhistas, social-democratas e outras correntes vinculadas a lideranças locais alinharam-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O MDB acrescentou a palavra “partido”, obrigatória por lei, tornando-se PMDB (CUNHA, 2005).

principal articulador da derrubada da emenda Dante de Oliveira, até há pouco presidente do PDS, senador José Sarney. Para alguns, a chapa Tancredo/Sarney era um exemplo vivo 'da dinâmica do processo político'. Para outros, entretanto, era a conciliação das elites, uma vez mais, para não perderem o controle do processo político e, em consequência (pelo menos para boa parte dessas elites), evitar mudanças que pudessem afetar seus privilégios (ALENCAR, 1996, p. 426).

Essa composição da chapa do PMDB para a presidência da República – Tancredo Neves e José Sarney – foi resultado das intensas campanhas realizadas pelo país com as “Diretas Já”²⁷. O candidato a presidente Tancredo Neves e seu vice José Sarney disputaram com a chapa do candidato Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), mas, com folgada vitória, saíram vencedores no colégio eleitoral.

A posse, marcada para 15 de março de 1985, não pôde ser concretizada: Tancredo Neves fora acometido de uma grave doença que o levara a uma série de cirurgias, culminando na sua morte em 21 de abril de 1985. Com a reviravolta que o momento apresentava, foi empossado, pelo Congresso Nacional, o vice-presidente da República: o ex-senador do PDS, o maranhense José Sarney, “político que não tinha o prestígio e a aceitação de Tancredo Neves (ALENCAR, 1996, p. 427)”. Entretanto, ao assumir o lugar de Tancredo Neves, alimentou a imaginação popular como “o único que se imporia como ‘o maior presidente de todos’, não cultivou a ‘frase revolucionária’ de mão invertida, mas tramou o pacto conservador mais ardiloso de uma história riquíssima de ardis (FERNANDES, 1986, p. 18)”.

Esse pacto, segundo Fernandes (1986), representava articulações políticas de interesses econômicos, sociais e políticos, bem como a retaguarda dos militares, que continuariam por detrás da presidência para impedir qualquer ataque dos “inimigos da ordem”. Isso significa que “a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia de uma democracia *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue (FERNANDES, 1986, p. 19)”. Esse pacto pode ser qualificado também como um “sistema de protetorado militar sobre um governo civil (SAES, 2001, p. 68)”.

²⁷ Campanha de reivindicação de eleições diretas para Presidente da República, reunindo grandes multidões nas principais capitais brasileira em 1984.

Sarney foi acusado de falta de liderança e ousadia, além de sofrer fortes críticas pelos muitos problemas herdados do regime militar e de governos anteriores. Depois do “milagre econômico”²⁸ do governo Médici, isto é, do ciclo de crescimento da economia nacional no período de 1968 a 1973, tornaram-se mais evidentes alguns dos maiores problemas econômicos e sociais do país, que foram paulatinamente se agravando: a elevação da dívida externa, o crescimento da inflação, a concentração de renda, o desemprego e a miséria. Nas áreas da educação, da saúde e da habitação, intensificou-se um processo de degradação em consequência do seu abandono ou de políticas inadequadas.

Assim, antes mesmo de completar um ano de mandato, o governo já recebia duras críticas de políticos moderados. A inflação chegava à casa de dois dígitos, o que levou Sarney a apresentar um plano econômico com vistas a resolver esse problema. O Plano Cruzado promovia um choque econômico, instituindo uma nova moeda (o cruzado), congelando o preço dos produtos e determinando que os salários só fossem reajustados quando a inflação chegasse a 20% ao mês. Nos primeiros meses, os resultados foram animadores: a inflação reduziu-se a 1% ao mês, a produção e o nível de emprego aumentaram, o mesmo acontecendo com o consumo (ALENCAR, 1996).

No entanto, o Plano Cruzado naufragou, devido a vários fatores: os artigos das prateleiras dos supermercados começaram a desaparecer, os juros e as taxas bancárias aumentaram, os gastos se tornaram excessivos, entre outros. Enfim, a economia não se estabilizou e, aos poucos, os índices de inflação foram novamente se elevando, o superávit das nossas exportações caía continuamente e o Brasil perdia reservas cambiais. Diante desse caos econômico, o ministro Dílson Funaro declarou a moratória, isto é, o adiamento unilateral do pagamento da dívida externa do país (ALENCAR, 1996).

Diante do desgaste sofrido pelo governo Sarney, cuja meta era a estabilização da economia e o processo de alargamento dos limites políticos e sociais da frente contra o regime militar, formou-se um bloco político suficientemente forte para conduzir o processo de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que funcionaria simultaneamente ao Congresso Nacional.

²⁸ Expressão cunhada pela propaganda oficial, em 1971, quando o produto interno bruto teria superado, em três anos consecutivos, a marca de 9%, o suficiente para os liberais afirmarem o ciclo ininterrupto e ascendente do desenvolvimento no país (NAGEL, 2001, p. 104).

Segundo Cunha (2005), neste espaço político especial, o confronto entre progressistas e conservadores se instaurou entre parlamentares apreensivos, que fizeram valer suas prerrogativas de constituintes aos apelos do governo, recebendo em troca concessões de serviços públicos e de controle de áreas da própria administração federal. Esta, por sua vez, acirrou a antiga tendência do Estado brasileiro de usar o poder para o reforço do controle dos eleitores a partir da administração. No caso do governo Sarney, essa tendência ganhou contornos e dimensões especiais.

Ao assumir o poder, José Sarney não contava com apoio popular. Diante das disputas entre partidos integrantes da Aliança Democrática em busca de maiores triunfos na partilha dos ministérios e dos cargos federais nos estados e municípios, evocou-se o conceito de ingovernabilidade para designar o difícil processo por que passava o país. Assim, cada substituição de ministro ou mesmo de ocupante de cargo de segundo escalão perturbava o instável equilíbrio da máquina governamental.

A situação de ingovernabilidade por que o país passou, desde 1986, provocou a emergência ou a retomada de organizações políticas de direita, ansiosas por aproveitarem a situação para recuperar um espaço político que se acreditava definitivamente perdido.

Na mesma perspectiva antidemocrática, surgiram manifestações de oficiais das Forças Armadas, denunciando a “crise das instituições”, como nas vésperas do golpe de 1964. Com efeito, a retirada dos militares do núcleo do poder não resultou da derrota ou de uma ruptura entre o poder político e as Forças Armadas. Ao contrário, as mudanças políticas foram por elas condicionadas, inclusive mediante entendimentos com a Aliança Democrática, para o que se teve o patrocínio de importantes segmentos do empresariado. Assim, as Forças Armadas não foram nesse processo mero aparelho armado do Estado, subordinado ao poder político (civil), mas, sim, protagonistas desse processo. Elas tinham (como continuaram a ter) grande poder de influenciar o governo e de limitar o processo de mudança política, tanto do Estado quanto da economia. Por outro lado, o avanço das forças democráticas populares, assim como as atitudes das camadas médias, não deixaram de influenciar os militares, especialmente na valorização do Estado de direito (CUNHA, 2005, p. 30).

Do ponto de vista econômico, os anos 80 são caracterizados como sendo de profunda recessão, desemprego e miséria, sendo até chamados de “a década

perdida”. A crise política, que já vinha sendo gestada desde os anos de 1970, levou a colocar na pauta do dia a necessidade da introdução de reformas democráticas de restauração institucional. Apesar dos avanços e recuos, a política de frente contra o regime militar conduziu o processo para inaugurar a Assembléia Nacional Constituinte, configurando uma nova e mais avançada etapa da construção da democracia. Em novembro de 1986, ocorreram as eleições para deputados e senadores que integrariam o Congresso e a Assembléia Nacional Constituinte.

A nova Constituição brasileira começou a vigorar em 05 de outubro de 1988, apresentando alguns avanços, tais como a ampliação das liberdades individuais, a restrição ao poder das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais, e a possibilidade de participação popular no Legislativo por meio de projetos de lei assinados por 1% do eleitorado.

Nos meses de novembro e dezembro de 1989, foi realizada a primeira eleição direta para Presidente da República, recebendo um número expressivo de votos o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN). Em segundo lugar, ficou Luiz Inácio Lula da Silva, da Frente Popular (PT, PSB e PCdoB), mas o resultado do segundo turno confirmou a vitória de Collor. Vale ressaltar que a união das forças conservadoras em torno do candidato do PRN teve um papel decisivo na sua vitória.

A eleição de Collor desencadeou um processo de reforma do Estado e de amplas mudanças das regras econômicas. No início do governo Collor, foi se percebendo que as mudanças não tinham a profundidade propalada. Os salários continuavam achatados, o mercado interno não crescia, e os grupos econômicos poderosos continuavam com altas taxas de lucros. O assalariado e o pequeno poupador, mais uma vez, eram sacrificados. A extinção de órgãos públicos foi feita sem critério, inviabilizando, assim, importantes projetos, especialmente na área educacional e cultural.

As medidas econômicas tomadas, as denúncias e os escândalos sucessivos envolvendo inúmeros assessores e familiares do presidente Collor acabaram por desencadear forte apelo em favor de seu afastamento. Foi instalada, então, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para apurar a veracidade dos fatos. O desenrolar dos trabalhos da CPI

dava forma a um instrumento político até então nunca usado no Brasil: a deposição do Presidente da República por meio do *impeachment*.

Em agosto de 1992, a CPI aprovou o relatório do senador Amir Lando, que autorizava o processo de *impeachment* do presidente da República. Indo para a Câmara dos Deputados, sendo aprovado por 441 votos a favor do pedido de *impeachment* e 38 contra, a histórica sessão ocorreu no dia 29 de setembro de 1992. Collor renunciou ao cargo no dia 22 de dezembro, antes da condenação política que se realizaria no dia 29 de dezembro, quando o Senado realizaria a votação definitiva do *impeachment*. O governo Collor foi breve, com duração de dois anos, seis meses e dezessete dias. Dois anos depois, Collor foi absolvido pelo STF (5 votos contra 3), 'por falta de provas', do crime de corrupção passiva (ALENCAR, 1996, p. 443).

Com o *impeachment* de Collor, assumiu o poder o vice-presidente, Itamar Franco, sem um programa mínimo de governo. Seu passado nacionalista levou-o a retardar o processo de privatização inaugurado na Era Collor e, conseqüentemente, a dar continuidade às reformas iniciadas no governo Sarney.

A segunda fase do governo Itamar, que o levou a deixar o governo com elevadíssimos índices de aceitação popular, foi marcada essencialmente pela adoção de um novo plano econômico: o Plano Real, que criou uma nova moeda (o real) e reduziu significativamente os índices de inflação. O articulador do plano era o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, senador do PDS e um dos mais importantes sociólogos brasileiros. O Plano Real mudou inclusive o panorama da sucessão presidencial, em que Lula, do PT, despontava absoluto. "As acusações da oposição de que o Plano era eleitoreiro repercutiam menos que o fato concreto do IGP (Índice Geral de Preços) não registrar aumento superior a [...] 4% (ALENCAR, 1996, p. 446)".

Foi nessa conjuntura favorável ao governo que transcorreram, em 1994, a campanha da sucessão presidencial e estadual e a renovação de toda a Câmara dos Deputados e de dois terços do Senado, na maior eleição conjunta da nossa história até então. A eleição foi decidida logo no primeiro turno: Fernando Henrique obteve 54% dos votos válidos e Lula ficou com 25%.

A partir daí, em conseqüência, a estabilização da economia e a recriação das condições favoráveis à retomada dos investimentos (tanto internas quanto externas) passaram a ser condições preliminares para a implantação de um novo

modelo de desenvolvimento. Esse modelo não mais se basearia na ação protetora do Estado, mas, sobretudo, na livre participação do capital privado e no estímulo à competitividade, “em que o motor do progresso sejam os modos avançados de produzir (SAPELLI, 2003, p. 28)”. O modelo também previa a abertura ao capital estrangeiro, a “flexibilização dos monopólios estatais”, e uma política de investimentos na educação, ciência, agricultura e saúde, dentre outros itens (Idem, p. 28). No ciclo de desenvolvimento pronunciado por Fernando Henrique Cardoso, inaugurava-se um novo eixo da atividade produtiva, passando decisivamente do setor estatal para o setor privado.

Quanto ao aspecto educacional os anos 1990, é caracterizado como a etapa da normatização, as diretrizes educacionais dessa década, foram gestadas em anos anteriores. Decretos, leis, resoluções, pareceres e planos decenais, são produtos finais, resultantes, na verdade, de um processo mais amplo do que aquele que se movimenta em torno de debates e discussões.

Portanto, as diretrizes para o ensino superior que expressou-se em uma série de mediações até a nova organização mundial, perceptível a partir dos anos de 1990 devem ser compreendidas na trilha da crise econômica e política dos anos de 1970/80, (NAGEL, 2001).

3.2. As propostas dos partidos políticos para o ensino superior

Durante o período do regime militar, o ensino superior, especialmente a universidade pública, apresentava um quadro com grande defasagem estrutural, financeira e pedagógica, bem como uma defasagem em termos de expansão.

Cunha (2005) aponta que, apesar da crítica que deve ser feita à forma como se deram as transformações do ensino superior, contraditoriamente, foram essas condições que propiciaram diagnósticos, propostas e críticas consistentes que, de alguma maneira, acabaram sendo incorporadas pelos partidos políticos e por outras organizações que faziam oposição ao regime autoritário.

Os governos de oposição eleitos em 1982 – PMDB e PDT – passaram a empreender reformas próprias no campo da Educação. Nos quatro estados do

Centro Sul – Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro – foram implementadas políticas educacionais que, em vários aspectos, representaram uma efetiva ruptura com as dos governos militares.

Todos esses acontecimentos vão se refletir no campo educacional, seja pelo aumento de reivindicações por oportunidades educacionais em todos os níveis de ensino, seja pela pressão de grupos mais organizados em proveito de algumas modificações no sistema de ensino, seja pela decretação de leis gerais reformulando o ensino em âmbito nacional. Dessa forma, através dos novos partidos políticos, novas propostas estavam sendo elaboradas para a educação.

Em 1986, seis partidos tinham bancadas superiores a uma dezena na Câmara dos Deputados, compreendendo 96% dos lugares do Congresso Nacional. Os partidos eram os seguintes: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Liberal (PL). Dentre esses partidos à maioria deles tinha em comum a ênfase no ensino público e na democratização da educação, no sentido de torná-la acessível e de boa qualidade para as crianças e os jovens das classes populares, uma vez que somente uma pequena fração da população tinha acesso aos mais elevados graus da escolarização, enquanto substanciais parcelas não chegavam ao ensino superior e sequer à escola.

Um dos expoentes que discute a respeito dos programas dos partidos políticos para a área do ensino superior na década de 1980 é Antonio Cunha. Sua obra *Educação, Estado e Democracia no Brasil* (2005) está também voltada à compreensão do processo mais amplo que se desenvolve nesse período. Para explicar a proposta do PMDB referente ao ensino superior, Cunha (2005) recorre ao programa do partido, que defendia a ampliação e a manutenção das universidades oficiais, opondo-se veemente a sua privatização. O programa do PMDB considerava o ensino universitário gratuito como um direito que deveria ser garantido para a população. De igual modo, entendia que o poder público deveria combater a proliferação²⁹ de instituições de ensino superior com finalidades

²⁹ No período entre 1960 e 1980, o número total de matrículas no ensino superior passou de 200 mil para 1,4 milhão. Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento de matrículas. No final da década de 1970, o setor privado já respondia por 62,9% do total de matrículas de ensino superior. Nesses anos, as iniciativas laicas, que já dividiam com o

puramente lucrativas, o que se daria por meio do controle de sua expansão, do seu financiamento, da qualidade do ensino e dos preços das matrículas e anuidades.

O PMDB não estava sozinho na oposição ao privatismo, uma vez que esse encaminhamento de proposta já havia sido aprofundado em alguns estados ainda em 1982. No Rio de Janeiro, já havia grupos de trabalho com a finalidade de elaborar a plataforma do partido do Governo Estadual, e a questão da educação tinha “por lema verbas públicas exclusivamente para o ensino público (CUNHA, 2005, p. 38)”. Entretanto, essa posição não encontrou unanimidade, como se pode evidenciar no excerto abaixo, que se refere ao documento *Esperança e mudança – uma proposta para o Brasil*, divulgado em agosto de 1982.

[...] no caso do ensino superior, chegavam a dizer que a rápida criação de vagas se realizaria às custas de uma privatização crescente, resultado do ‘descaso do governo para com o ensino público e gratuito e dos subsídios por ele concedidos à rede particular, como por exemplo, através de crédito educativo’. Para viabilizar a ampliação e a democratização do ensino superior público, o documento propunha, entre outros pontos, a expansão das oportunidades nesse setor, em substituição à utilização de verbas governamentais para subsidiar o crescimento e a manutenção do ensino privado (CUNHA, 2005, p. 38-39).

Essa questão das verbas aprofunda-se mais a partir de 1984, com a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Vários diretórios regionais promoveram o Simpósio Nacional do PMDB, visando à elaboração do programa de governo. A respeito do financiamento para a educação, esse programa previa que os recursos públicos fossem destinados fundamentalmente às escolas públicas de todos os níveis. Os recursos deveriam ser provenientes da receita de impostos, aplicados numa proporção mínima de 13% (Governo Federal) e 25% (Governos Estaduais e Municipais), conforme determinava a recém-aprovada Emenda Constitucional.

segmento confessional a oferta privada de ensino superior desde os anos 50, tornaram-se predominantes, dando uma nova configuração ao sistema. Assim, se no período entre 1975 e 1980, as matrículas no setor privado ainda apresentavam uma taxa de crescimento da ordem de 200,0%, no quinquênio seguinte, a taxa foi negativa e, entre 1990 e 1994, ela não chegou a atingir 1,0% (SAMPAIO, 2000).

O texto-síntese do simpósio ainda contemplava a escola pública e gratuita em todos os níveis, constituindo um direito de todos e dever do Estado. Residia aí uma grande diferença em relação à Constituição em vigor, que dizia ser a educação (e não a escola pública) direito de todos e dever do Estado. Enquanto a Constituição em vigor assegurava a gratuidade apenas do ensino de primeiro grau para a população de 7 a 14 anos, os participantes do simpósio do PMDB queriam que a gratuidade fosse uma característica essencial da escola pública, direito de todos e dever do Estado (CUNHA, 2005).

Cumpra aqui destacar, a respeito do ensino superior, que a oposição entre o público e o privado era mais evidente, de tal modo que a questão da gratuidade do ensino deveria ser um princípio de funcionamento da universidade federal. Ou seja, ao invés da gratuidade apenas de fato, por ser meramente resultado de acordos que poderiam ser facilmente rompidos em determinados momentos, o documento-síntese defendia que o princípio da gratuidade da universidade federal deveria estar garantido por dispositivo constitucional.

Frente a essa estruturação para o ensino superior público, tem-se, na esfera da rede privada de ensino superior, uma preocupação com a

[...] sua fiscalização, com os objetivos de: (I) elevar a qualidade do ensino, buscando um padrão mínimo para todo o país; (II) valorizar o magistério, através da criação de uma carreira única, valorização do tempo integral e reciclagem dos professores; (III) assegurar a gestão democrática feita por meio de colegiados que fossem representativos da 'comunidade'. Estes pontos foram incorporados a partir da plataforma da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, que teve um de seus diretores presentes no Simpósio. Quanto ao financiamento do ensino superior privado, não se deixavam dúvidas a respeito de suas fontes [...] 'Os recursos necessários à elevação dos padrões de qualidade da rede privada de ensino superior devem ser buscados no capital privado pelas mantenedoras. Ao governo caberá a criação de mecanismos que garantam o cumprimento, pelas mantenedoras, do que se encontram estatuído em lei: a manutenção das universidades e escolas de 3º grau privadas, sem quaisquer fins lucrativos' (PMDB, 1982, apud CUNHA, p. 40).

No entanto, as propostas do PMDB de garantir verbas públicas para a educação pública, que se desdobravam numa posição otimista quanto às possibilidades de mudanças, sofreu uma

[...] derrota política, [pois] o bloco dos interesses conservadores fez da ideologia neoliberal sua trincheira de resistência. O Estado, cuja intervenção na economia jamais fora questionada quando se tratava de reforçar os mecanismos de concentração de poderes, de riqueza e de renda, tinha agora de ser cerceado e debilitado, como forma de neutralizar a vontade política de mudança que o animaria num governo efetivamente democrático. Esse, o sentido imanente da campanha *antiestatizante*, que associa o descalabro administrativo anterior ao conjunto dos gastos públicos e que tenta fragmentar e enfraquecer os instrumentos de gestão econômica do Estado justamente quando devem ser subordinados ao interesse social mais amplo (PMDB, 1987a, apud CUNHA, 2005, p. 40).

No item dedicado às diretrizes para uma política de educação, o documento do congresso do PMDB tinha como “interlocutor oculto justamente os portadores daquela ideologia neoliberal, já que o PFL ocupava o Ministério da Educação no momento, como na maior parte do governo Sarney (CUNHA, 2005, p. 41)”. No entanto, o mesmo documento recuou da destinação dos recursos provenientes da receita de impostos (Emenda Constitucional nº 24), com relação ao Simpósio de Porto Alegre, de quatro anos antes. A orientação do Simpósio de 1982 reivindicava um percentual de 13% da receita dos impostos do Governo Federal e de 25% dos Governos Estaduais e Municipais, os quais deveriam ser empregados exclusivamente no ensino público.

O Congresso (1986) admitiu que a manutenção e o desenvolvimento do ensino público deveriam ser priorizados. Coerente com essa orientação, reconheceu que, se os recursos fossem utilizados para subsidiar o ensino privado, terminariam por impedir a manutenção de uma escola pública de bom nível. Com esse reconhecimento, o PMDB pôde assumir de modo integral as decisões tomadas no Simpósio de Porto Alegre quanto à política pública para a rede privada de ensino superior, inclusive a de que esta rede deveria buscar recursos no capital privado: as entidades mantenedoras é que deveriam manter as instituições de ensino e estas não deveriam ter fins lucrativos. Apesar das ingerências contrárias, o texto produzido pelo congresso do PMDB enfrentou a ideologia neoliberal³⁰, que pretendia dissolver o lema que fora usado pelos grupos

³⁰ Moraes (2001, p.10), define o neoliberalismo a partir de três significados. Primeiro, o neoliberalismo pode ser concebido como “uma corrente de pensamento e ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social”. Outro entendimento é o de “um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*,

de trabalho da plataforma governamental, no Rio de Janeiro, em 1982 – “recursos públicos para o ensino público” –, pela suposição de serem públicas as escolas privadas, já que prestariam um “serviço público (CUNHA, 2005)”.

O PMDB considerava a educação como pública quando ministrada nos estabelecimentos que estavam sob a manutenção e gerência do Estado. Os recursos públicos que estavam destinados à educação deveriam ser aplicados estritamente nos sistemas de ensino federal, estaduais e municipais. Ou seja, os investimentos direcionados à rede pública não deveriam, sob hipótese alguma, ser desviados para a rede privada. Os estabelecimentos de ensino da iniciativa privada deveriam buscar uma política que não fosse subsidiada pelo governo.

Pode-se atribuir um caráter progressista às propostas educacionais do PMDB em função do espaço encontrado pelos educadores que estavam voltados a alternativas para reformas na educação, espaço esse não encontrado em outros partidos. No entanto, tais propostas delineando um projeto para a educação não foram apresentadas no Congresso. O conteúdo de grande teor progressista não encontraria endosso por todos, nem mesmo pela maioria dos setores do partido, porque “as condições de existência desse partido eram tais que permitiam aos privatistas serem nele hegemônicos (CUNHA, 2005, p. 41)”.

Quanto ao programa do PT, este era bastante modesto na questão educacional, da mesma forma que o era o programa dos partidos PTB e PDT. O PT apresentava uma ideologia diferente, com “ênfase na educação política dos trabalhadores, visando prepará-los para mudanças revolucionárias, não se conciliava com os esforços imediatos de reforma educativa (CUNHA, 2005, p. 44)”. Outra característica era o “forte componente populista dessa ideologia que levava à desvalorização da educação escolar, em proveito da ‘cultura popular’ e de processos não formais de educação (CUNHA, 2005, p. 44)”. Somente após os petistas conquistarem as prefeituras das principais cidades, esse quadro começou a mudar, aproximando-se daquele que os educadores do PMDB defendiam.

Já o PDT defendia uma reforma educacional que assegurasse o ensino gratuito a todos e permitisse reorganizar a rede escolar pública. Dentre as

isto é, centros de gerações de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos”. Por fim, pode denotar também “um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970”, os quais foram propagados pelo mundo a partir das agências multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

diretrizes de reorganização, propunha-se completar o ensino gratuito com a concessão de bolsas que garantissem a sobrevivência do estudante pobre durante sua formação escolar e ampliar as instituições públicas de ensino superior, a fim de “acabar com a privatização” e garantir a matrícula a todos os jovens que completassem o curso médio (2º grau).

Quanto ao setor público e privado, encontrava-se no programa do PT a posição mais clara a respeito da articulação entre esses dois setores. Ao tratar da educação, da cultura e da saúde, o programa petista proclamava que a educação era um direito do povo que estava sendo transformado em “campo livre” para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. Partindo do princípio de que serviços de educação, públicos e gratuitos em todos os níveis, são “direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática (CUNHA, 2005, p. 44).”, o PT propunha-se a lutar por esse direito

Apesar do programa do PT ter posição bem definida a favor do ensino público e gratuito em todos os níveis, os setores religiosos do partido continuaram a defender propostas diferentes, analogamente ao que faziam os setores privatistas do PMDB.

Posição oposta apresentava o programa do PDS, no qual o apoio ao ensino privado era ostensivo e era mencionado mais de uma vez. Primeiramente, o documento proclamava que “à família estão afetos o direito e o dever de educar a criança, já que é a sua primeira e mais importante comunidade educacional (PDS, 1980 apud CUNHA, 2005, p. 43)”. Depois de assinalar que o dever do Estado é garantir ensino gratuito de 1º grau para a população de 7 a 14 anos, dizia que se deveria “fazer um esforço” para que os estudantes carentes de recursos tivessem ensino gratuito também no 2º grau, “seja por meio da escola pública, seja por intermédio da escola particular subsidiada (PDS, 1980 apud CUNHA, 2005, p. 43)”. Assim, o programa do PDS propunha-se a defender o princípio do subsídio à escola particular, “notadamente aquela mantida por sociedade ou instituição sem fins lucrativos e voltada para os objetivos prioritários da educação brasileira (PDS, 1980 apud CUNHA, 2005, p. 43)”.

Os dissidentes do PDS que vieram a constituir a Frente Liberal (depois partido) procuraram reunir em seu programa idéias liberais a outras que nunca fizeram parte dessa corrente de pensamento.

Foi o caso da educação, matéria em que incorporaram idéias elaboradas pela Igreja Católica, justamente como defesa contra o avanço do liberalismo, assim como do socialismo. É essa a origem de uma das diretrizes sociais do programa do PFL, que dizia: 'Garantia de acesso a todos os níveis de ensino, fortalecendo a escola pública e assegurando-se, à família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos' (PFL, 1985). Essa fórmula, elaborada pela primeira vez pela encíclica papal *Divini illius magistri* (1929) no contexto da concordata entre o Vaticano e o governo fascista italiano, tinha como corolário o apoio do Estado para que a família pudesse exercer esse direito: subsídios públicos para que as escolas privadas oferecessem ensino gratuito e/ou bolsas de estudo para que as famílias pudessem pagar as escolas que escolhessem para seus filhos (CUNHA, 2005, p. 43-44).

Essa proposta do PFL de subsídio público para as escolas privadas já se encontrava presente no programa do PDS, o que resultou na rearticulação de uma política privatista em curso do país, a qual foi reforçada na medida em que o partido do PFL deu cobertura estatal a esse movimento a partir do próprio Ministério da Educação, que lhe coube na composição do governo Sarney.

O PFL, dissidente do PDS, apoio partidário do regime militar, não poderia oferecer esse espaço. O PT, embora saído da primeira frente oposicionista, também enfrentava dificuldades em apresentar um programa de reforma educacional. O forte componente populista – que levava à desvalorização da educação formal, em proveito da cultura popular com ênfase na política dos trabalhadores, visando à preparação para mudanças revolucionárias – não se conciliava com os esforços imediatos de reforma educacional.

O PMDB, justamente por reunir correntes ideológicas bem distintas, senão contraditórias³¹ (sem escondê-las, no entanto), tinha, por isso, um programa pouco estruturado, propiciando espaço para grupos diversos que lutavam pela hegemonia ideológica no interior do partido. Unia todas as correntes, porém, o propósito de oferecer uma alternativa imediata de governo, de modo que era possível encontrar no partido desde os defensores mais ferrenhos dos subsídios governamentais para o setor privado, até os que propugnavam pela estatização

³¹ O PMDB [...] congregou [...] sob a bandeira única da luta pela democracia, grupos que representavam desde grandes capitalistas a camponeses e operários do "novo movimento sindical". Em termos ideológicos, não era menos variada a composição do PMDB, abrangendo tanto ex-integrantes dos governos militares como antigos participantes da luta armada (ALVES, 1989, p. 275).

de todas as escolas e universidade do país. Além disso, o PMDB foi o único dos partidos de oposição ao regime militar que tinha ao mesmo tempo abrangência nacional e se constituía em alternativa concreta de poder no período analisado (CUNHA, 2005).

Em 1986, imediatamente antes das eleições legislativas, o PMDB realizou seu primeiro congresso. Uma comissão foi designada pelo Presidente da República José Sarney com a atribuição de elaborar um anteprojeto referente ao ensino privado, para ser apresentado à Assembléia Constituinte. Por ocasião de sua divulgação, o anteprojeto foi prontamente repudiado, suscitando inúmeras críticas e tentativas de recomposição ideológica dos grupos conservadores, principalmente pelo desencadeamento de uma campanha contra a iniciativa estatal, tanto na economia quanto na educação, na saúde e em outros setores.

3.2.1. Legitimação de políticas clientelistas e privatistas para o ensino superior

O planejamento educacional como processo no período da redemocratização não foi uma prática no Brasil como forma de atuação do Estado, principalmente devido ao clientelismo, ao privatismo e à predominância de padrões autoritários. Em consequência, os planos educacionais de desenvolvimento serviram mais para justificar políticas já definidas e implementadas, quando não a falta delas.

Pode-se perceber, durante o período que antecede a promulgação da Nova Carta Constitucional (1988), a inexistência de uma política nacional de educação integrada e articulada. Nesse contexto, havia uma ausência de projetos, apesar de serem criadas comissões e elaborados diagnósticos e propostas que acenavam com possibilidades de mudanças.

De acordo com Cunha (2005), o clientelismo e o privatismo foram alguns dos vetores da administração educacional da Nova República, que só se diferenciou dos governos militares por agregar-lhes uma bombástica retórica de

“tudo pelo social”³² e pela prática da cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não se poupar recursos na troca de “benefícios” governamentais por apoio político. Essa característica marcou a administração federal da educação, resultado do viés ideológico dos titulares do MEC, como também dos interesses em fazer uso dos recursos destinados à educação para fins de barganha político-eleitoral. Tanto é que os membros do Conselho Federal de Educação, nomeados pelo Presidente da República para o período de março de 1985 a março de 1990, eram ligados aos interesses privados na área educacional por razões materiais e/ou ideológicas.

[...] os membros que compunham a Comissão Nacional de Reformulação da Educação do Ensino Superior era algo singular dada a sua heterogeneidade. Pois 50% deles não vivenciaram a academia, os outros 50 % em algum momento de suas vidas haviam freqüentado cursos superiores, mas suas práticas ficaram longe do contexto universitário. Portanto, o fato de não terem conhecimento das necessidades acadêmicas propiciou que o produto da comissão fosse um conjunto de textos a propósito de questões desconhecidas, base de um relatório conforme as diretrizes implícitas do ministério seguido de votos em separado (CUNHA, 2005, p. 291).

As medidas elaboradas pela Comissão, se implementadas fossem, resultariam em profundas mudanças na estrutura do ensino superior brasileiro. O modelo napoleônico, vigente desde a segunda década do século passado, mas parcialmente alterado pela reforma universitária de 1966/68, sofreria novas transformações.

A ênfase nos cursos de graduação de caráter geral, desvinculados de profissões para a pós-graduação levaria as universidades brasileiras ainda mais perto do modelo norte-americano, talvez com a introdução nelas do *college*, que o ciclo básico da reforma dos anos 60 teria antecipado. Paralelamente, os institutos superiores de tecnologia esvaziaram as universidades da demanda por cursos específicos. Ambas as medidas visariam combater o caráter corporativo do ensino superior brasileiro, outra persistência do modelo napoleônico, que estaria sobrevivendo pela intermediação dos currículos mínimos dos cursos, estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação em articulação com os organismos de representação da cada agrupamento

³² Essa proposta reflete a retórica de inclusão dos setores que foram excluídos do processo de desenvolvimento empreendido pelo “milagre econômico”.

profissional. Outro elemento do modelo napoleônico prevalecente no Brasil seria o centralismo e a organização padronizada, que a comissão propôs combater com a transferência às universidades da supervisão das demais instituições de ensino superior, e com a liberdade para que as universidades optassem por adotar ou não sistemas que pareciam fazer parte da própria essência da instituição: sistema de créditos, departamentos, ciclo básico (SILVA, 2001, p. 94).

Em novembro de 1985, foi entregue o relatório da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior ao Ministro da Educação³³. Logo após, em fevereiro de 1986, o titular do MEC criou, no âmbito de seu ministério, o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), composto de cinco membros. Com base no relatório recebido pela Comissão e também nas contribuições enviadas pela sociedade, o GERES elaborou um anteprojeto de lei de reformulação voltado apenas para os estabelecimentos federais de ensino superior, deixando de lado os estaduais, os municipais e os privados. Em outubro do mesmo ano, o relatório e o anteprojeto de lei produzido pelo GERES foram divulgados apressadamente, no bojo de uma crise gerada por greve de funcionários técnico-administrativos e ameaça de greve de professores.

O anteprojeto de lei era considerado curto se comparado a outras medidas dessa natureza. A diretriz inicial reunificava as instituições federais de ensino superior; autarquias e fundações deixariam de existir, se submetidas ao mesmo estatuto. A nova figura jurídica, denominada simplesmente universidade, consistiria em “entidade criada por lei, dotada de personalidade jurídica de direito público, de patrimônio e receita próprios, com autonomia para realizar atividades educacionais, científicas e culturais (CUNHA, 2005, p. 293)”. Sem embargo de sua autonomia, a “universidade” só seria reconhecida como tal mediante a aprovação de seus estatutos, que dependeria do parecer do Conselho Federal de Educação. A universidade ficaria sujeita apenas ao controle finalístico do governo, que consistiria em: aprovação dos planos plurianuais de desenvolvimento; aprovação do estatuto dos servidores (docentes e funcionários); intervenção após

³³ Em março de 1985, ocorreu a troca do Ministro da Educação, assumindo o MEC o Ministro Marco Maciel. Contrariamente às políticas anteriores, que visavam a conter a expansão do ensino superior, o novo ministro incentivava a expansão desse nível de ensino, anunciando, para o terceiro grau, a implantação de trinta novos cursos para 1985. Em dezembro daquele ano, era criado o Programa Nova Universidade, destinado ao aparelhamento das instituições e ao apoio a programas culturais, dentre outros.

processo administrativo promovido pelo MEC, mediante designação de reitor *pro tempore* (SILVA, 2001).

No anteprojeto de lei do GERES, havia alguns pontos que, segundo Cunha (2005), revelavam a preocupação de acabar com a dualidade de estruturação das universidades federais, incorporando as autarquias e as fundações em um novo ente jurídico denominado apenas universidade, que deixaria de ter os rígidos controles orçamentários e salariais das autarquias, pois receberiam as dotações financeiras sob a forma de dotações globais. O anteprojeto também previa a racionalização do controle governamental sobre as universidades, que deixaria de incidir sobre os meios para incidir sobre seus fins, com a participação acadêmica e sem prejuízo da autonomia das instituições.

O texto do GERES sofreu severas críticas dos professores, funcionários e estudantes, talvez mais pelo seu relatório-justificativa do que propriamente pelo anteprojeto de lei. Pairava um temor a respeito da dotação global, de que esta pudesse vir a contribuir para a desobrigação do governo para com o suprimento de recursos.

Diante do volume das críticas que foram recebidas, o Presidente da República, no contexto das dificuldades políticas em pleno período da Constituinte, retirou do Congresso Nacional o anteprojeto de lei, que, no entanto, permaneceu como orientação política geral do governo para o ensino superior. Medidas nele incluídas passaram a ser objeto de normas específicas, como ocorreu parcialmente com a carreira e a remuneração dos professores e dos funcionários das universidades federais.

No período de 1986 a 1989, elaborou-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o qual não fugiu à tendência privatista/clientelista. Aprovado pela Lei nº 7.486, de 06 de junho de 1986, o plano tinha, na área educacional, programas que já se encontravam em desenvolvimento pelo Governo Federal.

No ensino superior e na universidade, especificamente, além de se diagnosticarem problemas resultantes do “crescimento desordenado” do setor, como se ele se fizesse em função de forças internas, procurava-se também ocultar a contribuição da política educacional na geração desses problemas. Constatou-se que não havia incentivos funcionais para os que se dedicavam à

pesquisa científica e tecnológica, e que as promoções não se fundamentavam necessariamente na titulação e no desempenho acadêmico-científico dos professores. Nada se dizia a respeito dos decretos promulgados em 1980³⁴, que instituíram a promoção por tempo de serviço nas universidades federais e incorporaram como assistentes (segundo nível na carreira docente) os professores colaboradores, independentemente da avaliação de sua qualificação acadêmica. No que dizia respeito às tecnologias educacionais, o diagnóstico desistiu de sua razão própria em proveito de uma proposta que apresentava um truísmo típico do discurso tecnocrático, como a presença da informática na escola, que recebeu apoio do Governo Federal para pesquisa e experimentação (CUNHA, 2005).

Voltando à questão do I Plano de Desenvolvimento, este apresentava oito programas, dentre os quais o Programa Nova Universidade, em que não havia referência ao setor privado de ensino. Apesar de tudo o que se havia dito no diagnóstico a respeito do “crescimento desordenado” e da qualidade diferencial do corpo docente das faculdades isoladas, e apesar de proclamar que a Nova Universidade deveria voltar-se para a excelência acadêmica, com vistas à formação da consciência crítica nacional e à redução da dependência científica e tecnológica do país, o texto referia-se mais propriamente ao segundo desses objetivos, em especial à pós-graduação e aos incentivos aos pesquisadores. As universidades federais receberam a promessa de que os recursos seriam transferidos sob a forma de dotações globais, sem especificações que limitassem os administradores; mas, ao mesmo tempo, essa promessa era condicionada à existência de processos de acompanhamento e avaliação (CUNHA, 2005).

Devido aos milhares de projetos apresentados em 1986, foi necessário o recrutamento de um grande número de consultores para a seleção dos que

³⁴ No segundo semestre de 1980, as associações de docentes das universidades federais autárquicas promoveram a primeira greve de professores universitários de âmbito nacional. Dentre as inúmeras reivindicações em pauta, estava a incorporação dos “colaboradores” ao quadro efetivo, que, se não constituía a questão central, estava subjacente à plataforma explícita. A greve, que paralisou o trabalho de 35 mil professores nos meses de novembro e dezembro de 1980, levou à demissão do Ministro da Educação Eduardo Portella, um intelectual liberal, substituído por Rubem Ludwig, um general-de-brigada, participante do círculo de colaboradores mais próximos do Presidente da República, o também general João Figueiredo. Sua primeira providência, com o claro objetivo de desmobilizar o movimento, foi elaborar um plano de incorporação automática dos “colaboradores” como assistentes efetivos, sem a exigência de concurso, nem outra forma de verificação da capacidade acadêmica (CUNHA, 2005, p. 80-81).

seriam financiados. A distribuição dos recursos entre os diversos projetos foi aleatória e sem critérios e objetivos.

A julgar pelas reclamações de diretores de instituições de ensino superior publicadas na imprensa, o programa se revelou essencialmente discriminatório e clientelista. As instituições mais bem aparelhadas para apresentar projetos e as que conheciam melhor os meandros da burocracia do MEC foram as mais contempladas, não necessariamente as mais necessitadas. Em cada universidade solicitante não se sabia qual dos projetos apresentados era mais importante para a própria instituição do que o outro. Estas e outras críticas apontavam para uma dispersão de recursos que podia não resultar em efeitos significativos para as instituições; ainda mais quando se leva em conta que o programa parecia, pelo seu nome, ser destinado às universidades, mas de fato não se concentrou nelas, contemplando também as faculdades isoladas (CUNHA, 2005, p. 295).

Críticas eram dirigidas também aos aspectos dos efeitos privatizantes do Programa Nova Universidade. Segundo Silva (2001), a proporção dos projetos aprovados das instituições privadas foi bem maior do que a das instituições públicas: essa preferência era revelada na canalização dos recursos para aquelas, uma vez que a preocupação com a qualidade do ensino neste setor era rara. Além disso, o valor médio dos recursos destinados a cada projeto era praticamente o mesmo, independente de ser pública ou privada a instituição solicitante.

A contenção do crescimento do sistema federal de ensino superior, especialmente das universidades, foi simultâneo ao crescimento das universidades estaduais e das privadas, esta última com forte incentivo do próprio Governo Federal. A expansão das estaduais decorreu da contenção federal, bem como da retomada das práticas clientelistas em âmbito estadual. Já a expansão das universidades privadas, no governo Sarney, decorreu não só da capacidade de certos empresários no aproveitamento dos espaços não cobertos pelas instituições públicas, como também da existência de um forte *lobby* privatista dentro do próprio governo, tanto no Ministério da Educação quanto na Secretaria de Planejamento.

3.2.2. O ensino superior na Constituição de 1988

Eleitos em 15 de novembro de 1986 e empossados em 1º de fevereiro de 1987, os constituintes teriam de redigir e votar a nova Carta Magna. O Congresso Constituinte eleito pelos brasileiros era formado, em sua grande maioria, por conservadores. Apesar de muitas expectativas otimistas e pessimistas quanto às mudanças no país, a Constituição foi elaborada por vários agentes políticos, e o trabalho foi marcado por uma grande novidade: a possibilidade de apresentação de propostas populares à elaboração constitucional.

Grupos organizados que representavam os diversos segmentos sociais se reuniam em associações, sindicatos e movimentos variados, passando a discutir os princípios gerais que deveriam nortear a nova constituição e a apresentar inúmeras propostas. Não houve amplo debate dos temas constituintes, como seria desejável numa sociedade saindo de uma ditadura militar que asfixiou o pensamento e a liberdade. Mas muitos itens foram contemplados, inclusive na área educacional.

Promulgada em outubro de 1988, a nova Constituição consagrava princípios importantes da democracia representativa. Apesar de seus aspectos conservadores, era a Constituição mais democrática que o país já tivera. No que concerne às universidades, observou-se que

[...] pela primeira vez que em um texto constitucional a universidade foi caracterizada como autônoma, em suas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207). Além disso, o mesmo artigo determina que as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre, ensino, pesquisa e extensão. Essa qualificação da universidade interessava especialmente aos docentes das universidades públicas, atentos para a possibilidade de continuação do controlismo governamental, além das tentativas de se separar as “universidades de ensino” das “universidades de pesquisa”, conforme o texto do Grupo Executivo da Reformulação do Ensino Superior – GERES (1986). Embora a autonomia efetiva das universidades públicas e a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão estivesse ausente da plataforma dos grupos privatistas, também do “centrão” nas negociações que se desenvolveram no plenário da Assembléia Nacional Constituinte (CUNHA, 2005, p. 452).

Havia também, segundo Cunha (2005), uma orientação de todo modo estranha mencionada nas disposições transitórias para as universidades (art. 60 da Constituição, parágrafo único). Dizia esse artigo que, nos dez anos seguintes ao da promulgação da Constituição, ou seja, até 1998, as universidades públicas deveriam descentralizar suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional. Essa determinação foi considerada inconstitucional, em primeiro lugar, porque conflitava com o princípio de autonomia universitária, restringindo-a em suas possibilidades de escolher os cursos a oferecer, pois a maioria deles é impossível de ser oferecida em cidades de maior densidade populacional. Além disso, restringia o próprio balanceamento entre ensino e pesquisa, cuja indissociação era, também, objeto de determinação constitucional.

Diante da compreensão desse artigo 60, não havia referência extensionista e interiorana a tais instituições. O artigo apenas dizia que,

[...] nos dez anos seguintes ao da promulgação da Constituição, o Poder Público deve desenvolver esforços visando a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Para estas finalidades, deveria aplicar pelo menos 50% dos recursos provenientes da receita tributária vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (União, [...]; estados, Distrito Federal e municípios [...]). Pela interpretação corrente nos grupos privatistas e no próprio Ministério da Educação, em 1988, o MEC deveria limitar bastante as despesas com as universidades públicas (especialmente as federais), de modo que, somadas com os subsídios às instituições privadas de ensino superior, com o ensino médio e com outras despesas, resultasse 50% do orçamento para o ensino fundamental e para os programas de alfabetização de jovens e adultos (CUNHA, 2005, p. 453).

Assim, com a redução dos gastos com as universidades públicas e com o seu direcionamento para o interior, estendendo seus cursos para as cidades de maior densidade populacional, essas instituições seriam “colocadas em seu lugar”, especialmente no lugar do ensino³⁵, abandonando o desejo de refazerem

³⁵ A opção do setor pela criação de universidades que aliassem ensino e pesquisa – uma das bandeiras de segmentos dos movimentos docente e estudantil dos anos de 50 e 60 e que foi, em parte, incorporada na Reforma de 1968 – implicou em um aumento progressivo do custo absoluto e relativo do ensino público, limitando sua expansão e abrindo ao setor privado a oportunidade de atender à demanda massiva que o Estado não conseguia absorver. O ensino superior privado, por sua vez, assumiu o espaço complementar no sistema, atendendo à demanda crescente por

sua identidade em função da pesquisa, como vinha acontecendo desde a década de 1970. Portanto, para os grupos privatistas, essa política era bastante conveniente, porque retirava das universidades públicas o que elas tinham de superior em relação às faculdades e universidades privadas – a produção de ciência, cultura e tecnologia –, facilitando-lhes, assim, a disputa pelos recursos públicos.

O anteprojeto da Constituição previa subsídios governamentais ao ensino privado:

A lei regulará transferência de recursos públicos ao ensino privado a todos que solicitem, dentro de quantitativos estabelecidos, e obedecendo a processos classificatórios: I) a contribuição inovadora da instituição para o ensino e pesquisa; II) o suprimento de deficiências qualitativas ou quantitativas do ensino público; III) a participação de representantes da comunidade nas decisões da instituição beneficiada; IV) o interesse comunitário da sua atividade (CUNHA, 2005, p. 428).

Segundo Sampaio (2000), manteve-se a grande conquista dos privatistas, incorporada à Constituição de 1946 e ampliada pela reforma tributária realizada logo nos primeiros anos dos governos militares. Pode-se dizer que, no Brasil, o ensino superior privado desenvolveu-se, em seus primórdios, como um setor paralelo ao setor público de ensino superior. Esse paralelismo esteve permanentemente na base da relação de dependência financeira que as instituições privadas sempre pleitearam, e em alguns períodos conseguiram, de fato, manter com o Estado.

O que ficou garantida na nova Constituição (1988) foi a transferência de recursos públicos para as instituições privadas de ensino sem fins lucrativos, como queria a emenda CNBB/AEC/ABESC (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Associação de Educação Católica/Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas), sem que os beneficiados tivessem, entretanto, as obrigações de reaplicação dos excedentes de rendimento na qualidade do ensino, nem de prestação de contas à comunidade.

formação superior, a qual era impossível de ser plenamente satisfeita em um modelo de universidade pública e gratuita, seletiva em termos sociais e acadêmicos (SAMPAIO, 2000).

O apoio obtido para as emendas patrocinadas pela Igreja Católica, conforme aponta Cunha (2005), era viabilizado por meio da prática habilidosa de se misturar conteúdos diferentes na mesma proposta, de modo a obter apoio dos diferentes grupos. Por exemplo, para se obter de grupos progressistas o apoio à condenação do aborto, condenava-se, na mesma proposta, a tortura, buscando-se obter, por meio de tal discurso, a adesão desses grupos. Conseqüentemente, procedimento semelhante foi empregado na emenda CNBB/AEC/ABESC, que misturava suas demandas de subsídios públicos às escolas privadas com determinações ao Estado para oferecer condições materiais para os alunos poderem freqüentar as escolas oficiais.

Outra prática dessa natureza, de acordo com Cunha (2005), foi constatada no título que trata das disposições constitucionais gerais, distante da seção específica da educação. Inseriu-se, na Constituição, um artigo (art. 242), resultado do esforço especial do Ministro da Educação, o senador catarinense Jorge Bornhausen. Interessado em promover o interesse de certas instituições que compunham sua base eleitoral, o senador-ministro conseguiu que surgisse, disfarçado, um artigo que diz não se aplicar o princípio da gratuidade “às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos (CUNHA, 2005, p. 447)”. Tais instituições são fundações, em geral de ensino superior, mais comuns em Santa Catarina e no Paraná, que receberam da Constituição cobertura legal para continuar a cobrar pelos seus cursos.

Em resumo, a Constituição de 1988 contemplou grupos privatistas com dinheiro público para a educação privada, e *lobbies* se formaram no Congresso para que os investimentos públicos não ficassem somente na iniciativa pública.

3.3. O ensino superior no Estado do Paraná

O Paraná esteve, de 1983 a 1994, sob a regência do PMDB: governo José Richa (1983-1986), governo Álvaro Dias (1987-1990) e governo Roberto Requião

(1991-1994). Situando cada gestão no contexto político nacional, tem-se o seguinte cenário: José Richa governou o Paraná no fim da ditadura militar e início do governo civil com Sarney; o governo Álvaro Dias conviveu com a era dos “planos” do governo Sarney e com o início do governo Collor; Requião governou o Paraná no momento do afastamento de Collor e da entrada de Itamar.

Assim, em março de 1983, José Richa foi empossado governador do Paraná, juntamente com seu vice, João Elísio Ferraz de Campos, pela legenda do PMDB. José Richa permaneceu no cargo até 1986, quando se candidatou ao Senado, sendo substituído pelo seu vice. As propostas de políticas educacionais para o Governo do Paraná, elaboradas para a campanha eleitoral de 1982, continham uma mistura bastante heterogênea de formulações gerais e propostas específicas. Defendia-se uma especial tarefa da escola numa educação libertária, para o que se previa a atribuição dos grupos sociais organizados a responsabilidade de forjar seus próprios destinos e a criação de mecanismos para que a comunidade escolar (pais, mestres, estudantes e servidores) passassem a ter participação decisiva na escolha da direção dos estabelecimentos oficiais de ensino, mediante o sistema de eleições diretas nas escolas de todos os níveis de ensino (SAPELLI, 2003).

Segundo Machado (2001), para colocar em prática as propostas para a educação, Richa nomeou como Secretária de Estado da Educação a professora Gilda Poli Rocha Loures. Do conteúdo de seus discursos, abstrai-se a preocupação com a expansão desordenada do ensino de terceiro grau e com os critérios de igualdade de tratamento de recursos humanos, além da preocupação em implementar a pesquisa e valorizar a carreira do magistério. Assumia, também, posição favorável à democratização do processo educacional.

Em maio de 1983, dois meses depois da posse da Secretária Estadual de Educação Gilda Poli, divulgou-se o texto *Políticas SEED/PR – fundamentos e explicitação* (ESTADO DO PARANÁ, 1984), no qual se apresentavam as políticas que deveriam ser desenvolvidas nessa gestão (SAPELLI, 2003). O ponto do texto que mais se confrontava com as condições existentes era o que apresentava as políticas sobre o ensino superior. Partia do diagnóstico de que o Paraná era o único estado da federação a arcar com o ônus do ensino superior, o que a legislação determinaria ser de competência do Governo Federal. Quase metade

dos recursos do Governo Estadual destinados à educação estariam sendo gastos com as treze instituições mantidas por ele. O documento chamava a atenção para o caráter elitista dessa distribuição dos recursos, vista a partir do número dos que iniciavam a primeira série do primeiro grau, comparado aos poucos que conseguiam atingir o ensino superior.

O documento mostrava também como as instituições estaduais de ensino superior foram criadas por mecanismos populistas, resultando de alianças dos políticos que as propunham juntamente com as classes médias dos municípios do interior. Essas instituições, uma vez criadas, ficavam entregues à própria sorte, tendo seu ensino deteriorado. Diante desse diagnóstico, a Secretaria afirmava não ser justo que se continuasse a financiar a expansão do ensino superior segundo os padrões conhecidos, nem utilizá-los como argumento para conter sua expansão. A proposta, então, era repensar a criação de cursos superiores sob outros parâmetros e/ou exigências. Isso seria feito mediante procedimentos que garantissem a participação das associações de docentes, dos diretórios acadêmicos e dos representantes dos níveis de primeiro e segundo graus.

Na década de 1980, o ensino superior estava constituído, na capital do Paraná, pela Universidade Federal do Paraná e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica, mantidos pela União. No interior, havia três universidades estaduais: a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), além de uma federação em via de se transformar em universidade, na região do Oeste do Paraná, centrada em Cascavel. Havia, ainda, outras onze instituições isoladas de ensino superior, mantidas pelo Governo Estadual, e nove faculdades municipais.

O ensino superior no Paraná tinha características bem distintas dos existentes nos demais estados: o setor público tinha uma significativa presença neste grau de ensino. Segundo Cunha (2005), em 1983, 52% dos alunos do ensino superior estudavam em universidades, proporção maior à média nacional de 47%. Também surpreendentemente alta era a proporção de estudantes nas instituições públicas: 68%, enquanto a média nacional era de 40%. No entanto, o ensino só era de fato gratuito nas instituições federais. As universidades estaduais e as faculdades isoladas, estaduais e municipais, cobravam anuidades, a despeito das subvenções que o Governo Estadual destinava às instituições por

ele mantidas. As instituições municipais só contavam, para sua manutenção, com os recursos gerados pelo pagamento das mensalidades, pois as leis que as criaram não previram a existência de quadros de pessoal com recursos das prefeituras. Nelas, tanto o Município quanto o Estado ficavam impedidos de usar suas verbas para pagar o pessoal docente e administrativo, a quem se destinava a maior parte dos recursos: as verbas públicas somente podiam ser empregadas em projetos específicos.

A imagem do Paraná como o estado onde mais se gastava com o ensino superior foi amplamente divulgada pelo governo, segundo o qual a proporção de recursos para essa finalidade no seu orçamento seria duas vezes maior do que a de São Paulo e quatro vezes maior do que a do Rio de Janeiro. Considerando injusto gastar-se mais com o ensino superior do que com o ensino de nível secundário, a administração educacional propôs a racionalização dos gastos entre os três graus do ensino, de acordo, aliás, com o plano inicial. Essa orientação logo se chocou, principalmente, com os movimentos por reajustes salariais e, secundariamente, com a obtenção de vantagens de ordem trabalhista e de redistribuição do poder no âmbito de suas instituições.

O Governo Estadual, por sua vez, defendia publicamente que o Governo Federal deveria assumir maior responsabilidade com o ensino superior no Paraná, a exemplo do que fazia em outros estados. Nesse sentido, foram constituídas gestões para a “federalização” das universidades estaduais, proposta rejeitada pelo MEC com a alegação de falta de recursos para tanto. O Governo Estadual mostrava que, em 1984, o ensino superior absorveu 19% dos recursos da Secretaria da Educação, ao passo que o ensino de segundo grau, com 4,5 vezes mais alunos, recebeu 13% dos recursos. Mostrava também a falta de critério para a expansão do ensino superior no estado, nos anos anteriores, a ponto de se ofertarem, naquele ano, 27 mil vagas para uma demanda aproximada de 18 mil alunos egressos do segundo grau, ou seja, deixava-se descoberto o ensino nos níveis fundamental e médio, enquanto havia vagas ociosas no ensino superior. Seria um claro exemplo de malversação do dinheiro público (ESTADO DO PARANÁ, 1985, apud CUNHA, 2005).

Essa transferência tinha tanto um caráter econômico como político. Santos (1998) explica que o caráter econômico é expresso na perda da capacidade de

financiamento público do Estado do Paraná, nos anos 80, e o caráter político, nos princípios partidários do PMDB, que contemplavam a democratização em todos os níveis, a qual se daria pela participação comunitária. O PMDB, como partido de esquerda, anunciava o compromisso com o pagamento da dívida social e com a democratização do poder local. “A explicitação do caráter econômico, de certa forma, apresentou-se para justificar o afastamento crescente do Estado na administração financeira no sistema educacional, principalmente no ensino superior (SAPELLI, 2003, p. 36)”. As ações explicitavam claramente a reorganização no âmbito educacional, no sentido de promover gradativamente a retirada do Estado como mantenedor do ensino superior.

Se o governo José Richa representou um ensejo de reorganização do Paraná em resposta a um contexto mais amplo, as ações implementadas vão, na seqüência, ser retomadas pelo governo Álvaro Dias, sob a regência do mesmo partido. Segundo Sapelli (2003), enquanto o governo Richa representou um momento de reconstruir um quadro conceitual para a educação, o governo Dias expressou-se como momento de operacionalização de metas.

Em 1987, foi implantada a gratuidade nas universidades estaduais do Paraná. Nesse mesmo ano, foi criada a Secretaria Extraordinária de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (SEET). O CONCITEC – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – passou a integrar a secretaria recém-criada. O Conselho Deliberativo de Pessoal, criado em março de 1982, foi extinto e suas atribuições transferidas para a Secretaria de Administração, que passou a centralizar as folhas de pagamento de pessoal das diversas instituições. Esse fato provocou um clima de tensão entre as universidades e o Governo do Estado, devido à perda de autonomia daquelas nessa área.

Em dezembro de 1987, as instituições de ensino superior do Paraná reuniram-se e fundaram a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Estaduais e Municipais (APIES), congregando 27 instituições, sob a presidência do reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), professor Fernando Ponte de Sousa. Com essa nova configuração gerada pela reunião das IES do estado, os reitores foram convocados, em fevereiro de 1988, para discutirem elementos para um diagnóstico do ensino superior, bem como

traçarem parâmetros para o estabelecimento de uma política para o terceiro grau (MACHADO, 2001).

Além de todos esses aspectos mencionados, o Governo Estadual negou-se a repassar ao funcionalismo público o reajuste de salários determinado por lei federal. Esse fato gerou descontentamentos, conflitos e pressões em alguns períodos, somente normalizando-se a situação com o cumprimento da lei por parte do Governo Estadual.

No período de 1980 a 1991, as demais universidades estaduais paranaenses vivenciaram onze greves, as quais eram deflagradas com vistas a reajustes salariais, verbas para a educação, ensino gratuito, estabilidade no emprego, restaurantes universitários, dentre outras reivindicações. No dia 21 de dezembro de 1987, foi publicada a Lei Estadual nº 8.675, autorizando o Poder Executivo a instituir a gratuidade do ensino nas universidades paranaenses. No dia 11 de janeiro de 1988, o governador do Paraná baixou o Decreto nº 2.276, efetivando a medida (PRIORI; MARQUES, 2001).

A posse do novo governador Roberto Requião, no início de 1991, levou a comunidade universitária a criar expectativas no que diz respeito às universidades paranaenses. A política desse governador em relação às universidades foi marcada pelos mesmos critérios da política dos anteriores: descaso com o setor da educação e intransigência no diálogo com os grupos organizados.

No mês de abril de 1991, os funcionários e docentes das universidades fizeram uma proposta de reajuste salarial, pois, conforme dados do DIEESE, as perdas salariais atingiam o patamar de 125%. Entretanto, as negociações com o Estado conduziram a novos impasses, agravados pela supressão da data-base do reajuste salarial no âmbito do Estado (PRIORI; MARQUES, 2001). As greves que ocorreram durante o período de 1984 a 1994 demonstraram que os governos paranaenses não tinham (e continuam não tendo) preocupação com o ensino superior nesse estado.

Requião, desde o período de sua campanha, apresentava como proposta para o ensino superior a contenção da sua expansão. Dizia haver confusão quando se pensava em criar uma universidade em cada cidade, e não era objetivo do Estado criar fábricas de diplomas, e sim formar profissionais que pudessem integrar o processo de desenvolvimento científico, tecnológico e

econômico do estado (INFORMATIVO UNIOESTE, 1990). A partir das declarações de Requião, será possível constatar, no próximo capítulo, as tomadas de decisões a respeito da estadualização da UNIOESTE durante o seu governo.

4. UMA DÉCADA PARA ESTADUALIZAR A UNIOESTE

4.1. O ensino superior na região Oeste do Paraná

A nova realidade resultante da rápida urbanização e industrialização do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 requeria que o aprimoramento em termos educacionais tivesse como finalidade responder às necessidades do desenvolvimento econômico. Como demanda necessária, nos anos 1970 e 1980, as Instituições de Ensino Superior (IES) se proliferaram em grande escala nas diversas regiões do país, pois a

[...] pressão pelo aumento de vagas [tornou-se] cada vez mais forte [...], ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda [...]. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas (OLIVE, 2002, p. 39-40).

A expansão do setor privado teve aprovação dos governos militares, pois isso era especialmente interessante ao regime: quanto mais cresciam os estabelecimentos de faculdades isoladas, mais difícil se tornava a mobilização política dos estudantes. Por outro lado, para coibir as universidades públicas, consideradas centros de subversão, realizou-se um processo de “limpeza ideológica” por meio de cassações de professores (OLIVE, 2002).

Essa expansão resultou em 65 universidades na década de 1980, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo período, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a 800, dos quais 250 contavam com menos de 300 alunos matriculados (OLIVE, 2002). As novas faculdades dedicavam-se exclusivamente ao ensino, ao contrário das universidades públicas, que, além do ensino e da pesquisa, deveriam desenvolver a extensão (SHEEN, 1986).

No Oeste do Paraná, as Instituições de Ensino Superior constituíram uma iniciativa que se concretiza a partir das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, as cidades de Cascavel (1972), Foz do Iguaçu (1979), Toledo e Marechal Cândido Rondon (1980) implantaram suas instituições. Essa demanda pelo ensino superior se fazia necessária à medida que os serviços urbanos passaram a exigir maior grau de escolarização.

As novas relações sociais, determinadas pela mudança do sistema produtivo, desencadearam ampla demanda por educação em todos os graus e níveis, como forma de rearticulação da força de trabalho no interior do novo espaço econômico. A luta pela conquista da escolaridade, requerida pelas novas condições de trabalho, fez das décadas de 1970 e 1980 o período da construção ou ampliação da educação na região do Oeste do Paraná (EMER, 1991). Na região, intensificaram-se as reivindicações por maior escolaridade por parte dos que já haviam conquistado espaços de trabalho, especialmente nos serviços públicos.

Com a ampliação do sistema escolar, embora insuficiente, havia também a demanda de professores qualificados para o exercício do magistério que viessem mudar o quadro apresentado no Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional. Por meio desse diagnóstico, constatou-se alto índice de repetência nas séries de primeiro grau, evasão escolar, ingresso tardio na escola, dentre outros problemas. Além dessas considerações, os professores que não possuíam o diploma de ensino superior se encontravam ameaçados de perder seu espaço de trabalho para aqueles professores licenciados que chegavam à região. “Neste contexto, a demanda por maior educação ultrapassava a perspectiva anterior e deixava transparecer que tinha se transformado em campo de disputa de espaço sócio-econômico (PERIS; BRAGA, 2003, p. 461)”. Segundo Emer (1991), essas condições, a princípio, determinaram a escolha dos primeiros cursos de graduação da região Oeste do Paraná, surgindo os quatro cursos iniciais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – FECIVEL (1972).

Por meio da Lei Municipal nº 885, de 27 de outubro de 1971, o então prefeito Octacílio Mion criou a Fundação Universidade Oeste do Paraná (FUOP), cujo funcionamento foi autorizado em 15 de maio de 1972 pelo Decreto Federal nº 70.521, e cujo Estatuto foi aprovado pelo Decreto Municipal nº 356. A elaboração

do projeto de implantação dos primeiros cursos que a faculdade ofereceria ficou sob responsabilidade de um grupo de professores que conheciam a realidade educacional de Cascavel e da região: a expansão escolar não dispunha de número suficiente de professores com habilitações e qualificações para atuarem nas escolas de ensino fundamental e médio. Esses dados davam mostras de que a educação escolar necessitava de profissionais que tivessem formação na área da educação, razão pela qual se optou pela implantação de cursos de licenciatura. Assim, o curso de Letras (com habilitações em Português/Inglês e Português/Francês) se mostrou necessário pela falta de professores de Língua Portuguesa. Já o curso de Pedagogia (com habilitações em Administração Escolar, Magistério e Orientação Educacional) foi criado devido à necessidade de que, em termos pedagógicos, a educação fosse pensada, planejada e acompanhada. As áreas de Matemática e Ciências também ficavam aquém das grandes necessidades dos professores, o que impulsionou a criação das licenciaturas de Matemática e Ciências (EMER, 1991).

Assim, em regime de fundação, o ensino superior de Cascavel entrou em funcionamento em 1972, com quatro cursos superiores iniciais, os primeiros da região Oeste do Paraná. A realização do primeiro vestibular ocorreu em julho de 1972, e os cursos foram iniciados com aula inaugural ministrada pelo governador do Estado do Paraná, Pedro Viriato Parigot de Souza (1971-1975), em 16 de agosto do mesmo ano, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. O perfil das turmas pioneiras era constituído, em sua grande maioria, por professores que buscavam titulação para atuarem na rede de ensino (EMER, 1991).

Em caráter provisório, foi nomeado, para a função de diretor da FUOP (1972), o juiz de direito Dr. Jamil Lourenço, diretor do Fórum de Cascavel, e para vice-diretor, o professor Edison Pietrobelli (1974). Para estes, havia um grande desafio: além de pôr a faculdade em curso, era necessário construir o prédio que abrigaria a FUOP³⁶.

Na história do desenvolvimento do ensino superior no Oeste do Paraná, 1974 foi um ano que marcou tanto pelas transformações como pela busca de alternativas de ampliação do atendimento às demandas de novas áreas de

³⁶ A área para construção da faculdade foi doada em 27 de março de 1972 por Agenor Miotto, Érico Bublitz e Idília Xavier, e registrada no cartório Mion.

graduação. Pela Lei Municipal nº 1.088/74, a FUOP foi transformada em Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – FECIVEL, e teve aprovados seus Estatutos pelo Decreto Municipal nº 679 (a alteração do nome da mantenedora se deu através do Decreto Federal nº 065/74).

Segundo Sperança (1988), esse decreto, firmado pelo então Prefeito Pedro Mufatto, aprovava os estatutos da Faculdade e trazia a comunidade de volta à reflexão sobre o destino de seu ensino superior. O Município dava um passo, mas desta vez para trás, ao consagrar a lei, a 20 de junho de 1974, que transformava a Fundação Universidade do Oeste do Paraná em Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – FECIVEL, pois, com essa lei, abandonava-se o projeto original de criar a Universidade do Oeste.

Na região Oeste do Paraná, nos anos de 1976 e 1977, estava em desenvolvimento um Projeto Especial Multinacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a nomenclatura Projeto MEC/OEA. O objetivo era reduzir a taxa de analfabetismo e a evasão escolar em toda a região, abrangendo 21 municípios. Esse investimento para a região resultou na criação, em 1980, da ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste do Paraná, que, por meio de sua organização, uniu as diversas instâncias sociais em favor da busca por educação.

Em decorrência desse projeto, realizou-se uma pesquisa diagnóstica denominada Diagnóstico Sócio-Econômico-Educacional em Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, a fim de se obter dados sobre as condições da educação regional. Conforme já apontado anteriormente, constatou-se que havia alto índice de repetência nas primeiras séries do ensino de primeiro grau, evasão escolar e ingresso tardio na escola, dentre outros problemas. Causas internas à escola contribuíram para a conformação desse quadro, dentre as quais podem-se citar a falta de professores habilitados e qualificados para o magistério em escolas primárias, a falta de domínio e metodologia de ensino, e a mobilidade populacional (êxodo rural e migração para outras regiões) tanto de alunos quanto de professores. Constatou-se, também, que havia, na área do ensino superior da região Oeste, apenas quatro cursos de licenciatura, localizados na cidade de Cascavel (FECIVEL). A ausência de outros cursos, sobretudo de licenciatura, em áreas estratégicas da região também contribuía

para o quadro apresentado na educação das séries iniciais. Havia também o êxodo de jovens urbanos em busca de cursos superiores ligados a outras áreas não ofertadas pela faculdade local.

Com o resultado desse diagnóstico, deu-se início às discussões com prefeitos e entidades de classes, políticos da região, entre outros, com vistas à criação de ensino superior nas cidades consideradas mais desenvolvidas. Com o apoio, principalmente financeiro, do projeto MEC/OEA, foram criadas: em 1979, a Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu – FACISA; em 1980, a Fundação de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – FACIMAR; e, também em 1980, a Fundação de Ensino Superior de Toledo – FACITOL.

Nos anos seguintes, foram criados novos cursos considerados necessários ao novo contexto do desenvolvimento regional. No final da década de 1970, com o desenvolvimento de outras cidades-pólo da região, que também criaram suas faculdades, o atendimento à demanda por ensino superior foi ampliado e diversificado. No ano de 1976 e seguintes, os novos cursos propostos pela FECIVEL receberam autorização de implantação. Assim, em 1976, foram criados os cursos de Administração e Ciências Contábeis; em 1978, foi criado o curso de Enfermagem; e em 1979, o curso de Engenharia Agrícola. Com a ampliação e diversificação de novos cursos, a manutenção passou a ser uma das questões mais desafiadoras desse nível de ensino. A verba municipal, assim como as mensalidades dos alunos, tornaram-se insuficientes para manter a instituição.

Situando-se esse momento de dificuldades da instituição em um contexto mais amplo, observa-se que a sociedade estava vivendo o processo de transição de um regime ditatorial para um regime democrático, que, por sua vez reivindicava escolas, participação política e direitos na área na educação. Nesse contexto, nascia também um movimento que reivindicava o ensino superior.

Diante no novo quadro que se apresentava, a FECIVEL, em 1982, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação – CEE – o projeto de transformação da Faculdade de Educação em Universidade Municipal de Cascavel, recebendo parecer favorável sob nº 191/82. Com o encaminhamento desse processo ao Ministério da Educação, a FECIVEL ficou na expectativa do ato de reconhecimento. Contudo, o reconhecimento não se efetivou, implicando, assim, em profundas mudanças político-pedagógicas e administrativas. Frente à

infactibilidade do momento, alternativas possíveis foram coletivamente buscadas em médio e longo prazo. Diante da negativa da federalização, o projeto de Universidade do Oeste foi apresentado na Assembléia Legislativa do Paraná pelo então Deputado Estadual Edgard Pimentel (PDS), em agosto de 1984, sendo novamente rejeitado.

Na busca de novas alternativas para o desenvolvimento do ensino superior, instituições de âmbito regional, tais como a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP – e a Associação Educacional do Oeste do Paraná – ASSOESTE³⁷ (essa constituída após o término do Projeto MEC/OEA, em 1982, que destinava recursos para o financiamento das IES regionais), concluíram que as faculdades da região, com origens semelhantes e mantidas por fundações municipais, tinham precárias condições de manutenção e desenvolvimento, apenas dispondo de poucos recursos financeiros orçamentários provenientes das prefeituras-sede e das mensalidades dos acadêmicos.

As prefeituras-sede custeavam as ampliações físicas necessárias e a manutenção das faculdades, com atendimento que abrangia estudantes vindos de diferentes municípios da região e até de outras regiões do país. Esses encargos, do ponto de vista dos prefeitos dos municípios-sede de faculdades, deveriam ser rateados também entre os demais municípios da AMOP. Essa questão gerou polêmicas e confrontos de interesses na região, pois os encargos financeiros das IES extrapolavam a competência dos municípios e representavam uma redução de recursos a serem prioritariamente canalizados para o ensino fundamental, historicamente carente e distante de atingir a meta de eliminar o analfabetismo.

Ao mesmo tempo em que se pensava na transferência dos custos a outros municípios da região, existia também consenso para se buscar alternativas para a manutenção e expansão das IES que contribuíssem com as inovações e avanços do processo histórico regional que se apresentava. Os dados levantados a esse respeito, diagnosticados em documentos sobre as tendências regionais, apresentaram as necessidades profissionais da região, sendo muito maiores do que podiam oferecer as IES municipais, já que todas se encontravam no limite de sua capacidade de crescimento e com sérias dificuldades de manutenção.

³⁷ Essa associação permitiu apoio para que os prefeitos pudessem gerenciar a educação dos municípios. Através da ASSOESTE, recursos eram destinados ao financiamento das faculdades regionais, à preparação de professores, aos cursos de pós-graduação, dentre outros.

No decorrer de 1983, foram iniciados estudos para buscar alternativas que viabilizassem a manutenção e a expansão do ensino superior no Oeste do Paraná. A partir de 1984, reuniões foram realizadas com sindicatos, associações, cooperativas, políticos, estudantes e professores das IES, com objetivo de desencadear uma ampla mobilização regional em favor da federalização das faculdades.

O período em questão assinalava a abertura política para a redemocratização no país. Nessa conjuntura, já se permitiam mobilizações e manifestações sem que houvesse repreensão do regime militar. No contexto que então se configura, foi realizada, no dia 30 de novembro de 1984, uma reunião na cidade de Toledo, com a já constituída Comissão Provisória Pró-Universidade. Essa reunião tinha por objetivo a elaboração de uma carta-documento a ser entregue ao candidato a Presidente da República, Tancredo Neves, por ocasião de sua visita a Curitiba (PR), em campanha para as “Diretas Já”.

Segundo Cunha (2005), Tancredo Neves enfatizava, em campanha, a questão da educação como prioridade nacional, e no que dizia respeito ao ensino superior, mencionava a criação de uma comissão que apresentaria subsídios para uma nova política do ensino superior. Diante dessas novas possibilidades, a carta com o pedido de federalização e contendo anexos com dados regionais foi entregue a Tancredo Neves, quando este se encontrava na recepção do Clube Pinheiro, em Curitiba, juntamente com convidados e demais autoridades políticas.

As expectativas da federalização das IES ficaram sem respostas diante do fato marcante que ocorreu, em 1985, com Tancredo Neves – a sua morte. A história das IES do Oeste do Paraná também teve como marco esse período: em reunião realizada na cidade de Guaraniaçu (PR), em 19 de abril de 1985, decidiu-se pela criação da Universidade do Oeste. A reunião foi promovida pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP e pela Associação Educacional do Oeste do Paraná – ASSOESTE, e registrou a participação de prefeitos, secretários municipais de educação, diversos representantes estudantis, professores das faculdades, deputados estaduais da região, membros da Comissão Paritária para a Política do Ensino Superior do Paraná, secretários estaduais da Educação e do Interior, e membros da Comissão Pró-Universidade do Oeste. Nessa reunião, decisões foram tomadas a respeito da constituição de

se criar um organismo cujo objetivo era agregar a participação das instituições regionais, via integração das faculdades, a fim de consolidar o ensino superior no Oeste do Paraná (FUNIOESTE, 1990).

Nesse período, as prefeituras que tinham por sede os Centros Universitários (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon) e os municípios de Palotina e Assis Chateaubriand passaram a comprometer, em seus orçamentos, recursos para custear as atividades da Comissão Pró-Universidade do Oeste. A comissão ficou instalada junto à ASSOESTE, contando com o apoio da Secretaria Executiva e Assessoria Técnica dessa entidade, contratadas especificamente com o objetivo de dar prosseguimento a um processo que resultasse na efetiva unificação dos cursos superiores do Oeste do Paraná (FUNIOESTE, 1990).

Desses encontros, resultou a subscrição da Ata de Constituição da Comissão Diretiva Pró-Universidade do Oeste, que passou a contar, desde aquele momento, com o apoio do Departamento de Assuntos Universitários³⁸ – DAU, e da Secretaria de Estado da Educação. Segundo Emer (1998), o projeto de fusão das fundações municipais em uma única fundação mantenedora do ensino superior do Oeste do Paraná foi, de forma ainda que embrionária, a idéia de Universidade do Oeste.

4.2. FECIVEL, FACITOL, FACISA e FACIMAR, juntas na composição da UNIOESTE

Com a recusa do processo da federalização da FECIVEL, em 1982, e com o pedido a Tancredo Neves sem resposta, outra tentativa fez-se em âmbito estadual em agosto de 1984, no governo José Richa. Um projeto de criação da Universidade do Oeste na cidade de Cascavel foi apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná pelo então Deputado Estadual Edgard Pimentel (PDS).

³⁸ O Ensino Superior estava submetido a este Departamento, ou seja, todas as questões passavam pelo DAU, que embora tivesse um presidente, estava subordinada à Secretaria da Educação. A Secretaria de Ensino Superior somente seria criada algum tempo depois.

Porém, mesmo diante dos argumentos defendido pelo deputado, os representantes do Oeste que se faziam presentes na Assembléia assistiram à proposta de Edgard Pimentel ser rejeitada.

Segundo Cunha (2005), embora fizesse parte das propostas de políticas educacionais no governo José Richa, o ensino superior não se apresentava como maior prioridade. A atenção do governo estava mais voltada para “a retomada do ensino público gratuito, especialmente o de primeiro grau, garantindo a oferta mediante a sua expansão, conservação, reparo da rede e sua melhoria qualitativa” (CUNHA, 2005, p. 234). Portanto, a rejeição do projeto se deu também em função de que, segundo levantamento de amostragens dos diagnósticos educacionais, quase metade dos recursos para educação no Paraná era destinada ao ensino superior. O Estado mantinha quinze instituições:

[...] três universidades estaduais (em Londrina, Maringá e Ponta Grossa); uma federação em via de se transformar em universidade (na região oeste do estado, centrada em Cascavel); outras 11 instituições isoladas mantidas pelo governo estadual (CUNHA, 2005, p. 250).

A Secretaria de Educação Estadual (SEED) não achava justo financiar a expansão do ensino superior segundo os padrões conhecidos, nem utilizá-los para conter sua expansão. Embora a política educacional no governo Richa contemplasse os três graus de ensino, com ênfase especialmente no primeiro grau, no entendimento da SEED, o ensino superior, na forma que se apresentava, deveria sofrer readequações; esta era condição necessária para buscar sua gratuidade (já havia mobilizações para esse fim). O que se propunha, então, segundo os documentos, era “repensar a criação de cursos superiores sob outros parâmetros e/ou outras exigências (CUNHA, 2005, p. 250)”.

De acordo com Cunha (2005), a SEED divulgava que as instituições de ensino municipal, em sua maioria, foram criadas por intermédio de mecanismos populistas, resultando de alianças dos políticos que as propunham com as classes médias dos municípios do interior. Essas instituições, uma vez criadas, ficavam à própria sorte. O Paraná era o único estado da federação a arcar com o ônus do ensino superior, o que a legislação determinava ser de competência do Governo Federal.

A Secretária Nacional de Ensino Superior do Ministério da Educação, Eunice Ribeiro Durhan, em entrevista ao jornal Informativo UNIOESTE (1991), declarou que se fazia necessário partir para um sistema de cooperação entre União e estados. Dizia que nem a União sozinha poderia arcar com a expansão do ensino público, e nem os Estados, pois alguns assumiram um ônus muito grande, como o Paraná, por exemplo, e outros não assumiram nenhum.

De acordo com Cunha (2005), a responsabilidade do ensino superior não é nem era do Governo Federal, embora tenha sido essa a tendência até então. No entanto, o que se verificou foi a crescente participação dos estados na oferta de ensino superior, com o estancamento do crescimento da rede federal. Por sua vez, o governo Richa defendia a transferência da responsabilidade do ensino superior ao Governo Federal, que deveria assumir maior responsabilidade com o ensino superior no Paraná, a exemplo do que fazia em outros estados. Nesse sentido, foram organizadas gestões para a “federalização” das universidades estaduais, proposta rejeitada pelo MEC com a alegação de falta de recursos para tanto.

Diante do entendimento da redução das responsabilidades do Governo Estadual em relação às universidades (autonomia pessoal e financeira), as IES do Oeste do Paraná definhavam na sua manutenção. Frente às necessidades das IES, reuniram-se, em Foz do Iguaçu, em 15 de fevereiro e 18 de março de 1985, diretores e vice-diretores das quatro instituições, bem como professores e presidentes das mantenedoras, para discutirem a respeito das mudanças e estratégias para uma nova reivindicação.

Uma comitiva formada com mais de uma centena de pessoas foi a Curitiba, com o apoio do então Deputado Estadual e Secretário do Interior do governo José Richa, Nelton Friedrich, no intuito de pressionar o governador a estadualizar a FECIVEL. Segundo Kuiava (2005), o governador, por sua vez, não concordou em estadualizar a FECIVEL, porque, conseqüentemente, outros pedidos seriam solicitados pelas demais IES – FACISA, FACIMAR e FACITOL.

A partir da negativa, empreenderam-se, na região Oeste, discussões em torno da criação da universidade regional, agregando as quatro IES. Como o Governo Estadual admitia ser de responsabilidade federal a manutenção das IES, incentivou e apoiou o deslocamento de uma comitiva à capital do país, a fim de

pressionar o governo a assumir a responsabilidade pela universidade: “[...] aí nasce a idéia de ir 500 pessoas e invadir o Palácio do Planalto em Brasília (KUIAVA, 2005)”. No entanto, o pedido para federalizar as IES foi negado pelo então Ministro da Educação Jorge Bornhausen (1986-1987). No período em questão, segundo Kuiava (2005), Bornhausen categoricamente afirmou que nenhuma universidade no Brasil seria federalizada.

De acordo com Cunha (2005), um dos aspectos das políticas para o ensino superior que ainda não havia convenientemente sido estudado era a questão da criação de universidades em cidades desprovidas de recursos para tal fim, como forma de contornar a proibição de abertura de novos cursos superiores. Além de corresponder a pretensões simbólicas não desprovidas de capacidade de se transformar em recursos político-eleitorais, essas instituições pseudo-universitárias poderiam abrir novos cursos sem precisar autorização do Conselho Federal de Educação (CFE), ou sem precisar esperar pela suspensão do decreto presidencial que proibia a abertura de novos cursos.

Assim, diante das novas políticas em curso para o ensino superior e a irredutível negativa do Ministro da Educação, houve uma intensificação dos grupos que representavam o Oeste nas suas reivindicações ao Governo do Estado do Paraná. Diante do impasse federal, e após intensas negociações com o governador José Richa, contando com apoio de diferentes órgãos e instituições acadêmicas, concluiu-se como alternativa viável a unificação das mantenedoras das faculdades do Oeste numa única instituição, provida de recursos orçamentários do estado. No dia 08 de maio de 1986, mediante um convênio entre Governo do Estado do Paraná, municípios-sede das IES (Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu) e as fundações municipais, foi assinado o termo de compromisso para a estadualização (FECIVEL, FACISA, FACIMAR e FACITOL). Foram estabelecidos mecanismos para que todas as partes se comprometessem mutuamente com a viabilização da manutenção e implementação da estadualização, tais como a doação de patrimônios ao estado, e a criação, implantação e implementação da UNIOESTE.

Esta forma de convênio estabelecida e de aglutinação das faculdades em universidade regional foi considerada, segundo instâncias do Governo do Estado, como única alternativa viável e exequível de apoio financeiro na época

(FUNIOESTE, 1990). Hoffmann (2006) comenta sobre a integração das quatro IES municipais:

[...] a partir do momento que nós tínhamos uma proposta de universidade, nós achamos que poderíamos participar desse processo, e seria interessante porque fazer isso aí isoladamente, só Toledo, era impossível não teria condições, mas como havia uma proposta de fazer as quatro, achamos que os quatro municípios, as quatro fundações, a FACIMAR, FACITOL, FACISA e a FECIVEL, quer dizer, essas quatro instituições poderia transformar-se em Universidade. [...] isoladamente nós não conseguiríamos, porque a questão de uma instituição pública teria avanços significativos, mas uma instituição particular, quer dizer particular entre aspas, porque eram quatro instituições municipais, fundações municipais, e como fundação municipal dependiam do aluno fundamentalmente, não era uma instituição pública que dependesse dos municípios, os municípios é que dependiam dessas fundações para seus projetos políticos, como é o caso de muitas, que tem as fundações motivo político partidário até para sua manutenção, então havendo essa possibilidade, em primeiro lugar pensou-se numa instituição federal, até foi uma equipe de ônibus para Brasília, para um encontro com o Ministro³⁹, mas a instituição esse Projeto Federal logo foi deixado de lado, passou-se a pensar em um Projeto Estadual e aí, que as coisas tomaram corpo (HOFFMANN, 2006).

Até a década de 1960, o ensino superior no Brasil se organizou na modalidade de escolas superiores especializadas, isoladas e autárquicas. Eram especializadas no sentido de que se constituíam como escolas de

[...] elites culturais ralas e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social de) explorar o ensino superior em direção muito limitada. Como a massa de conhecimentos procedia do exterior e a sociedade só valorizava a formação de profissionais liberais, a escola superior tornou-se uma escola de elites, de ensino magistral e unifuncional: cabia-lhes ser uma escola de transmissão dogmática de conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional, valorizadas econômica, social e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental [...] (FERNANDES, apud SHEEN, 1986, p. 70).

Eram autárquicas na medida em que se encerravam sobre si mesmas,

³⁹ Era Ministro da Educação, nesse período de 14/02/86 a 05/10/87, Jorge Bornhausen (CUNHA, 2005).

[...] para perseguir os fins que ditavam a sua existência: a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados, que poderiam metamorfosear, pela suplementação da escolarização através de práticas rotineiras, em políticos, burocratas, homens de negócio ou profissionais liberais [...] (FERNANDES, apud SHEEN, 1986, p. 70).

E eram isoladas porque não extraíam, “para o seu funcionamento, crescimento e aperfeiçoamento, estímulos de controles ou de impulsões externos” (FERNANDES, apud SHEEN, 1986, p. 70).

Esse perfil do ensino superior estava presente na criação das primeiras universidades do país, influenciando na configuração de “universidades conglomeradas”, ou seja, universidades resultantes da mera justaposição de escolas isoladas. A decisão de José Richa, no entanto, não fugiu em alguns aspectos do modelo napoleônico que se organizou no Brasil desde o século XIX.

Diante das possibilidades de composição como proposta do Governo do Estado, havia a apreensão das instituições FACISA e FACIMAR quanto à centralização de hegemonia:

[...] no começo veja bem, até começar esse movimento, a faculdade de Rondon não convidava o diretor da faculdade de Toledo, para sua festividade de formatura, de Toledo não convidava Rondon, Foz não [...], quer dizer, as quatro eram tribos isoladas, quando surge esse movimento, a gente sempre pensava em nós de Toledo que isso era a única chance que nós tínhamos de manutenção do ensino de 3º grau e de evoluirmos, [...] o medo de Foz e Rondon é que Cascavel tomasse conta, havia as diferenças com Cascavel por ser hegemônica, politicamente sempre dominou a região. Mas isso não podia sobrepor a nossa sobrevivência (HOFFMANN, 2006).

Em certa medida, essas diferenças não comprometeram a união das IES para continuarem a lutar pela estadualização da universidade, embora elas estivessem sempre presentes nas suas relações políticas, pois o campo educacional é sempre um espaço de conflitos onde convivem interesses antagônicos.

O grande impasse daquele momento não estava nas divergências; pelo contrário, o impasse se encontrava no Governo do Estado. O acordo que foi assinado no mês de maio de 1986 parecia estar muito longe de se efetivar. Aproximava-se o final do mandato do governo José Richa e ainda não havia

nenhum caminho que apontasse para a concretização do acordo. Assim, diante das probabilidades do acordo não se realizar, alunos de vários cursos foram convocados para se manifestarem em prol da universidade em um ato inaugural do Viaduto Carelli, na cidade de Cascavel. Compareceram à inauguração alguns políticos da região, o governador em exercício João Elísio Ferraz de Campos, o candidato ao senado José Richa, e o senador Álvaro Dias, dentre outros. Faixas foram levantadas pelos estudantes, que gritavam palavras que mostravam o descomprometimento do governo: “Richa, chega de embromação, queremos estadualização (KUIAVA, 2005)”. Na ocasião, também foi entregue uma carta, sobre a qual comenta Kuiava:

[...] o Ney Braga prometeu criar a universidade e acabou o governo e não criou; o Richa prometeu [...] estadualizar as faculdades no mandato e já está entregando o mandato [...] e não vai estadualizar. Álvaro Dias prometeu. Vai cumprir a palavra ou não [...], Richa leu, guardou, leu de novo. E começando o discurso atacando os estudantes lá na frente, começou a falar [...] (KUIAVA, 2005).

Embora o ano de 1986 estivesse se encerrando, havia ainda uma promessa de campanha para o senado do ex-governador José Richa aos integrantes do movimento, de que honraria o compromisso de estadualização até o final do ano (CARTA..., 1990, apud BALBINOTTI, 2005). Diante dos muitos protestos e reivindicações dos grupos, ao retornar a Curitiba, José Richa entrou em contato com o governador interino, João Elísio, solicitando que enviasse à Assembléia Legislativa o pedido de estadualização das IES do Oeste. Esse pedido entrou na Assembléia Legislativa para votação no dia 17 de dezembro de 1986. Diretores das IES, acadêmicos e demais integrantes estiveram em Curitiba e assistiram à última sessão do ano da Assembléia Legislativa. O presidente da Assembléia, Aníbal Cury, presidia a sessão, quando

[...] anuncia a pauta e disse lá o processo, já ia entrar a apreciação, naquilo o Furiat pede a verificação do quorum, se ninguém pede pode ter quinze deputados e aprova. Se alguém pede, tem que fazer chamada, aí que foi o drama, começaram a chamar, fulano, fulano de tal [...], tinha uns 25, 26, precisava de 33 para votar. Começaram a chamar, ele foi lá e respondeu por quatro, o Aníbal, ele respondeu por quatro, presente, [...], mas

faltavam dois, chegou o Werner Wanderer, antes de chamar um que tava lá, o Mário Pereira pegou, foi lá no Furiat que tava atrás da mesa, pegou [menção de colarinho], acho que disse um palavrão, e depois disse 'você tira a verificação de quorum ou eu vou te bater aqui mesmo', ele se ajeitou, aí falou 'questão de ordem, retira...aí', os deputados bateram palmas, aí foi para votação (KUIAVA, 2005).

Em 19 de dezembro, aprovada a estadualização das faculdades do Oeste, o governador João Elísio Ferraz de Campos assinou, mas não homologou a Lei que autorizava o Executivo a estadualizar, deixando para o governo seguinte (Álvaro Dias) dar cumprimento ao compromisso firmado no anterior.

Parafraseando Netto (2003), a política educacional é definida, reformulada ou desativada na memória do povo; define-se quando é necessário responder a determinadas pressões; reformula-se à medida que o interesse seja comum, tanto do Estado quanto dos grupos reivindicatórios; e desativa-se à medida que desarticula a agir por vias que não levam à concretização de sua intenção.

4.3. O longo caminho para a estadualização da UNIOESTE no governo Álvaro Dias

Através de lutas, articulações políticas e intensa mobilização de todas as instâncias regionais, o governador eleito Álvaro Dias (1987-1991) aprovou a Lei nº 8.464, de 15 de janeiro de 1987, autorizando o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições do Oeste do Paraná. Com essa lei, ficou estabelecido o marco legal da estadualização do Ensino Superior do Oeste do Paraná. Instituiu-se a Comissão de Implantação da UNIOESTE, e aprovaram-se os Estatutos da Federação, por meio do Decreto nº 399, de 27 de abril de 1987.

Depois de constituída a Fundação Federação, o Poder Executivo autorizou, sob a Lei nº 8.680, de 30 de dezembro de 1987, a instituição da Fundação Universidade⁴⁰ Estadual do Oeste do Paraná, Fundação Mantenedora

⁴⁰ A mudança do nome de Fundação Federação para Fundação Universidade reside no fato que Fundação Federação representa a idéia de várias fundações, no caso as quatro faculdades do

dos Centros Universitários (FECIVEL, FACISA, FACITOL e FACIMAR), com sede e foro na cidade de Cascavel. A Fundação Universidade consolidou oficialmente a união das quatro IES do Oeste do Paraná, passando para a administração de uma única mantenedora, migrando, portanto, da categoria de IES municipais para a alçada do Estado. E, conseqüentemente, através do Decreto nº 2.352, de 27 de janeiro de 1988, ficou estabelecida a Fundação Universidade do Oeste – FUNIOESTE, e nomeada a Comissão de Implantação da UNIOESTE. Da unificação das quatro IES por meio da FUNIOESTE, resultou o encaminhamento para o seu reconhecimento, constituindo sinal verde para se definirem as políticas, diretrizes globais, objetivos e ações do Planejamento da Universidade para o processo de consolidação.

Nesse período histórico do ensino superior regional, os Centros Universitários de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu desenvolveram várias atividades unificadas, representadas, especialmente, pela Comissão de Planejamento, com a função de substituir os futuros conselhos superiores. Procedeu-se à unificação dos concursos vestibulares, dos planos de carreira para professores, e do plano de cargos e salários para funcionários técnico-administrativos. Também estavam inclusos nesse esforço de unificação: os concursos públicos para ingresso de docentes e pessoal técnico-administrativo; os debates da FUNIOESTE; a constituição da Comissão de Estudos Curriculares; a criação da Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação; a elaboração do periódico mensal Informativo *UNIOESTE*; e a criação de comissões permanentes para definir metas comuns de ensino, pesquisa e extensão (FUNIOESTE, 1990).

Para consolidar a FUNIOESTE por meio de processo democrático, buscou-se discutir e deliberar sobre o Regimento Geral e Estatuto através de um processo Estatuinte. E para dar continuidade a proposta democrática a criação da marca institucional da Universidade foi realizado por meio de concurso público, levando muitas pessoas a participarem.

4.3.1. O processo democrático da Estatuinte

O processo Estatuinte se deu por meio de convocação por parte da Direção da FUNIOESTE, no dia 20 de maio de 1989, de representantes dos organismos; ASSOESTE; Núcleo Regional de Educação; Câmaras de Vereadores; Associações Comerciais e Industriais; Prefeituras, além de estudantes, funcionários, professores dirigentes e coordenadores de cursos dos quatro *campi*, e representantes da comunidade. Uma avaliação conjunta dos anteprojetos elaborados daria origem ao processo Estatuinte.

Dessa reunião, ficou instituída a Comissão Estatuinte da FUNIOESTE nos termos da Resolução 016/89-CP, em 17 de junho, com a finalidade de discutir e aprovar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com encaminhamento posterior ao Conselho Diretor da FUNIOESTE. Por delegação da plenária na reunião, coube à Comissão de Planejamento estabelecer normas iniciais que possibilitassem a convocação da assembléia Estatuinte, bem como estabelecer a forma de sua composição.

O objetivo das Estatuintes pressupõe a participação de toda a sociedade em suas instituições, principalmente as públicas, dentre elas a universidade. A opção pela Estatuinte foi considerada por muitos como um marco histórico, pela forma ousada de se caminhar pela via do processo democrático; contudo, a proposta não teve aprovação unânime. A medida foi considerada um desafio, em virtude da existência de um prazo limite para o encaminhamento do Estatuto e do Regimento Geral para aprovação em instâncias superiores.

Uma data limite – 31 de julho de 1989 – foi fixada para a Comissão Estatuinte concluir os trabalhos. Foi necessário encontrar meios para atender tanto ao tempo determinado, quanto à expectativa da possibilidade de uma discussão ampla referente à estrutura da Universidade, seus mecanismos de administração, relações internas e hierarquia de poderes.

O critério adotado para a composição da Comissão Estatuinte foi o da representatividade dos três corpos universitários – docente, discente e

funcionários – na forma paritária⁴¹, e o da representação da comunidade regional pelas suas direções ou pelos seus titulares eleitos. Optou-se por este critério, ou seja, pelos organismos ou associações em que os titulares foram eleitos, exatamente para evitar um novo processo eletivo exclusivo para a indicação dos membros para a Comissão Estatuinte, fato este que retardaria o cronograma dos trabalhos do Estatuto e do Regimento Geral da UNIOESTE. Vale ressaltar que a Comissão Estatuinte formalmente instituída constituía uma prática nova na emergente democracia brasileira, sendo passível de contestação quanto a sua forma e métodos.

A Estatuinte foi realizada em Cascavel de acordo com uma definição do planejamento da FECIVEL, em fevereiro de 1989. Foram instituídas metas para o desenvolvimento de algumas ações para o planejamento institucional da FECIVEL, e a Estatuinte foi um dos itens abordados. A Comissão Estatuinte ficou constituída por aproximadamente 47 pessoas, compreendendo representantes da comunidade, membros da ASSOESTE e do Núcleo Regional de Educação, Câmara de Vereadores, representantes da classe dos trabalhadores, além da participação de professores, funcionários e alunos da FECIVEL. Instalada em junho daquele mesmo ano, a Estatuinte objetivava rever o Estatuto e o Regimento da UNIOESTE para posteriormente encaminhar propostas para as reformas que iriam ocorrer com o reconhecimento da instituição, as quais estariam sendo conduzidas pela administração central da UNIOESTE e pelos seus centros universitários.

Nos centros universitários, a representação foi de forma paritária entre os corpos docente, discente e de funcionários das quatro faculdades mantidas pela FUNIOESTE, da seguinte forma: a) Coordenadores dos Cursos de Graduação; b) Presidentes dos Diretórios Centrais de Estudantes; c) Presidentes dos Centros Acadêmicos; d) Presidentes das Associações de Professores; e) Presidentes das Associações de Funcionários; f) Diretores das Faculdades; g) Representantes dos Funcionários (para completar a paridade); h) Membros da Comissão de Elaboração do Estatuto e do Regimento Geral da UNIOESTE. Na comunidade regional, a representação se fez da seguinte forma, nos municípios-sede das

⁴¹ Nesse critério, o voto do conjunto de cada segmento vale tanto quanto os dos demais, para o que precisariam ter pesos desiguais (CUNHA, 2005).

faculdades da FUNIOESTE: a) prefeitos; b) presidentes de Câmaras de Vereadores; c) um representante de cada Associação Comercial e Industrial; e d) um representante de cada Núcleo de Ensino da região Oeste do Paraná (REPRESENTAÇÃO..., 1989, p. 5).

A Resolução que instituiu a Estatuinte previa também que, na hipótese de algum dos membros titulares não poder participar efetivamente do cronograma de trabalho da Comissão, a mesma poderia indicar formalmente um representante permanente. Por outro lado, os membros estatuintes que não comparecessem a duas reuniões consecutivas ou três alternadas perderiam a representação na Comissão.

Somente uma chapa concorrente foi apresentada, fruto de entendimentos anteriores das representações contempladas na Estatuinte. A Mesa Diretora eleita teve a seguinte composição: como presidente, Eurides Rosseto (professor da FECIVEL); como vice-presidente, Tânia Lúcia Lupatini (professora da FACIMAR); como secretária, Izoete Maria Aparecida Nieradka (professora e vice-diretora da FACISA); como sub-secretária, Sandra de Albuquerque Alves (servidora técnico-administrativa da FECIVEL); como relator, Célio Escher (servidor técnico-administrativo da FACITOL); e como vice-relator, David Schreiner (acadêmico da FACITOL).

A Comissão Estatuinte da UNIOESTE foi instalada em ato cerimonioso, no dia 29 de junho de 1989. Na oportunidade, fizeram-se presentes as representações das categorias da comunidade acadêmica, além de representantes políticos, dos trabalhadores e da classe empresarial, conforme composição prevista no ato que deu origem ao processo Estatuinte.

Após o encerramento dos trabalhos, durante o ato de entrega do Estatuto e do Regimento Geral pelo Presidente da Mesa Diretora da Comissão ao Presidente da FUNIOESTE, a Comissão Estatuinte da Universidade, constituída para a tarefa específica de discutir e aprovar o Estatuto e o Regimento Geral, permaneceu como um mecanismo de discussões e debates, não ficando somente restrita às normas legais da instituição. A atuação da Comissão Estatuinte, dessa forma, buscou contemplar todas as questões da Universidade, de interesse da comunidade acadêmica e também da sociedade.

A forma específica de atuação do novo fórum ainda não estava definida, devendo partir dos princípios e propósitos que norteariam a formação da Estatuinte, com objetivos de se apresentar como um organismo de discussão democrática das questões da Universidade, de modo que os setores representados tivessem um envolvimento permanente de trabalho. Contudo, seria denominado Fórum Maior das Faculdades, mantidas pela UNIOESTE para estudos e debates.

A opção pela Estatuinte residia no fato de que a UNIOESTE encontrava-se, senão diante de um impasse, pelo menos diante de uma situação que indicava a possibilidade de trânsito por vários caminhos, com um ponto de chegada: não perder os prazos do Conselho Estadual de Educação para a apreciação e aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da UNIOESTE. Esses documentos, com vigência a partir de 1990, possibilitariam a implantação de forma gradativa ou plena da estrutura da Universidade, e permitiam valer-se dessas condições para desenvolver as suas atividades, os seus compromissos e a sua autonomia.

No plano institucional, a instalação da Comissão Estatuinte foi um dos passos mais importantes no processo de consolidação da Universidade e de seus mecanismos de participação e discussão democrática.

Se não fosse adotada esta perspectiva, teria sido fácil em apenas um mês fabricar um Regimento Interno, leis de sustentação ao modelo de universidade escolhido e enviado ao CEE. A Universidade já poderia estar reconhecida. O projeto da Unioeste, no entanto, foi elaborado numa perspectiva diferente. Que Universidade queremos a serviço do que, de quem, como funcionará, com que embasamento filosófico. A Estatuinte não caiu do céu. Foi pensada enquanto tal. Enquanto perspectiva para o ensino superior. Que tipo de idéia respalda nossa ação? Sem a Estatuinte a Unioeste teria outra perspectiva, que não a da participação da democracia. Basta rever que segmentos da sociedade participaram do processo de discussão sobre a Unioeste. A participação foi ampla. É um processo amplamente participativo, democrático, demorado e desgastante, mas ainda é o melhor caminho. Quem discutiu a Estatuinte tem claro o projeto da Unioeste, regional e multicampi, globalizante. A participação, o debate, é o fator determinante do nível de consciência de uma sociedade (EMER, 1992, p. 3).

Embora a Estatuinte fosse estabelecida de forma democrática, no meio universitário, houve quem se posicionasse de forma contrária ao processo em

discussão, até compreender que, democraticamente, pensar uma universidade para todos implicava agregar posições adversas também.

[...] confesso que de início não fui favorável à Estatuinte, tendo inclusive votado contra a proposta, apresentada naquela reunião do dia 20 de maio, [...]. Embora a proposta fosse apresentada por um aluno e sustentada pelos estudantes, posicionei-me contrário à idéia. Mas a proposta foi aprovada. Comentava com a professora [...] o meu pessimismo em relação à Estatuinte, pois julgava, na ocasião, que a Estatuinte entravaria o processo de elaboração do Estatuto e do Regimento Geral. Imaginei que a Estatuinte fosse um complicador. Hoje já fazem dois meses e meio daquela histórica reunião e, depois de um mês de Estatuinte, depois de um esforço concentrado de dez prolongadas reuniões, de muitos debates e discussões, devo dizer que mudei de opinião, e não tenho vergonha de dizê-lo, pois não tenho vergonha de aprender. O que imaginei ser um complicador se transformou numa experiência significativa, cujos resultados devem ser respeitados (BUENO, 1989, p. 4).

A Universidade pensada e discutida sob várias perspectivas permite a pluralidade de idéias existentes, demonstra maturação do exercício pleno democrático de cada integrante. Sem a ampliação das decisões coletivas, a participação é apenas “formal, ou até mesmo passiva e imaginária (VIEIRA, 1992, p. 13)”.

O resultado pôde ser contemplado no dia 14 de setembro de 1989, quando o Conselho Diretor⁴² da FUNIOESTE, contando com a maioria de seus membros, reuniu-se na sede da mesma, com a presença do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza, para aprovação do Estatuto e do Regimento Geral da UNIOESTE. Essa liberação permitia encaminhar o processo de criação de novos cursos superiores e de reconhecimento da Universidade.

Faz-se necessário destacar que a FUNIOESTE esteve impedida de encaminhar o pedido para a sua institucionalização, devido à existência de uma

⁴² A composição do Conselho Diretor distribuía-se da seguinte forma: Secretário de Estado a que estivesse afeta a área do ensino superior; Secretário de Estado de Educação; Secretário Executivo / Diretor Presidente da Fundação; membros titulares (seis) e membros suplentes (seis) representantes da comunidade local e regional, nomeados pelo Governador do Estado para o mandato de dois anos, permitida a recondução por uma só vez; representante do Corpo Docente (um) e seu suplente, para o mandato de dois anos, permitida a recondução por uma só vez; representante do quadro técnico-administrativo da entidade (um); representante do corpo discente (um) e seu respectivo suplente, com mandato de um ano, permitida a recondução por uma só vez (FUNIOESTE, 1990).

legislação que proibia qualquer pedido de reconhecimento de universidade no país. No período de 19 de novembro de 1986 a 15 de novembro de 1989, José Sarney baixou o Decreto Presidencial nº 93.594, suspendendo e proibindo a criação de novos cursos superiores de graduação e a criação de novas universidades no Brasil. Segundo Netto (2003), o Estado apresenta respostas quando afetado por pressão organizada sobre ele. Ou seja, o Estado se antecipa estrategicamente, antes que a pressão tome forma organizada e mobilizadora. E o decreto foi a solução neutralizadora que o presidente Sarney utilizou para impedir qualquer demanda na proliferação e expansão do ensino superior.

No vencimento do decreto que proibia qualquer encaminhamento de novos cursos e reconhecimento de universidades em todo o país, o documento foi revogado. Em dezembro de 1989, a Resolução do Conselho Federal de Educação fixou o prazo de 02 de janeiro a 31 de março de 1990 para as instituições de ensino superior ingressarem com pedidos de autorização e reconhecimento de universidades.

4.3.2. O processo democrático na escolha da marca institucional da UNIOESTE

Segundo Lohmann (1989), na medida em que os estatutos formais e regulamentadores da Universidade estavam sendo discutidos e elaborados, eles passaram também a assumir uma imagem. Não era ainda a imagem da sua atuação, de seu perfil, pois esta se molda de acordo com sua caminhada, mas uma imagem gráfica que seria o retrato sintético do resultado das demais imagens.

A FUNIOESTE passou a adotar a sua marca institucional, o seu símbolo e logotipo. O caminho para essa ação buscou-se democraticamente por meio da realização de concurso para a escolha do Logotipo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Lançado através do Edital 007/89, que previa inscrições de trabalhos concorrentes de 11 de abril a 31 de maio de 1989, o concurso atingiu

plenamente os objetivos propostos pela Comissão, superando também todas as expectativas.

Para avaliar os trabalhos concorrentes e selecionar o logotipo a ser adotado como marca institucional da universidade, uma comissão de cinco pessoas foi nomeada por meio da Portaria nº 459/89. A comissão foi composta por José Kuiava e Eloi Lohmann, como representantes da FUNIOESTE, pelo arquiteto Nicésio Rodrigues, da Prefeitura Municipal de Cascavel, e pelos professores Toshiuki Sawada e Antonio Martiniano Fontoura, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), especialistas na área de desenho industrial e comunicação visual.

Os envelopes dos trabalhos dos candidatos foram abertos pela Comissão na presença da imprensa local, marcando o início do processo de julgamento, que teve uma duração de três horas. Os itens básicos levados em consideração para a escolha do logotipo, especificados no Edital do concurso, foram: a concepção estética e dinâmica de movimento; a utilização e aplicação de monocromia e policromia; a utilização de traços geométricos; a adaptação em conjunto como impressos, identificações externas e insígnias; e a identificação simbólica e representativa da instituição, dentro de três amplos conceitos – o semântico, o sintático e o pragmático.

O trabalho vencedor do concurso denominava-se “A luz do Oeste”. O círculo do centro tem por significados “A UNIOESTE, cabeça que emana luz” e “A luz do conhecimento”; e os arcos que envolvem o círculo significam “Os braços fortes dirigidos pelo conhecimento”, “Os braços dos homens do Oeste”, “O azul de um novo amanhecer”, “As quatro faculdades do Oeste”. Vale ressaltar que, posteriormente, no ano de 2006, mais um arco foi incorporado ao logotipo, representando a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL⁴³.

A logomarca que sagrou-se vencedora é uma criação coletiva dos arquitetos Nelson Nabih Nastás, Victor Hugo Bertolucci e Luiz Alberto Círico, profissionais associados e estabelecidos na cidade de Cascavel. Os vencedores concorreram com 86 trabalhos, de 62 autores diferentes. Dos 62 concorrentes,

⁴³ No ano de 2000, a FACIBEL foi incorporada à UNIOESTE, integrando o quinto *campus* da instituição, localizado no sudoeste do estado.

vinte eram da cidade de Cascavel, quinze de Curitiba, oito de Marechal Cândido Rondon, sete de Toledo, quatro de Londrina, três de Ponta Grossa e um de cada uma destas cidades: Pato Branco, Céu Azul, Santa Helena, Guarapuava e Ibiporã. A comissão foi surpreendida não só com o número de participantes do concurso, mas também com a qualidade dos trabalhos apresentados.

Considerando o elevado número de participantes e a qualidade dos trabalhos, a Direção da FUNIOESTE decidiu promover uma exposição de todos os logotipos inscritos no concurso. O evento, além de constituir uma atividade cultural da Universidade, teve como objetivo mostrar à comunidade detalhes específicos do concurso e as características de um trabalho de criação artística, bem como o alto nível de especialização técnica. Essa exposição possibilitou, portanto, aos participantes e a todos os visitantes conhecer o logotipo escolhido, bem como os logotipos dos demais concorrentes.

4.4. Plano de Ação para a consolidação da universidade

Em fevereiro de 1990, a diretoria desenvolveu um Plano de Ação e Concepção para a universidade. Dentre as diversas atividades atribuídas ao grupo condutor do plano, coube-lhe a elaboração e implantação do projeto de universidade do Oeste.

No período em questão, os quatro centros universitários totalizavam uma área física construída de 15.307 m², abrigando 22 cursos de graduação, 5.100 acadêmicos, 392 docentes – dos quais 336 eram efetivos do Plano de Carreira e 56 eram colaboradores, ou seja, contratados em caráter excepcional por tempo determinado – e 252 servidores técnico-administrativos. Em relação à Pós-Graduação, em 1990, foram ofertados 17 cursos de especialização *lato sensu*, com o total de 677 alunos. Até aquela data, a Fundação não oferecia cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A sede da UNIOESTE ficou estabelecida na cidade de Cascavel e a administração universitária fazia-se em nível superior e por meio de unidades,

sub-unidades e órgãos complementares. A administração efetivava-se por meio de:

I – Órgãos Deliberativos Centrais:

- a) Conselho Superior de Administração
- b) Conselho Universitário
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

II – Órgãos Executivos Centrais:

- a) Reitoria
- b) Vice-Reitoria
- c) Pró-Reitorias (Administrativa, Acadêmica e Comunitária)

A administração por meio de unidades e sub-unidades efetivava-se da seguinte forma:

I – Órgãos Deliberativos:

- a) Conselhos Departamentais
- b) Departamentos

II – Órgãos Executivos:

- a) Diretoria dos Campi
- b) Chefia de Departamentos
- c) Coordenadoria de Colegiados de Cursos de Graduação

A estrutura da Fundação desdobrava-se em unidades universitárias (*campi*), onde se agrupavam o ensino e a pesquisa, congregando áreas fundamentais do conhecimento humano, desenvolvendo o ensino ou a formação profissional e a pesquisa aplicada. As unidades universitárias dividiam-se em departamentos e para cada unidade havia tantos departamentos quantos fossem os grupos de disciplinas afins e homogêneas, congregando docentes para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender, dentro de sua área, a todos os cursos do *campus* (EMER, 1998).

A partir da unificação das quatro instituições de ensino superior por meio da Fundação, iniciou-se a luta pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, desenvolveu-se o Projeto Global, constituído de nove documentos parciais: concepção de universidade; descrição da região e formas de integração com a comunidade; histórico do ensino, pesquisa e extensão; histórico da mantenedora; plano de expansão do ensino, pesquisa e extensão; organização do corpo

docente; provisão das condições materiais; planejamento econômico-financeiro; e organograma e modelo organizacional. O Projeto Global também incluía seis anexos: Estatuto, Regimento Geral e Departamentalização da UNIOESTE; Projeto do Curso de Engenharia Química; Projeto do Curso de Agronomia; Projeto do Curso de Ciência da Computação; Projeto do Curso de Informática; Projeto do Curso de Direito.

Para a Fundação atingir o caráter de universidade, ainda era necessário encaminhar um projeto específico para análise e aprovação do Conselho Estadual de Educação (CEE). No período de março a outubro de 1990, foi enviada Carta-Consulta ao CEE com informações que permitiriam analisar as condições e intenções da Fundação para ser transformada em universidade. A Carta-Consulta era o primeiro momento do processo, ou seja, era a primeira medida para o reconhecimento efetivo da universidade em questão como Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Tendo obtido aprovação pelo CEE, através do Parecer nº 208, de 19 de outubro de 1990, o passo seguinte foi à nomeação de uma Comissão de acompanhamento, para averiguação das reais condições e estrutura da instituição.

O CEE, após receber a delegação do Conselho Federal de Educação (CFE), não possuía normas para a autorização e o reconhecimento de universidades. Somente em fevereiro de 1991 foram editadas as normas, por meio da Deliberação nº 002/91. Portanto, o documento encaminhado pela Fundação foi considerado simultaneamente como Carta-Consulta e Projeto de Universidade.

Para dar cumprimento e integrar o projeto da universidade que seria enviado ao Conselho Estadual de Educação para apreciação e aprovação, e, principalmente, para nortear as ações internas de forma que os planos e metas previstos pudessem ser alcançados, a Fundação partiu para a fase de qualificação de si mesma e do seu trabalho por meio de um plano de Ação Global para o triênio de 1990-1992. Para sua própria orientação, estabeleceu alguns elementos que visassem a assegurar um plano real que fosse a manifestação das necessidades reais da universidade. O Plano de Ação era entendido como “documento guia” das ações básicas que se pretendia realizar para os três anos

seguintes e das condições reais que deveriam ser criadas na universidade para realização das mesmas. O documento constituía um instrumento, um mecanismo, um recurso administrativo; não era, portanto, um documento acabado e inalterável. O plano apresentava três elementos: os princípios, as políticas e os programas. Parte desses elementos já estava sendo desenvolvida, mas a proposta era o seu permanente aprimoramento.

O procedimento adotado no primeiro momento era de que cada *campus* universitário, com base nas orientações desses roteiros, formulasse seu plano de ação parcial e individual com as pretensões propostas para, num segundo momento, consolidar os planos parciais no Plano de Ação Global Único. Este plano deveria conter os elementos singulares e individuais de cada Centro e, ao mesmo tempo, os elementos da Universidade como um todo orgânico e unitário.

Para assegurar a unidade e uniformidade desse Plano de Ação, a presidência da Fundação expediu um documento intitulado Elementos Diretores para Elaboração do Plano de Ação da UNIOESTE para 1990-1992, do qual constavam os princípios básicos e gerais que deveriam ser seguidos pelas diversas instâncias e setores na elaboração de suas diretrizes, objetivos e metas. Nesse sentido, alguns dos elementos básicos dos planos de ação que ficaram definidos no planejamento global diziam respeito à qualificação e formação permanente do corpo docente, dos pesquisadores e do pessoal técnico-administrativo. Ao mesmo tempo em que essa qualificação era prioridade, também era um grande desafio para a elevação da titulação dos seus docentes. Para tanto, a universidade elaborou uma política de apoio e criou mecanismos de aperfeiçoamento: a liberação de docentes para cursos de Mestrado e Doutorado no país ou exterior.

Quanto à busca de qualificação do ensino, adotou-se a reformulação permanente de seus programas e a implantação do regime acadêmico seriado anual, pelo entendimento de que o mesmo apresentava um caráter unitário e global, portanto, menos fragmentado. Em relação à pesquisa, foram desenvolvidos meios para que os professores formassem seus projetos e os submetessem aos colegiados acadêmicos e às agências financiadoras de pesquisas.

Elaborou-se também um Programa de Admissão de Pessoal para contratação de professores e técnico-administrativos por meio de concurso público. O critério apresentado era o da classificação e qualificação dos candidatos por intermédio de provas, titulação, desempenho pedagógico e produção intelectual. Elaboraram-se, também, programas de eventos acadêmicos, de apoio à biblioteca, de instalação de editora, de expansão física, de informatização, dentre outros.

O Plano de Ação tinha por finalidade consolidar a universidade na busca de sua adaptação às exigências para a estadualização. Entretanto, apesar de todo o esforço concentrado, a tramitação para o reconhecimento exigiu da comunidade acadêmica uma longa espera. Somente em 24 de setembro de 1992, o Conselho Estadual de Educação instituiu a Comissão Especial para o reconhecimento da UNIOESTE.

Ainda nesse período, a Fundação sofreu outras mudanças. Roberto Requião (1991-1994) considerava o ensino superior público mantido pelo Estado (as fundações), como corporativista, ocioso e com pouca produtividade, com gastos extremamente excessivos, perdulário e oneroso demais para a sociedade e o Estado, se mantidas na forma em que se encontravam. Entendia que elas eram de responsabilidade da União, caso a Constituição fosse realmente levada a sério. E quanto às fundações, havia muitas dúvidas e confusões, pois não se sabia ao certo quanto a sua personalidade: se jurídica, pública ou privada.

Sob essa ótica, Requião autarquizou diversas fundações por “atacado”. Nesse aspecto, poucas vezes as fundações assistiram com facilidade e rapidez transformações significativas dessa natureza. Se para uma grande parcela de seus envolvidos a transformação era considerada necessária, certamente seria oportuno fazê-la com discussão prévia e com pleno consentimento dos mesmos.

4.5. FUNIOESTE/UNIOESTE: Autarquia Especial

Em 16 de julho de 1991, através da Lei nº 9.663, o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo a transformar, entre outras, a Fundação Estadual do

Oeste do Paraná (FUNIOESTE) em Autarquia⁴⁴ Especial. Ou seja, a instituição passou de Fundação (pessoa jurídica privada) para Autarquia (pessoa jurídica pública), submetida ao *mandamus estatal*. Essa decisão ficou somente no âmbito do Legislativo, não havendo qualquer discussão a respeito entre os membros da comunidade universitária envolvida. A comunidade universitária, por sua vez, manifestou-se em repúdio pela decisão tomada, enviando uma carta aos deputados do Paraná, via telex, no dia 05 de junho de 1991. O teor da carta pode ser avaliado a partir do trecho a seguir:

Entendemos que na sociedade democrática paranaense de hoje não há mais espaço para as decisões unilaterais e individuais sobre uma obra social pública construída coletivamente durante 20 anos. A nova ordem mundial das sociedades modernas se faz pelo entendimento científico e democrático e não pela ordem mundial das sociedades modernas de comandantes políticos isoladamente. O que queremos dizer com isso é que uma boa orientação democrática recomendaria para a matéria a participação efetiva na análise, discussão e decisão da comunidade acadêmica das Universidades Estaduais, pois são elas as instituições mais preparadas e qualificadas para entender a problemática. É impossível, portanto pensar na reestruturação das Universidades Públicas Estaduais sem a participação efetiva delas próprias e que não venha ferir a autonomia estabelecida pela Constituição Brasileira (CARTA AOS ,1991, p.04).

A manifestação da carta assentava-se no fato de que a comunidade acadêmica não fora chamada para discutir a proposta, embora ela não tivesse dúvidas a respeito das necessidades profundas que as universidades estaduais deveriam sofrer em caráter emergencial na sua reestruturação administrativa e pedagógica. Transformar as fundações universidades em autarquias, sem discussão prévia e por meio de medidas improvisadas e apressadas, implicava resultados danosos para o patrimônio público já construído (científico, tecnológico e cultural). As fundações estaduais até resistiram à autarquização, não pelo fato em si, mas pelo caráter impositivo adotado pelo Governo Estadual.

⁴⁴ Palavra derivada do grego, *autos-arkhé*, com a significação de autonomia, independência, e que foi trazida para a linguagem jurídica, notadamente a do Direito Administrativo, para designar toda organização que se gera pela vontade do Estado. É constituída com personalidade autônoma sob o ponto de vista patrimonial, com uma subordinação administrativa aos poderes públicos. A principal característica da autarquia é não estar diretamente e hierarquicamente subordinada a outro órgão da administração, desde que as suas atribuições sejam assinaladas na própria lei que a instituiu, e exercidas de igual modo, sob exclusiva responsabilidade de seus administradores, nomeados sempre pelo Poder Executivo (SILVA, 1984).

O anteprojeto enviado pelo Executivo à Assembléia Legislativa não enfrentou nenhuma dificuldade para ser aprovado. Numa sessão que durou aproximadamente seis minutos, 26 novas autarquias foram instituídas no Estado do Paraná, dentre elas, a FUNIOESTE. O Procurador Geral do Estado, Carlos Frederico Marés⁴⁵, que participou dos estudos e da elaboração da lei de autarquização para as instituições do Paraná, declarou em entrevista ao Informativo da UNIOESTE (1991) que o objetivo do governo era acabar com a indefinição quanto ao caráter das fundações estaduais, principalmente das universidades.

Na entrevista, Marés declarou que as razões que justificaram a iniciativa governamental de autarquizar as fundações estaduais era de que as mesmas, na condição de entes de direito privado, existiam há muitos anos. O regime militar brasileiro (1964-1984), quando estava no poder, resolveu utilizar tais entes, típicos do capitalismo, para o serviço público. Queria transferir certas ações públicas para fora do direito público, então foram criadas as fundações. Essa atitude também esteve associada à tentativa do regime militar de fazer com que o ensino fosse pago. As fundações seriam entidades fora do regime público, portanto sem controle de pessoal, das compras, das licitações, do dinheiro público, e ainda com a possibilidade de arrecadação. Elas viveriam fora do orçamento público, essa era a idéia original. Porém, não foi isso que acabou acontecendo, pois as fundações acabaram se transformando em entes públicos com caráter privado. Essas fundações, criadas pelo Poder Público, foram tentativas de se fazer com que o dinheiro público fosse administrado de forma privada, sem necessidade de licitações, de contratações quaisquer, o que, para o regime militar, constituía a melhor forma: ao mesmo tempo em que não havia controle do dinheiro público, poder-se-ia dispensar a quem quisesse, não havendo, portanto, garantia para alunos e professores. Ainda conforme Marés (1991), essa situação acabou se alastrando pelo sistema administrativo em geral, tanto nos municípios, quanto nos estados. Na década de 1980, com a

⁴⁵ Carlos Frederico Marés foi Procurador Geral do Estado neste período, tendo participado dos estudos e da elaboração da lei de autarquização. Foi líder estudantil, presidindo, em 1966, o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrando, no mesmo ano, também o Conselho Universitário. Formado em Direito pela UFPR, Marés presidiu a Fundação Cultural de Curitiba e foi Secretário Municipal de Cultura nessa cidade.

liberalização, estes entes privados começaram a ter caráter público. Inventou-se, então, a fundação de direito público, uma fundação com todas as características de autarquia.

Nesse período em questão, a existência de fundações de caráter público era ponto pacífico; elas não se diferenciavam das autarquias, mas eram, antes, verdadeiras autarquias. De acordo com Marés (1991), sempre que havia necessidade de se gastar dinheiro, o Estado interpretava estes entes como públicos, mas com caráter privado. Quando havia necessidade de repasse de dinheiro público, o Estado entendia que eram privados, com caráter público. Esse era um equívoco que vinha desgastando, dificultando e complicando a administração, e o orçamento público votado por lei acabava não valendo para esses entes. Então, a idéia do governo foi acabar com a dubiedade: as universidades são públicas, vivem com o dinheiro público, cumprem função pública, portanto, tem caráter eminentemente público. E para que se evitasse qualquer dúvida equivocada, foi proposta a lei de autarquização.

Pode-se inferir que a iniciativa de transformar a Federação em Fundação Universidade sinalizava a idéia de que, em curto prazo, seria viável a criação da universidade pela via do reconhecimento. Diante das mudanças estabelecidas pelo Governo do Estado, a UNIOESTE sofreu alterações significativas na sua administração e no seu perfil universitário.

4.6. O processo democrático para as eleições de Diretor-Presidente da FUNIOESTE/UNIOESTE

Em função da constituição da Fundação Universidade, a gestão (1986-1987) do diretor José Kuiava e do vice-diretor Carlos Roberto Calssavara, da FECIVEL, foi interrompida para dar lugar à nomeação do Diretor-Presidente da FUNIOESTE. Em 12 de agosto de 1988, sob o Decreto Estadual nº 3.484, José Kuiava foi nomeado para o cargo de Presidente da FUNIOESTE, e Carlos Roberto Cassalvara para o cargo de Diretor da FECIVEL, tendo como vice-diretora a professora Maria do Rocio Garzuze dos Santos.

Na proposta de gestão do diretor e vice-diretor, José Kuiava e Carlos Calssavara estavam inclusas: a admissão de professores; a titulação dos docentes vinculados à universidade mediante cursos de pós-graduação; a implantação, até 27 de abril de 1988, do Plano de Carreira Docente e do Plano de Cargos e Salários dos Servidores; a conclusão do Regimento Geral da UNIOESTE, iniciado no ano anterior e levado à apreciação do Conselho Estadual de Educação; a organização do Conselho de Administração; a equalização dos currículos e grades dos cursos existentes; a equalização das estruturas administrativas; a definição da sede da Universidade; o reordenamento dos departamentos e colegiados; e, principalmente, o encaminhamento das ações da UNIOESTE na condição de universidade de fato.

Após a instituição da FUNIOESTE, os funcionários da Universidade se mobilizaram mediante movimento grevista em reivindicação de reajuste salarial, pagamento de salários atrasados, Planos de Carreira e de Cargos e Salários, que não entraram em vigor no prazo máximo, após um ano da data do Decreto nº 399, de 27 de abril de 1987. O não cumprimento da resolução pelo governador Álvaro Dias deixou a Comissão de Implantação da UNIOESTE sob tensão a respeito da possibilidade de imposição por parte do governo de um Plano de Cargos e Salários, elaborado sem a participação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos.

Contudo, a crise agravava o relacionamento da FUNIOESTE com o governo Álvaro Dias. Este se negava a negociar, seja o reconhecimento, alegando não possuir recursos para tal, seja o reajuste para os professores e para os funcionários técnico-administrativos. De acordo com Kuiava (2005), a implantação de Plano de Cargos e Salários havia sido autorizada e assinada pelo governador Álvaro Dias, quando encaminhado o processo pela FUNIOESTE.

O não cumprimento das negociações do governo Álvaro Dias se fez em todos os níveis de escolarização: em 1988, foi deflagrada uma greve de professores de primeiro e segundo graus, que teve 47 dias de duração, em razão do descumprimento de reposição salarial, o que acabou por levar às ruas de Curitiba mais de 5.000 professores estaduais.

Durante a greve mais de 300 professores ocuparam a Assembléia Legislativa e sofreram humilhações para que desocupassem a mesma (as luzes foram apagadas, laxante foi colocado no café e pó de vidro foi colocado nas bolsas com as roupas dos manifestantes) (SAPELLI, 2003, 52).

Dentre as manifestações, a que mais deu mostras do autoritarismo do governo Álvaro Dias, contradizendo todo seu discurso democrático, foi a que aconteceu em 30 de agosto de 1988.

A manifestação realizada ontem em Curitiba por mais de cinco mil professores estaduais foi energicamente reprimida por cerca de 400 policiais do Batalhão de Choque da PM, deixando um saldo de uma dezena de professores detidos, sete pessoas feridas e dezenas de machucados em decorrência do uso dos cassetetes e dos efeitos de gás lacrimogênio [sic], utilizado para dispersar os manifestantes que pretendiam montar acampamento na praça em frente ao prédio da Assembléia Legislativa [...]. Os policiais montaram um cordão de isolamento [...] para não permitir a passagem dos manifestantes e do caminhão de som, mas os professores protestaram. A polícia montada, com mais de 13 cavalos, avançou sobre os manifestantes, enquanto policiais cercavam o carro de som da APP, atingindo com uma bomba de gás lacrimogênio [sic] o motorista da entidade [...]. O caminhão de som do Sindicato dos Bancários, alugado para a passeata, foi completamente danificado pelos policiais [...]. No meio do tumulto, várias pessoas foram presas [...]. No final da tarde, enquanto os professores entoavam o Hino Nacional, quatro bombas de efeito moral explodiram e feriram dezenas de pessoas [...] (GRECZYSZN, 1999 apud SAPELLI, 2003, p. 53).

Essa mostra de autoritarismo também chegou à universidade do Oeste: a implantação do Plano de Cargos e Salários e o reconhecimento não foram as únicas questões que geraram enfrentamento entre a FUNIOESTE e o Governo do Estado. O governador Álvaro Dias considerava a autonomia exercida por parte da universidade extremamente excessiva, sendo, portanto, necessário restringi-la ao máximo (BALBINOTTI, 2005).

Havia uma proposta do Governo do Estado para a direção da FUNIOESTE de formar o Conselho Diretor, composto por doze membros, dos quais apenas três seriam indicados pela comunidade acadêmica. E, conforme já estava previsto em decreto, o nome do diretor do Conselho seria indicado pelo Governo do Estado a partir de uma lista sêxtupla. O governador, além de minimizar o

orçamento através do seu Conselho Diretor, queria direcionar também os investimentos e a aplicação das verbas.

O Conselho Diretor já existente na universidade argumentava que, caso a alteração deste viesse a acontecer, era necessário, em primeiro lugar, que se promovesse intenso debate com a comunidade universitária e com o próprio governo. Aceitar uma imposição nesse sentido, via decreto governamental, sem prévia discussão, era um retroceder no processo de negociação e prova concreta do mais puro autoritarismo do Estado frente à comunidade do Oeste e a sua universidade.

A comunidade do Oeste e a universidade não se negavam a refletir e organizar um Conselho Universitário, que teria como objetivo maior reformular as políticas para o ensino superior, porém não admitia a idéia e o papel de controlar e vigiar seus passos.

Mesmo que o Estado pague a conta da Universidade ela não é instrumento do Governo a serviço do próprio Governo. A Universidade é uma instituição social, ou seja, uma criação social que necessita de uma estrutura própria para garantir o cumprimento das suas funções básicas (GABINETE DA DIREÇÃO, 1988, apud BALBINOTTI, 2005).

No entanto, a comunidade acadêmica do Oeste, os professores, os funcionários e os diretores das IES resistiram ao projeto, mesmo com ingerência do governo. Após várias tentativas de interferir no desenvolvimento e na consolidação da Universidade do Oeste, o governador Roberto Requião (1991-1994) conseguiu o que o seu antecessor Álvaro Dias não conseguira. Tal êxito aconteceu por ocasião do vencimento do primeiro mandato do Diretor-Presidente da FUNIOESTE, José Kuiava, em 1992⁴⁶. Contrariando a posição democrática que ostentava ainda em campanha eleitoral, nomeou, mesmo sob protesto da grande maioria da comunidade acadêmica, o professor Marcos Vinicius Pires de Souza para o cargo de Diretor-Presidente da UNIOESTE, não acatando o desejo político do povo.

⁴⁶ A partir desse período, a FUNIOESTE passou a ser uma Autarquia Especial; portanto, não utilizaremos mais essa nomenclatura, mas adotaremos a denominação UNIOESTE.

4.6.1. A nomeação do interventor Marcos Vinicius Pires de Souza

Após o término do mandato do diretor-presidente José Kuiava e dos diretores Carlos Roberto Calssavara (Cascavel), Celso Ramiro Hoffmann (Toledo), Franco Sereni (Foz do Iguaçu) e Lair José Bersch (Marechal Cândido Rondon), em outubro de 1992, foi convocada nova eleição para a direção da UNIOESTE. Nessa eleição, concorreram três chapas:

1. Diretor-Presidente e Vice, os professores Erneldo Schallenberger, da FACITOL (Toledo), e Lair José Bersch, da FACIMAR (Marechal Cândido Rondon).

2. Diretor-Presidente e Vice, os professores Marcos Vinicius Pires de Souza e Carlos Calssavara, ambos da FECIVEL (Cascavel); e

3. Diretora-Presidente e Vice, os professores Nilza Verônica Ribeiro Bello, da FECIVEL (Cascavel), e Newton Sabbá Guimarães, da FACISA (Foz do Iguaçu).

Essas duas últimas chapas tiveram suas candidaturas impugnadas, pois os candidatos Marcos Vinicius e Newton Guimarães não preenchiam os requisitos legais estabelecidos pelo Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná⁴⁷, que determinava um estágio probatório de dois anos para, a partir daí, o funcionário passar a gozar plenamente dos direitos e vantagens da carreira.

Discordando da decisão da Comissão Eleitoral, os candidatos das chapas impugnadas recorreram à justiça comum, o que lhes permitiu, através de liminar, a manutenção provisória de suas candidaturas. Dessa forma, as três chapas concorrentes acabaram participando das eleições da UNIOESTE. Assim, a inscrição da “Chapa Consolidação da Universidade”, encabeçada por Marcos Vinicius Pires de Souza e Carlos Calssavara, e da “Chapa Integração”, composta

⁴⁷ De acordo com o então juiz Miguel Kfoury, para os candidatos a diretor-presidente e vice-presidente era exigido, no mínimo, dois anos de serviço público, amparado nos preceitos do Direito Administrativo. Além disso, o artigo 41 da Constituição Federal (1988) declarava não ser lícito se admitir a candidatura de professores não estáveis, cuja idoneidade moral, aptidão, disciplina, assiduidade, dedicação ao serviço, eficiência, etc., não tivessem sido submetidos ao crivo da administração pública, e cujo estágio probatório não estivesse vencido (REVOGADA..., 1992, p. 3).

pela professora Nilza Verônica Ribeiro Bello e pelo professor Newton Sabbá Guimarães, só foram aceitas pela Comissão Eleitoral Central da UNIOESTE por força de liminar.

Realizada a eleição, a chapa vencedora foi a do professor Erneldo Schallemburger (Pró-Reitor de Pesquisa e Graduação) e Lair Bersch, com mais de 57% dos votos; Marcos Vinicius e Carlos Calssavara obtiveram 31,38% dos votos, e Nilza Bello e Newton Sabbá, 11,51%. Passadas as eleições, a justiça se manifestou definitivamente, cassando a liminar que permitia a participação das chapas dos professores Marcos Vinicius/Carlos Calssavara e Nilza Bello/Newton Sabbá Guimarães. Porém, contrariando a legislação vigente e a definição jurídica da cassação da liminar, o então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião (1991-1994), nomeou para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná – FUNIOESTE/UNIOESTE, em 20 de outubro de 1992, o candidato Marcos Vinicius que, mesmo rejeitado pela justiça e sob protestos da comunidade acadêmica, acabou assumindo a função.

Embora o governador do Estado tivesse a prerrogativa⁴⁸ para nomear, de uma lista sêxtupla, qualquer um dos relacionados aos cargos de Reitor e Diretor de Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado, a comunidade universitária oestina esperava que o governador nomeasse aqueles que foram democraticamente eleitos no pleito. Diante de uma possível nomeação interventora (havia denúncias de irregularidades, algumas anônimas, outras feitas diretamente a Roberto Requião ainda em período de campanha), caravanas de estudantes, professores e funcionários dos quatro centros universitários realizaram um ato público em frente à administração central da UNIOESTE.

A mobilização de professores e estudantes não impediu que Roberto Requião nomeasse Marcos Vinicius Pires de Souza. Esse ato gerou declarações, tais como: a de que os resultados das eleições não agradaram a alguns políticos e lideranças de Cascavel, pelo fato de os professores vencedores serem dos Centros Universitários de Toledo e Marechal Cândido Rondon e, ainda, serem do

⁴⁸ Esta prerrogativa foi concedida pelo Presidente da República Ernesto Geisel através da Lei Federal nº 6.420, de 03 de junho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 80.536, de outubro do mesmo ano, sendo repassada pela Assembléia Legislativa do Paraná aos governadores deste Estado pela Lei nº 8.345, de 21 de junho de 1986. (REVOGADA..., 1992).

Partido Democrático Trabalhista (PDT), ou seja, não faziam parte do partido do governador – o PMDB.

O resultado das eleições certamente não alteraria o processo de nomeação de Marcos Vinicius e Carlos Calssavara, porque,

[...] segundo rumores de políticos de Cascavel, a nomeação do Marcos estava certa, até que veio outro imprevisto: o juiz Miguel Kfouri Neto, da 1ª Vara Cível de Cascavel, cassou a liminar da chapa de Marcos e Carlos, tornando os votos a ele atribuídos, nulos. A partir deste fato, os murmúrios mudaram de rota: a intervenção (REVOGADA..., 1992, p. 3).

A nomeação de Marcos Vinicius teve apoio de muitos acadêmicos, lideranças políticas, prefeito e empresários de Cascavel. Mas esse apoio, segundo o então deputado Élio Lino Rusch (PFL) declarou em entrevista, refletia apenas posições de segmentos isolados, pois a maioria da sociedade indubitavelmente não concordava com atos antidemocráticos (REVOGADA..., 1992, p. 3).

Quanto à manifestação de apoio, também havia grupos de empresários e profissionais liberais que se denominavam “Movimento Amor a Cascavel”⁴⁹ e “Universidade Já”⁵⁰, e tinham por desejo uma universidade exclusiva para a cidade. Esses grupos também contavam com o apoio e a manifestação do Comitê Feminino, liderado por esposas de empresários de Cascavel, que mobilizava todas as entidades que congregavam mulheres em prol de uma universidade exclusiva para Cascavel, sem coligação com outras instituições regionais.

⁴⁹ O “Movimento Amor a Cascavel”, lutava por uma Universidade exclusiva, e pleiteavam cursos vulgarmente chamado de “nobres” para seus filhos não se deslocarem para outros centros (MEMÓRIA Nº 3). Essa separação volta a tona na proposta do então candidato a Deputado Estadual Marcos Formighieri nas eleições de 2006, o desmembramento da UNIOESTE. Na proposta do deputado “Cascavel fica com a UNIOESTE, pois a lei assim determina. Já Toledo, Mal. Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Francisco Beltrão ficariam com centros universitários que dependendo da vontade, disposição para a luta e determinação de suas lideranças, podem se transformar em universidade em pouco tempo” (CARTA AOS CASCAVELENSES, 2006).

⁵⁰ Esse grupo contribuiu significativamente quando levou a público a discussão das necessidades em que se encontrava o Oeste do Paraná com relação ao ensino superior. Reuniam-se frequentemente na Associação do Country Club, mas suas discussões não envolveram aqueles que estavam diretamente ligados com o ensino superior – os professores, alunos, diretores e representações de organizações sociais. Nessas discussões não estavam presentes os que realmente conhecia de perto os problemas e necessidades do ensino superior na região, assim quando o movimento se manifestava já não sabia se pleiteava uma Universidade Federal ou uma Universidade particular para Cascavel.

Esse desejo dos grupos foi manifestado na apresentação de um projeto na Câmara Municipal de Cascavel pela vereadora Marlise da Cruz, visando a separação da FECIVEL da UNIOESTE e transformá-la em uma universidade particular, parte dela financiada pela prefeitura de Cascavel e parte por empresários, com fins lucrativos. Em resposta ao ato da vereadora, os estudantes dos cursos de Letras da UNIOESTE, reunidos no I Congresso de Estudantes de Letras da UNIOESTE – CONELU, na cidade de Marechal Cândido Rondon, aprovaram uma moção de repúdio à Câmara Municipal de Cascavel pela decisão de estudos para o desmembramento da FECIVEL da UNIOESTE.

Os grupos de empresários e profissionais que desejavam uma universidade exclusiva também contavam com apoio de alguns professores, alunos e funcionários da FECIVEL. Estes pensavam em buscar junto aos empresários uma saída para a crise financeira instaurada na FECIVEL, bem como acelerar o processo de reconhecimento. Por outro lado, também havia a grande maioria dos que pensavam a universidade em termos regionais, não concebendo a separação em hipótese alguma viável para a FECIVEL, embora ainda não houvesse avanços em algumas áreas nos trabalhos referente às questões da estadualização.

A UNIOESTE apresentava um projeto de universidade multicampi, com garantia de acesso de diploma a todos que se habilitassem a prestar vestibular, independentemente de classe e nível social. Uma instituição acadêmica com vistas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico necessário para solução dos problemas e dos desafios regionais, estaduais e nacionais. Enfim, a universidade não se restringia apenas a fornecer diplomas para o exercício da profissão, mas tinha proposta de compromisso social ampla e não excludente.

Portanto, as razões que moveram a comunidade universitária a defender o projeto da UNIOESTE eram outras e diferentes das razões que motivaram os empresários de Cascavel a lutar por uma universidade ainda sem projeto. Dessa forma, a defesa em favor da não interferência de quaisquer grupos que pensassem uma universidade excludente continuou nas manifestações, assim como continuou a resistência à nomeação de Marcos Vinicius.

4.6.2. A posse de Marcos Vinicius Pires de Souza

Nos dias que antecederam a posse de Marcos Vinicius, a sede da Reitoria da UNIOESTE foi ocupada pelo grupo “Movimento pela Democracia, Ética e Autonomia Universitária”, cujos membros, com caras pintadas, reivindicavam a nomeação dos diretores eleitos. Na esperança de que o governador se sensibilizasse e voltasse atrás na sua decisão, permaneceram na sede por treze dias. Em apoio ao movimento, representantes de outras entidades⁵¹ dirigiram-se a Cascavel.

Discordando da decisão de Roberto Requião, José Kuiava, que respondia pela Reitoria até o dia 05 de outubro de 1992, depositou todos os documentos contábeis em juízo, negando-se a entregar para o diretor nomeado, assim como participar da transição ao cargo. Este foi o meio de protesto que o ex-diretor encontrou para demonstrar a sua indignação diante da imposição. Também houve atos de distribuição de manifestos nas cidades-sede dos centros universitários. Registramos aqui, na íntegra, um desses manifestos.

Resistência Democrática na Unioeste.

Vamos conjugar o verbo resistir em coro, coletivamente:

Eu resisto

Tu resistes

Ele Não Resiste

Nós resistimos

Vós resistis

Eles Não Resistem

A democracia na Unioeste há a muitos anos. Não será agora, no momento em que o Brasil inteiro exige a prática da democracia em todos os setores da sociedade que o Paraná e a Unioeste irão aceitar um interventor. É anti-ético nomear interventor e muito mais anti-ético é desejar e aceitar ser interventor, precisam, de pronto, corrigir o seu engano.

Precisamos lutar mais do que nunca pela democracia, pela autonomia universitária da Unioeste.

Resistência democrática na Unioeste, sempre!

⁵¹ São elas: União Paranaense de Estudantes (UPE), Associação dos Professores do Paraná (APP), Sindicato dos Professores Profissionais de Cascavel (SPPC), Sindicato dos Servidores Públicos (SSP), Sindicato dos Telefônicos, Associação dos Estudantes Secundaristas (ACES) e Diretórios Centrais de Estudantes da FACIMAR (Marechal Cândido Rondon), FACITOL (Toledo) e FACISA (Foz do Iguaçu).

Cascavel, 20 de outubro de 1992.

Muitas manifestações chegaram a Marcos Vinicius por intermédio de cartas de repúdio. O Sindicato dos Professores da Universidade de Londrina – SINDIPROL – se expressou com as seguintes palavras: “O senhor ocupa lugar que não é seu [...] os votos que o senhor recebeu não o legitimam no cargo (MEMÓRIA 2, 1993, apud ORSO, 1996, p. 86)”.

No dia da posse de Marcos Vinicius, marcada para acontecer no Centro Cultural Gilberto Mayer, a comunidade acadêmica mostrou sua insatisfação. Inicialmente, estudantes e professores entraram em silêncio no local. Na abertura do cerimonial, quando o então Secretário Estadual da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Adahil Sprenger Passos, e o Professor Marcos Vinicius entraram, os estudantes e professores começaram a gritar e a apitar. Diante de tanto protesto, a cerimônia não pôde ser realizada, e o novo diretor-presidente não foi empossado. Entretanto, o secretário Adahil Passos empossou Marcos Vinicius em um outro momento, em Curitiba. Os diretores dos quatro centros universitários, que se encontravam em Curitiba para um encontro com o secretário, foram convidados a participar de uma reunião com o novo diretor, mas estes se negaram a comparecer, pois eram contrários à nomeação do novo diretor. Após a posse, Marcos Vinicius passou a administrar a universidade na Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC, durante aproximadamente vinte dias.

Pode-se considerar que a eleição dos professores Erneldo Schalleberger e Lair José Bersch para o cargo de diretor-presidente e vice-presidente da UNIOESTE foi o início da consolidação da universidade democrática; porém, tornou-se marco também para o início da crise que culminou com a nomeação dos professores Marcos Vinicius e Carlos Calssavara, derrotados nas eleições.

Contudo, como a lei estadual prevê que o governador tem prerrogativas para escolher de uma lista sêxtupla um nome dentre aqueles escolhidos pela comunidade acadêmica, o professor Marcos Vinicius teve a preferência de Roberto Requião para assumir a direção da universidade. A medida autoritária do governador gerou conflitos regionais em torno da universidade, e a unidade até então estabelecida pelos quatro *campi* (e que os caracterizava) estava a ponto de

sofrer um rompimento em função da nomeação do interventor Marcos Vinicius. “Os quatro *campi*, após sua fusão, sempre tiveram a mesma força política de direito, isonomia que, de certa forma, dava equilíbrio à instituição, não comprometendo as relações (HOFFMANN, 2006)”. Assim, essa unidade que os quatro *campi* buscaram conjuntamente para a constituição de uma universidade dava mostras da fragilidade diante da nova direção.

É nesse cenário turbulento que o vice-governador Mário Pereira assumiu o governo interinamente, após a saída do governador Roberto Requião para candidatar-se ao Senado. Com interesses mais voltados à região Oeste, devido as suas relações pessoais e sociais, as ações para o reconhecimento da UNIOESTE por parte do Estado passaram a ser, de certa forma, mais contundentes e priorizadas.

4.7. O reconhecimento da UNIOESTE

Em 02 de maio de 1993, a UNIOESTE dava mais um passo no caminho de sua consolidação. O Decreto nº 2.215, de 23 de março de 1993, instalou oficialmente a Comissão de Transição da instituição. Essa comissão era formada pelo diretor-presidente da Universidade, Marcos Vinicius Pires de Souza, pelo vice-presidente Carlos Calssavara, pelos diretores das instituições de ensino que compunham a UNIOESTE e por mais cinco membros indicados pelo governador Roberto Requião (1991-1994). Desde que foi instaurada, a comissão vinha elaborando o novo Estatuto.

Para muitos, o modelo de organização anterior, marcado por decisões coletivas, foi desconsiderado pelo diretor-presidente Marcos Vinicius ao elaborar o novo Estatuto. Ao ignorar os fóruns internos de discussão para debater com empresários de Cascavel (representados pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC) e com a prefeitura de Cascavel e seus partidos, Marcos Vinicius rompeu com a unidade que havia entre os *campi*. Além das discussões não ocorrerem preferencialmente no âmbito interno, contratou-se uma equipe de consultoria de Florianópolis (SC) para assessorar a elaboração do Estatuto. Esse

novo Estatuto desencadeou conflitos regionais em torno da universidade: o período de 1992 a 1994, voltado para o reconhecimento da UNIOESTE, foi, de certa forma, muito tumultuado e controverso.

De acordo com Behr (1995), a nova estrutura organizacional favoreceu a centralização administrativa da Reitoria em Cascavel, transferindo para o diretor o poder máximo, já que as relações a partir da estrutura favoreciam o controle dos cargos e das comunicações entre as diversas unidades da universidade, tornando-se uma organização⁵² muito complexa para ser gerida.

Esse modelo foi adotado após o reconhecimento da UNIOESTE. Segundo Behr (1995), com o vice-governador Mário Pereira respondendo interinamente, o processo de reconhecimento da UNIOESTE foi agilizado, muito mais por vantagens políticas que o reconhecimento viria trazer para o então governador e seus comandados do que pelas vantagens para a comunidade oestina.

Por meio do Parecer nº 137, de 05 de agosto de 1994, o Conselho Estadual de Educação aprovou, em 23 de dezembro do mesmo ano, o Projeto de Reconhecimento da UNIOESTE e encaminhou o processo ao Ministério da Educação (MEC). Por sua vez, o MEC, pela Portaria Ministerial nº 1784-A, reconheceu a instituição como Universidade Estadual, e definiu as condições para sua consolidação.

Após sete anos de luta burocrática e política, a UNIOESTE, enfim, conseguiu ser reconhecida, sendo-lhe conferido o *status* de universidade. Até aquele momento, a UNIOESTE era, em âmbito estadual, a quarta universidade pública, juntamente com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O processo de reconhecimento da UNIOESTE foi apreciado em duas etapas: primeiro, pela Câmara de Ensino Superior – CESU, órgão interno do CEE, composto por conselheiros conhecedores da legislação do Ensino Superior e que tem por função analisar questões específicas do terceiro grau; e segundo, pelo Conselho Pleno formado por todos os conselheiros, órgão que delibera e vota as matérias propostas pelas diversas câmaras setoriais. Em todas as instâncias em

⁵² Esse modelo vai ser reformulado no período de 1996 a 1999, na gestão do reitor Ernerlido Schallenberger, proporcionando uma nova estrutura de organização implantada em 2000.

que o processo foi apresentado, a UNIOESTE teve aprovação para o reconhecimento⁵³.

Muitas foram as exigências do CEE para reconhecer o projeto de universidade: elaboração de sua concepção e características, linhas básicas de ação, políticas de atuação, estrutura organizacional, organograma, estatuto, regimento, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, regime de trabalho, projeto de qualificação do corpo docente, apresentação de 33% do corpo docente com qualificação mínima de mestrado ou doutorado, no mínimo 50% com dedicação integral (regime de trabalho de 40 horas semanais) e 25% com Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE).

Com o reconhecimento, a UNIOESTE passaria a ter autonomia universitária, pois a forma como estava operando – na condição de faculdade, fundação e autarquia – impedia sua expansão e consolidação. Após o seu reconhecimento, foram nomeados o primeiro reitor da universidade, Marcos Vinicius Pires de Souza⁵⁴, e seu vice, Carlos Roberto Calssavara, que até então eram diretor-presidente e diretor vice-presidente, respectivamente.

A cerimônia de nomeação, realizada no Centro Universitário de Cascavel, contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Adahil Sprenger Passos, que, na oportunidade, representava o governador Mário Pereira; os prefeitos de Cascavel, Fidelcino Tolentino, de Marechal Cândido Rondon, Ademir Bier, de Toledo, representado pelo vice-prefeito Ascânio Butzge, e de Céu Azul, João Canfrides Beto (também presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP); o Secretário de Estado do Esporte e Turismo, Luiz Ernesto Mayer Pereira; o Secretário de Estado da Educação, João Olivir Gabardo; deputados federais eleitos Hermes Parcianello e Dirceu Sperafico, e os deputados estaduais Edgar Bueno e Duílio Genari; reitores de universidades estaduais do Paraná; o presidente eleito da Câmara de

⁵³ Aprovaram o reconhecimento da UNIOESTE os professores conselheiros Ubaldo Martini Puppi (presidente do CEE), Teófilo Bacha Filho (relator), Flávio Scherer, Brasil Borba, Pe. Domenico Costtela, Marília Machado de Souza, Clemência Ferreira Ribas, Oriovisto Guimarães, Naura Nanci Muniz Santos, Léo Kessel e Maria Dativa S. Gonçalves, todos membros efetivos do CEE.

⁵⁴ Nomeado reitor *pro-tempore*, até ser convocada nova eleição para eleger o primeiro reitor da UNIOESTE.

Vereadores de Cascavel, Severino Folador; vereadores de Cascavel; empresários locais; professores e estudantes.

A estadualização da universidade lhe deu um caráter autônomo para a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (especializações, mestrados e doutorados), para a implantação de projetos de pesquisa e extensão, para a assinatura de programas e convênios, e para a nomeação de funcionários, dentre outras prerrogativas. Novos cursos que estavam previstos pelo cronograma da instituição foram implantados em 1995, tais como: Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Ciência da Computação, Engenharia Química, Agronomia, Odontologia e Medicina.

Segundo Orso (1996) os cursos acima foram todos reivindicados e implantados para o *campus* de Cascavel, o que dava mostras da centralidade que a referida cidade detinha. Dentre esses cursos, o que mais gerou polêmicas foi o de Medicina, pela configuração em que foi implantado.

4.8. Tentativa de se implantar sem o processo formal os cursos de Medicina e Odontologia

Segundo Orso (1996), os cursos de Medicina e Odontologia faziam parte do pacote que integrava os cursos vulgarmente conhecidos como “nobres” e, embora a expansão da área da saúde fosse necessária pela demanda existente no interior do Paraná, foi também expressão de desejos e interesses dos segmentos mais elevados da sociedade. Para tanto, o reitor *pro-tempore* Marcos Vinicius, na tentativa de implantar esses cursos na UNIOESTE, contou com o apoio de lideranças políticas de Cascavel, dos grupos “Amor a Cascavel” e “Universidade Já”, da ACIC, dentre outros segmentos.

Teófilo Bacha Filho, no relatório do Parecer nº 137/94, ponderou, a respeito da pressão de se criar cursos que o sentido vulgar rotula de “nobres”, que, caso essa reivindicação fosse atendida sem uma avaliação prévia e reflexiva, isso certamente acarretaria em prejuízos para o desenvolvimento da UNIOESTE. No entendimento de Bacha, os prejuízos para a universidade seriam relevantes: além

de não beneficiar os cursos já consolidados na instituição, a criação desses novos cursos também não favorecia a implantação de cursos de pós-graduação. A destinação dos recursos atrasaria a expansão vertical, onerando o orçamento, além de não permitir maior valorização do desenvolvimento científico e tecnológico.

A implantação de qualquer curso requeria a elaboração de um projeto formal de cada curso e, em seguida, o seu encaminhamento ao CEE para que este desse seu parecer. Posteriormente, era necessário comunicar à Secretaria de Educação de Ensino Superior, do Ministério de Educação e Desporto (Brasília – DF) a pretensão de se criar cursos e as referidas vagas, com antecedência de no mínimo 180 dias antes da convocação do vestibular. Além disso, os cursos na área da saúde – Medicina e Odontologia – deveriam submeter seus projetos à avaliação e à apreciação do Conselho Nacional de Saúde para obtenção de parecer favorável a sua implementação (ORSO, 1996).

No entanto, mesmo sem autorização dos órgãos competentes, o reitor Marcos Vinicius autorizou a abertura das inscrições para o vestibular para os cursos de Medicina e Odontologia. De acordo com Orso (1996), inscreveram-se para os referidos cursos 2.514 candidatos, dos quais mais de 60% eram oriundos de outros estados. Devido à ilegalidade do concurso, o Secretário de Educação Superior, Dirceu Leal de Zagottis, pronunciou-se contrário à realização do vestibular:

Senhor Reitor Pro-Tempore,
Diante das notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa no Estado do Paraná, e tendo em vista, ainda, correspondência do Presidente do Conselho de Educação desse Estado, em que apontam a implantação dos Cursos de Medicina e Odontologia, com abertura do concurso vestibular no dia 21 de março de 1995, conforme Editais nºs 04/95 e 05/95, em total desrespeito às disposições contidas na legislação federal especialmente ao disposto do Art. 7º do Decreto Presidencial nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, sinto-me obrigado, por dever de ofício, a informá-lo sobre a ilegalidade de tais atos, pelo que esses deverão ser imediatamente suspensos.
Esclareço a Vossa Magnificência que a consumação dessa prática redundará em medidas drásticas por parte do Ministério da Educação e Desporto, órgão responsável pelo exercício das atribuições do poder público federal em matéria de educação, a quem cabe 'zelar pela qualidade de ensino e velar pelo

cumprimento das leis que o regem' (JORNAL O PARANÁ, 1995, apud ORSO, 1996, p. 105).

Mesmo diante das declarações do Secretário de Educação Superior e do alerta do juiz da 5ª Vara da Circunscrição Jurídica de Curitiba sobre os transtornos e danos irreparáveis que ocorreriam, caso a realização do vestibular fosse levada às últimas conseqüências, Marcos Vinicius não retrocedeu em sua decisão: o reitor não somente permitiu a realização do vestibular, como também os nomes dos aprovados nos cursos de Medicina e Odontologia foram divulgados juntamente com a relação dos que tiveram aprovação nos demais cursos da UNIOESTE.

Segundo Orso (1996), os editais de convocação para o vestibular dos cursos de Medicina – Edital nº 04/95-GRE – e de Odontologia – Edital nº 05/95-GRE –, com data de 14 de fevereiro, foram publicados no jornal O Estado do Paraná, no dia 19 de fevereiro. Entretanto, o Conselho Universitário da UNIOESTE (COU) divulgou a aprovação da publicação dos editais somente na reunião do dia 20 de fevereiro de 1995, ou seja, a aprovação dos editais ocorreu um dia após sua publicação no jornal. Logo, pode-se concluir que o vestibular para o curso de Medicina seria mantido mesmo não havendo a aprovação do COU.

O fato de abrir vagas no concurso vestibular para um curso que ainda deveria passar pelas vias legais trouxe comprometimento para o conjunto do corpo acadêmico da UNIOESTE. Em função dos novos cursos, todo o ano letivo foi retardado, bem como o vestibular foi realizado somente no período de 21 a 24 de março de 1995. O início das aulas para os alunos veteranos ocorreu no dia 27 de março, e para os calouros, somente no dia 10 de abril. O concurso para os professores foi realizado no final de abril, quando as aulas já haviam sido iniciadas. Alguns cursos, portanto, iniciaram as aulas apenas com a metade dos professores necessários, e quase três meses após o início das aulas, ainda havia falta de professores. Em virtude desses fatos, não houve férias no mês de junho, mas apenas uma semana de recesso que, por decisão da Reitoria no último dia de aulas, acabou se multiplicando em duas semanas, sem tempo hábil para

avisar os acadêmicos. Com exceção dos acadêmicos⁵⁵ dos cursos de Medicina e Odontologia⁵⁶, que receberam telefonemas por parte da instituição, os demais não foram avisados em tempo sobre a alteração do reinício das aulas (MOVIMENTO PELA ÉTICA, COMPROMISSO PELA VERDADE, 1995, apud ORSO, 1996).

A insistência nos atos irregulares praticados pelo reitor Marcos Vinicius fez com que a justiça se pronunciasse por meio de intimação expedida pelo Juiz da Vara Federal de Cascavel, Artur César de Sousa. Conseqüentemente, o reitor respondeu a inquérito policial por descumprir as determinações da justiça.

Nada poderia justificar o descumprimento judicial, nem mesmo a retórica de que os filhos do Oeste permaneceriam na sua terra e beneficiariam a região. Até porque os filhos do Oeste, em vista do resultado do vestibular, só tinham duas opções: ou buscariam os cursos em outras universidades, ou teriam de esperar pelo próximo vestibular. Dos aprovados, apenas um de Medicina e outros três de Odontologia residiam no Oeste do Paraná; os demais eram procedentes de outras regiões do Paraná, e a maioria vinha de outros estados.

Em defesa do vestibular para os cursos de Medicina e Odontologia, ocorrido sem autorização dos órgãos competentes, mobilizações foram realizadas por diversos órgãos: Reitoria, Diretório Central dos Estudantes, Prefeitura Municipal de Cascavel, grupos “Amor a Cascavel” e “Universidade Já” e alguns políticos, funcionários, professores e alunos de Medicina e Odontologia. Além de mobilizações,

[...] foram confeccionados 60 outdoors, os quais foram espalhados pela cidade de Cascavel e região em apoio a Marcos Vinicius,

⁵⁵ Os aprovados em Medicina e Odontologia no concurso vestibular de 1995 montaram acampamento no *campus* de Cascavel para protestarem contra a decisão judicial de não permitir o início das aulas. Decidiram entrar com ação na justiça local contra a universidade, na tentativa de garantir o direito conquistado pela aprovação no vestibular. Os alunos efetuaram suas matrículas *sub judice* devido à decisão judicial contrária. Somente depois de entrarem com mandado de segurança contra a Universidade é que os alunos conseguiram o direito de assistir às aulas. Devido ao conflito de competência criado a partir da decisão judicial da Justiça Federal de não permitir o início das aulas, a UNIOESTE não tinha garantias de que os cursos pudessem sofrer alguma intervenção.

⁵⁶ As aulas destes cursos continuaram sendo realizadas sob a denominação de “cursos de aperfeiçoamento” e “aulas extracurriculares”. Por um lado, a Reitoria tentava esconder que estava havendo aula. Por outro, contraditoriamente, para atrair a atenção de órgãos públicos e autoridades governamentais, promoviam-se aulas simbólicas no calçadão em frente à matriz de Cascavel.

dizendo: 'Unioeste multi-campi: Oeste unida defende autonomia'. Para chamar, estas lideranças, cerca de 250 pessoas, interromperam por duas horas a BR 277 que dá acesso a Foz do Iguaçu. Em sinal de luta o prefeito de Cascavel e muitos alunos pintaram a cara. Faixas estampadas diziam: "Declare guerra a quem finge te amar". Deificaram a reitoria transformando as leis em meros enfeites dos manuais (ORSO, 1996, p. 108).

Para engrossar a lista de apoio, o Deputado Estadual Edgar Bueno (PSDB), não concordando com a posição do Conselho Estadual de Educação, apresentou um projeto na Assembléia Legislativa do Paraná propondo a extinção do CEE (ORSO, 1996). Em outro momento, no anfiteatro da UNIOESTE, o deputado declarou: "se os novos cursos que estamos reivindicando não forem criados – e ainda este ano – rasgo meu diploma de deputado e jogo no lixo! (O PARANÁ, 1996, p. 4)". Havia também uma proposta do deputado para limitar as vagas para os estudantes vindos de outros estados. No entanto, as propostas de extinção do CEE e de limitação de vagas não se concretizaram, visto que qualquer uma dessas posições desenhadas pelo então deputado, além de utópica, era também bairrista.

Os projetos dos cursos e o pedido de parecer já haviam sido encaminhadas aos órgãos competentes no mês de junho de 1995 e, em fevereiro de 1996, a UNIOESTE recebeu a visita de um perito para analisar as condições de funcionamento dos cursos de Medicina e Odontologia. Os projetos dos cursos não foram encaminhados no seu devido tempo porque, segundo a assessoria jurídica da UNIOESTE daquele período, em esclarecimento ao jornal Informativo UNIOESTE (1995), a universidade sentiu-se respaldada nos princípios da autonomia, configurados no artigo 207 da Constituição Estadual de Educação. Eros Petrelli membro do Conselho Federal de Odontologia (CFO), ressaltou que a autonomia tem seus limites, estando sujeita, portanto, às leis em vigor no país. Nesse sentido, não se deve confundir autonomia com soberania.

Após todos os trâmites legais, os cursos de Medicina e Odontologia foram implantados, em 1996, na gestão do reitor Erneldo Schallemberger e da vice-reitora Liana Fátima Fuga. Por diversas vezes, tentativas de se trazer esses cursos a Cascavel por meio de uma universidade particular foram empreendidas por alguns grupos da sociedade, mas nenhuma havia se concretizado. Dentro e fora da universidade, quem se posicionava contra a implantação dos cursos ou

apenas questionava a forma como o processo estava sendo encaminhado era perseguido e chamado de inimigo da universidade e inimigo de Cascavel. Fidelcino Tolentino, prefeito de Cascavel, em declaração a um jornal do Norte do estado, declarou: “quem não aprova a criação dos cursos ‘nobres’ é contra a população (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, apud ORSO, 1996, p. 109)”.

O professor José Kuiava foi considerado um “desses” que era contra a população, concordava com a implantação dos cursos, mas discordava do encaminhamento que estava sendo feito, sentiu de perto a perseguição. Através de representantes de sindicatos o qualificaram de “coisa ruim”, *‘persona non grata’*, ‘delator’, ‘desleal’ e ‘traidor’ (ORSO, 1996, p. 110)”.

De certo modo os cursos de Medicina e Odontologia só puderam ser implantados após passar por todo o processo legal regido pelos órgãos competentes.

5. CONCLUSÃO

Procuramos, com a realização desta pesquisa, resgatar o processo histórico da estadualização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como expressão de uma política educacional conferida ao Oeste do Paraná, através da correlação de forças entre Estado e sociedade.

A política educacional, quando se apresenta sob sua forma materializada como produto acabado, expresso em leis e planos, reflete o momento de “coerção” do Estado em sentido restrito. No entanto, no que concerne ao processo de estadualização da UNIOESTE, essa coerção resultou de uma luta que se travou no âmbito da sociedade. Em outros termos, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade.

Sendo assim, o ato da estadualização da UNIOESTE constituiu, sem dúvida, um momento extremamente significativo no processo mais amplo de luta e conquista, ainda que não houvesse consenso entre os diferentes grupos que se mobilizaram nesse processo. A correlação de forças entre Estado e sociedade é histórica e mutável de acordo com os interesses dos grupos que atuam em dado contexto.

Essas observações apontam para o fato de a política educacional constituir sempre um campo de tensões, seja na sua formulação, em que se embatem projetos de concepção e objetivos distintos, seja na sua implementação. Há que se considerar que a política educacional não esgota a sua tensionalidade na sua implementação; pelo contrário, pode-se afirmar que há dois momentos: o momento do processo e o momento do produto.

Em termos de processo, verifica-se que, no decorrer dos anos que antecederam a estadualização da UNIOESTE, seu projeto de Universidade do Oeste não encontrou ressonância na instância federal, sendo somente atendido em âmbito estadual; porém, isso só se efetivou após intensas mobilizações e manifestações.

A partir do momento em que foi instituído o ensino superior nas cidades que sediam os *campi* da UNIOESTE, estas se empenharam para manter suas

instituições e lutar para que o Estado se fizesse presente neste nível de ensino. O regime de Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná – FUNIOESTE, instituído em 1988, criou novas possibilidades de comprometimento do Estado. Embora a concretização do processo de estadualização das IES se estendesse ainda por alguns anos, a fundação foi o passo concreto no compromisso democrático com a comunidade acadêmica, a sociedade e os organismos sociais, que sempre estiveram presentes na luta para estabelecer a universidade.

Nesse ínterim, a UNIOESTE buscou organizar-se no seu modelo de universidade, construindo sua estrutura organizacional e concepção de universidade para ser levada ao encontro dos seus objetivos: Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda que limitada a alguns cursos, no período da transição, a universidade buscou formar e qualificar profissionais para responder às necessidades de desenvolvimento da região Oeste, tanto nos aspectos culturais quanto econômicos.

Como produto, a luta pela estadualização da universidade não se encerra com o atendimento de sua reivindicação imediata, ou seja, com a conquista da universidade. Entre outros aspectos, o embate pela universidade desdobra-se na luta pela manutenção da universidade conquistada.

A relação universidade-Estado sempre foi conflituosa: o Estado sempre a viu como fonte de despesa, e a universidade sempre viu o Estado numa perspectiva de fiscalização e de fonte de recursos para sua manutenção. O ensino superior público não é, e nunca foi, prioridade dos governantes que ocuparam a cadeira do Palácio Iguazu, no Paraná. Portanto, as manobras e os recursos utilizados pelo governo paranaense são dinâmicos e instáveis, dependendo do peso econômico e do peso político que os grupos em presença vão adquirindo no processo de luta.

A luta por recursos humano e financeiro, perdas salariais, autonomia, tem sido uma constante no cotidiano da UNIOESTE, bem como nas demais universidades paranaenses. Em suma, esse déficit está longe de ser superado, e esse quadro tende a se agravar à medida, que o Estado, busca demitir-se de suas responsabilidades, transferindo-as para outras instâncias.

Em síntese, este trabalho, mais que meramente percorrer os caminhos da criação e estadualização da UNIOESTE no âmbito das conjunturas nacional e

regional nas décadas abrangidas, procura mostrar a dinâmica das políticas para o ensino superior no Brasil e no Paraná. Finalmente, pode-se dizer que a compreensão do contraditório processo de construção e consolidação da UNIOESTE permite, por analogia, ajudar na compreensão da história da constituição de outras instituições de ensino superior do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco. Em busca de um sonho: política e perspectivas do Brasil contemporâneo. In: RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Vinicius Toledo. **História da sociedade brasileira**. 18 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996, p. 425-455.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ASSOESTE. **Associação Educacional do Oeste do Paraná**. Cascavel, PR: Assoeste, 1982.

BALBINOTTI, Vera Lúcia. **UNIOESTE**: O nascimento de uma Universidade. Monografia de Especialização em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

BEHR, Ricardo. Universidade tem nova estrutura organizacional. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 3, fevereiro de 1995.

BRASIL UNIVERSITÁRIO. Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná. **Anais Científicos**, Curitiba, ano 24, v. I, n. 77, p. 47, 1969.

BUENO, Silvio Cláudio. Um fórum de democracia representativa. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 4, setembro de 1989.

CARTA aos Deputados do Paraná. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 4, junho de 1991.

CARTA aos cascavelenses. **O desmembramento da Unioeste**. Cascavel, PR, eleições 2006.

CASCADEL terá Faculdade de Filosofia. **Diário D'Oeste**, Cascavel, PR, n. 434, p. 3, 02 fev. 1968.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Cascavel, PR: Assoeste, 1988.

_____. Cinco séculos de história. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região Oeste do Paraná. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, p. 29-75.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DEPUTADO Roberto Wippych propõe criação da Fundação Educacional Universitária do Oeste do Paraná. **Diário D'Oeste**, Cascavel, PR, n. 408, p. 4, 09 jun. 1968.

EMER, Ivo Oss. A procura do velho Oeste... e de uma nova educação. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 2, ago. 1992.

_____. **Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. Comissão de Avaliação Institucional. Avaliação Institucional da Unioeste. Cascavel, PR: Edunioeste, 1998.

_____. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FACULDADE em 1970. **Diário D'Oeste**, Cascavel, PR, n. 467, p. 1, 07 dez. 1969.

FECIVEL – Gabinete da Direção. **Posicionamentos e Questionamentos de Professores, Estudantes e Funcionários da FECIVEL sobre a proposta do Governo do Paraná de instituir Conselho Diretor nas Universidades e nas Faculdades Estaduais**. Cascavel, 1988.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FUNIOESTE. **Carta aos deputados do Paraná.** Cascavel, PR, 05 jun. 1991.

_____. **Processo de criação e reconhecimento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.** Cascavel, PR, 1990.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária:** comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

GÜTHS, Lia Dorotéia. Zona Bonita nos caminhos da colonização da fronteira. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Espaços da memória:** fronteira. Cascavel, PR: Edunioeste, 2000)

_____. **Do mapeamento geoambiental ao planejamento urbano de Marechal Cândido Rondon:** um estudo de caso (1950/97). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC, 1999.

HOFFMANN, Celso. **Entrevista** concedida a Leni Terezinha Marcelo Pinzan. Toledo, 27 mar. 2006.

DISTRIBUIÇÃO de manifestos. **Jornal O Paraná,** Cascavel, PR, n. 4923, p. 4, 20 out. 1992.

KUIAVA, José. **Entrevista** concedida a Leni Terezinha Marcelo Pinzan. Cascavel, 22 set. 2005.

LIMA, Jandir Ferrera de. Integração da Região: Paraná, Brasil e mercosul. In: PERIS. F. A. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional:** região Oeste do Paraná. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003.

LOHMANN, Eloi. Realizar para consolidar. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 2, ago. 1991.

MACHADO, Hilka Pelizza Vier. A formulação de políticas na UEM – uma análise do período: 1978 a 1990. In: SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: Eduem, 2001, p. 201-234.

MARÉS, Carlos Frederico. Autarquizando Autarquias. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, ano 2, n. 14, p. 2, agosto de 1991.

MEMÓRIA Nº 3. **Intervenção Ano 1**. Cascavel, PR, novembro de 1993.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

NAGEL, Lizia Helena. O Estado Brasileiro e as políticas educacionais a partir dos anos 80. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 99-122.

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, p. 12-28.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

ORSO, Paulino José. **A concepção de poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: 1996.

PARANÁ. **Políticas SEED/PR**: fundamentos e explicitação, 1983

PERIS, Alfredo Fonceca; BRAGA, Eliézio Goulart. Evolução e caracterização do sistema educacional. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: Região Oeste do Paraná. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003. p. 431-510.

PETRELLI, Eros. CEE passa a apoiar a Unioeste. (1995). **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 8, fev. 1995

PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: Região Oeste do Paraná. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, p. 105-178.

PRIORI, Ângelo. MARQUES, José Maria de Oliveira. A formação das entidades associativas e as greves de docentes e funcionários da Universidade Estadual de Maringá: 1980/1991. In: SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma universidade pública**: o caso da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Eduem, 2001. p. 295-338.

RASGO meu diploma de deputado se os cursos não forem criados. **O PARANÁ**, Cascavel, PR, n. 5920, p. 4, 14 de fevereiro de 1996.

RELATÓRIO da Comissão Pró-Criação das Faculdades. **Fronteira do Iguaçu**, Cascavel, PR, n. 9, p. 6, 11 mar. 1971.

REPRESENTAÇÃO e composição nominal. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 7, ago. 1989.

REVOGADA Liminar da chapa Consolidação da Universidade. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 3, ago. 1992.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

SAES, Décio. **República do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 1991.

SAMPAIO, Helena. Trajetória e tendências recentes no setor privado de ensino superior no Brasil. **Revista CIPEDES**, n. 9, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ilea.ufrgs.br/cipedes>. Acesso em: 21 de novembro, 2006.

SANTOS, Jussara Tavares Puglielli. **As políticas governamentais para o ensino fundamental no Estado do Paraná diante dos preceitos da Constituição**. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em Educação).

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná**. Cascavel, PR: IgoI, 2003.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos. **O contexto da política de criação das Universidades Estaduais do Paraná**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP. Campinas, SP, 1986.

_____. **Política educacional e hegemonia**: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960. Tese de Doutorado, UNICAMP. Campinas, SP, 2000.

SILVA, Alberto Carvalho da. **Alguns problemas do nosso ensino superior**. Scielo/Brasil. São Paulo, v. 15, n. 42, maio/ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: 12 dez. 2006.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história**. Toledo, PR: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel, a história**. Cascavel, PR: J.S. Impressora, 1988.

_____. As idéias. **Oeste** – Revista mensal de informação, Cascavel, PR, n. 79, p. 34-35 jul. 1992.

SPERANÇA, Alceu; SPERANÇA, Carlos. **Pequena história de Cascavel e do Oeste**. Cascavel, PR: J.S. Impressora, 1980.

UNIOESTE: enfim, o reconhecimento. **Informativo UNIOESTE**, Cascavel, PR, p. 7, set. 1994.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WANDERLEY, Terezinha Dantas. Um estudo sobre objetivos na Universidade Estadual de Maringá. In: SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá: Eduem, 2001. p. 47-49.